



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
INSTITUTO DE ESTUDOS SÓCIO-AMBIENTAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**



JÚLIO CÉSAR PEREIRA BORGES

**O ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS:
TRILHOS, ESTRADAS, FIOS e GENES
DA MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO GOIANO**

**GOIÂNIA-GO
2007**

JULIO CÉSAR PEREIRA BORGES

**O ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS:
TRILHOS, ESTRADAS, FIOS e GENES
DA MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO GOIANO**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Geografia do Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Socioambientais da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Professor Dr. Manoel Calaça.

**GOIÂNIA-GO
2007**

FICHA CATALOGRÁFICA

BOR/est

Borges, Júlio César Pereira.

O Estado e políticas públicas : trilhos, estradas, fios e genes da modernização do território goiano / Júlio César Pereira Borges. – Goiânia, 2007
122 f.

Dissertação (Mestrado) - Curso de Mestrado em Geografia – Programa de Pós-Graduação em Geografia. Centro de Estudos Sódio Ambientais – IESA. Universidade Federal de Goiás.

Orientador: Prof. Dr. Manoel Calaça

1. Território Goiano – políticas públicas. 2. Território Goiano - modernização. III. Título.

CDU 918.1(817.3)

Ficha Catalográfica elaborada pela bibliotecária
Andréa Pereira dos Santos CRB-1 / 1873

JULIO CÉSAR PEREIRA BORGES

**O ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS:
TRILHOS, ESTRADAS, FIOS e GENES
DA MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO GOIANO**

Dissertação defendida no Curso de Mestrado em Geografia do Instituto de Estudos Sócio Ambientais da Universidade Federal de Goiás, para obtenção do Grau de Mestre, aprovada em _____ de _____ de 2007, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof. Dr. Manoel Calaça (IESA/UFG)
Orientador

Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro (IESA/UFG)

Prof. Dr. João Cleps Jr (UFU)

Dedico a minha vida, que me propiciou o ato de existir, vivendo coisas e pessoas que na longa caminhada chegaram comigo até aqui.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Percílio Martins Borges e Maria Pereira Borges (*in memória*), pelo amor e apoio irrestrito em todos os momentos de minha vida. Minha alma, meu ser, minha existência.

Aos demais familiares pela intensa união, e influência positiva. Meu coração e meu sorriso.

Aos amigos, Valdivino, Marcão, Gilmar, Maciel, Marcos Antônio, João Afonso, Welington e Edgar pelo companheirismo, etc, etc, etc, etc,etc,etc... Meus livros, meus gibis e minhas Playboys.

Ao meu amigo Ubiratan Bira, pela imensa colaboração na realização deste trabalho. Viva o Atlético goianiense.

A minha companheira Cleidiane o meu porto seguro, meu norte, sul, leste e oeste. Meu mais profundo agradecimento.

Aos professores Dr. João de Deus e Dr. Romualdo Pessoa pela presteza e grande contribuição com trabalho.

Ao meu grande amigo João de Castro pela valorosa contribuição para com o trabalho e principalmente com o pensar, perceber e ser humano. O Garotinho.

Ao meu amigo Marcelo Mendonça, pela grande contribuição e pelo prazer em ajudar, a quem devo parte significativa deste trabalho.

Ao meu amigo e orientador, Dr. Manoel Calaça, pela dedicação, compreensão e direcionamento das idéias. Condutor da sabedoria e da humildade.

Ao meu amigo “Eguimar”, pela origem e manutenção da minha geograficidade e safadagem. Minha Poesia, minha Filosofia, meu Método, meu desequilíbrio mental.

E a todos que diretamente e indiretamente contribuíram para essa significativa caminhada.

*A gente precisa estudá num é só pra arrumá
imprego, mais pra sabê vivê.*

Mãe

RESUMO

O trabalho que se apresenta tem como objetivo promover uma discussão sobre a atuação do Estado, através das políticas públicas, na modernização do território goiano, tendo como exemplo a microrregião Sudoeste, devido a sua representatividade no que se refere ao proposto. Para dar plausibilidade a esse objetivo, teremos como direcionador as pesquisas feitas por geógrafos contemporâneos que versam sobre o assunto. E ainda: um levantamento de fontes quantitativas, documentais, acrescidas de uma leitura da representação de intelectuais goianos que investigam este tema. Organiza-se também, entrevistas com intelectuais, estimulando perguntas a partir das teses sobre o tema, especialmente, as razões pelas quais o Estado interfere na modernização do território. Esta discussão tem como base a análise do Estado como agente capaz de recriar o latifúndio, concentrar renda, dispersar os regimes de cooperação, fragmentar os sujeitos e criar uma cultura e uma subjetividade distante da vida. Isso impõe pensar o sentido ideológico e político do Estado e das políticas públicas, considerando que a política pública é o veículo concreto, financeiro e ideológico que põe máquinas, fios e políticas para desenvolver a aproximação entre os lugares e o mundo capitalista. Nesse sentido, busca-se fazer uma reflexão que ultrapassa o totalitarismo político e econômico, empregando uma discussão sobre a ótica cultural do processo supracitado com ligação efetiva ao sentido econômico do Estado e ao sentido econômico da cultura, juntamente com o sentido político da economia. Dessa forma, o território aparece como síntese vital dessas variáveis: política, economia e cultura. Consideramos também, que as condições sociais do sujeito contemporâneo que reside em Goiás, envolta pela sua ação de trabalho, pelo modo como se insere no espaço urbano ou rural, pela sua ligação com as instituições, pelo seu contato com o mundo pela via do telefone, da internet, da comunicação, pelos diferentes hábitos que possui, sofre uma ação de gestão feita pelo Estado. E que o uso do território tem ligação efetiva com a política pública e com o seu cerne: o Estado. E mais: está em curso um rol de impactos que reconstituem as contradições sociais de quem aqui reside. Essas contradições entram na vida, no morar, no comer, no trabalhar e no sonhar.

Palavras-Chaves: Território Goiano – políticas públicas. Território Goiano - modernização.

ABSTRACT

This work intends to promote a discussion about the actuation of the State, by the public politics, in the modernization of the Goiano territory, using the example of South-west micro region, by its importance in this purpose. To give a believable to this discussion, we'll use the researches made by contemporary scientists of Geography, that refers to this subject, as well as a study of quantitative sources, documental sources, raised of a analyze of the Goianos scientists that study this subject. We still organized interviews with some professionals, stimulating questions by means of their publications about this theme, specially, the reasons that the State interfere in the modernization of the territory. This discussion has like a support, the analyzing of the State like an agent able to re-create the big homestead, able to concentrate the gain, able to disperse the cooperation systems, able to tail off the man and create a culture and a subjectivity far way the life. This fact commands thinking about the ideological and politics sense of the State and of the public politics, considering that the public politic is a ideological, financial way that put machines, lines and politics to develop an approximation between the places and the capitalist word. In this way, we tried to think about some ideas that pass up the politic and economic limits, putting a discussion about the cultural version of that process with an effective connection to the economic sense of the State and to the economic culture's sense, beside the politic sense of the economy. In this way, the territory comes like a resume of these points: politics, economy and culture. We still considered that the social condition of the contemporary chap that lives in Goiás, in his work action, by way he insert in the urban space or rural space, by his connection with the institutions like school, public health, by his contact with the world, by phone, internet, communication, habits he has, he suffers management action done by the State. And the use of the territory is connected to the public politic and with the central matter: the State. And something more: it is occurring a lot of impacts that reconstitute the social contradictions to people that lives here. These contradictions go into the life, home, eating, working and, into the dreams.

Key words: Goias – public politics. Goias territory-modernization.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Imagem da Cidade de Rio Verde Go	43
Figura 2	Sede da COMIGO Rio Verde – Go	67
Figura 3	Unidade da Perdigão Rio Verde – Go	79

LISTA DE QUADROS

Tabela 1: Despesa Global da União, PIB e despesas em Agricultura e Organização. Valores de 1980 a 2005.....	30
Tabela 2: População residente nos municípios do Sudoeste Goiano segundo domicílio, 2005.....	44
Tabela 3: Recursos Externos Recebidos Pela Administração Estadual no Período de 1962 a 1966 (Em Cruzeiros Novos - Ncr\$)	55
Tabela 4: Programa Rodoviário para o Triênio 1968-1970	57
Tabela 5: Recursos Para Programa Rodoviário - Triênio 1968-1970.....	59
Tabela 6 Recursos do FCO aplicados em Goiás de 2000 a 2003	81
Tabela 7: Investimentos do FCO Goiás em Desenvolvimento Rural no Período De 2000 a 2003.....	82
Tabela 8: Investimentos Do FCO Goiás em Industria. Período de 2000 a 2003	84
Tabela 9: Investimentos do FCO Goiás em Comércio e Serviços no Período De 2001 a 2003	87
Tabela 10: Dez Primeiros Municípios com Maior Investimento	89
Tabela 11: Arrecadação do ICMS, por setor de atividade - Goiás 1998 a 2005 (R\$ mil)	89
Tabela 12: Estrutura do PIB de Goiás por Setor Econômico – de 1995 a 2003.....	90
Tabela 13: Participação dos Setores de Atividade na Arrecadação do ICMS Goiás de 1998 a 2005	90
Tabela 14: Atividades Mais Atendidas Pelo Programa PRODUZIR	91
Tabela 15: Investimentos BNDES-desembolso de recursos em Goiás-2000 a 2004 (mil R\$)	92
Tabela 16: Investimentos do FCO Goiás em Pronaf no Período de 2000 a 2003	95
Tabela 17: Média de Recursos Investidos Por Intermédio dos Programas do FCO e do Banco do Povo por Empregos Gerados – 2001 a 2003	98
Tabela 18: Resultados dos investimentos do Banco do Povo em Goiás	99

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 : Saldo da balança comercial brasileira	31
Gráfico 2: Produção de grãos	32
Gráfico 4: Estrutura fundiária de Goiás em ha – 1966 a 2003 – Percentual sob Área Total.....	63
Gráfico 5: Estrutura fundiária de Goiás em ha – 1966 a 2003 – Percentual sob Número de Propriedade	63
Gráfico 6: Participação de cada setor econômico na aplicação dos recursos do FCO em Goiás – 2000 a 2003.....	80
Gráfico 7: Dez Municípios que mais receberam Investimentos do FCO Rural em Goiás 2000-2003.....	82
Gráfico 8: Dez Municípios que mais receberam Investimentos do FCO Industrial em Goiás 2000-2003.....	84
Gráfico 9: Dez Municípios que mais receberam Investimentos do FCO Comércio e Serviços em Goiás 2000-2003.....	87
Gráfico 10: Atividades com maior investimento do produtor 2003 a 2005.....	92
Gráfico 11: Investimentos BNDS em Goiás por Setor de Atividade.....	93
Gráfico 12: Dez Municípios que mais receberam Investimentos do FCO PRONAF em Goiás 2000-2003.....	98

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Sudoeste	41
Mapa 2	Rodovias de Goiás.....	56
Mapa 3	FCO rural.....	83
Mapa 4	FCO industria.....	85
Mapa 5	FCO comércio e serviço	88
Mapa 6	FCO PRONAF	96

SUMARIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	O ESTADO E AS POLITICAS PUBLICAS NA MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO GOIANO.....	21
2.1	PREMISSAS TEÓRICAS PARA COMPREENDER A RELAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O TERRITÓRIO	22
2.2	A AMPLIAÇÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR EM GOIÁS NO SÉCULO XXI: UM NOVO CICLO DA ECONOMIA AGRÍCOLA?	32
2.3	POLÍTICAS PUBLICAS E A MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO GOIANO	35
2.4	A MICRORREGIÃO SUDOESTE NO CONTEXTO DA MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO GOIANO	40
3	AS REVOLUÇÕES INFRA-ESTRUTURAIS DO TERRITÓRIO GOIANO: POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS PARA O ADVENTO DA AGROINDÚSTRIA	46
3.1	DA CHEGADA DA ESTRADA DE FERRO MOGIANA À CONSTRUÇÃO DE GOIÂNIA: SE A FERROVIA NÃO CHEGA À CAPITAL, A CAPITAL CHEGA À FERROVIA	48
3.2	A DÚBIA FACE DA INTEGRAÇÃO NACIONAL	50
3.3	A INTEGRAÇÃO EM GOIÁS	53
3.4	A CONTRAPARTIDA DA REDE PRIVADA: O CASO DA COMIGO	67
3.5	DESTERRITORIALIZAÇÃO: A ÓTICA CULTURAL DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO GOIANO.	69
4.	AS ATUAIS FORMAS DE CRÉDITOS PÚBLICOS PARA FINANCIAMENTO DOS PROJETOS PRIVADOS	77
4.1	OS TIPOS DE INVESTIMENTOS ESTATAIS E OS DEMONSTRATIVOS	80

ECONÔMICOS	
4.2 O CONTROLE ESTATAL DOS INVESTIMENTOS NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	93
4.3 A SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA DOS PEQUENOS E MÉDIOS EMPREENDIMENTOS	98
4.4 OS INCENTIVOS E FINANCIAMENTOS DO SETOR PRIMÁRIO E A CONTRIBUIÇÃO DOS SETORES SECUNDÁRIO E TERCIÁRIO NO PIB GOIANO	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS	114
REFERENCIAS	117

1 INTRODUÇÃO

O trabalho que se apresenta sob o título O ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS: Trilhos, Estradas, Fios e Genes da Modernização do Território Goiano, tem como objetivo promover uma discussão sobre a atuação do Estado, através das políticas públicas na modernização do território goiano. Para dar plausibilidade a este objetivo, tem-se como direcionador as pesquisas feitas por geógrafos contemporâneos que versam sobre o assunto e ainda, um levantamento de fontes quantitativas, documentais, acrescidas de uma leitura da representação de intelectuais goianos que investigam este tema.

Esses estudiosos têm desenvolvido a idéia de que a matriz socioespacial explicativa da transformação do território goiano contemporâneo decorre da modernização do território e da agricultura. Alguns desses intelectuais, como Mendonça (2007), Chaveiro (2005), Calaça (2004), entre outros, afirmam que o processo de modernização da agricultura que se consolidou de 1950 a 1960 e se estende até agora, teve um período preparatório chamado de antecipação da modernização conservadora.

Esse período é gestado no imaginário territorial do Estado no final do século XIX e ganha força nos anos trinta até os cinquenta do século XX, momento em que o Estado Nacional alinhado ao Estado Local desenvolve políticas para preparar o território visando construir a modernização do mesmo. Observa-se que esse imaginário tem uma condução externa: o Brasil rural é sinalização do atraso. Urbanizar é elevar-se ao patamar da racionalidade desenvolvida e de progresso dos países ricos. Modernizar é o instrumento de fazer do território o palco do progresso. A política pública é o veículo concreto, financeiro, ideológico que põe máquinas, fios e políticas para desenvolver a aproximação entre os lugares e o mundo capitalista.

Está em debate, portanto, o modo como a acumulação simples organiza o território e o usa. Esse modo é visto no cenário da acumulação capitalista como o “palco do atraso”. O Estado é este ente político que propõe mudanças nesse uso, criando condições para a acumulação liberal. A rentabilidade da acumulação simples é lenta, compartilhada, ligada apenas à produção da existência. A rentabilidade liberal deve ser inteligente, planejada, calculada e individualista.

Considera-se que não se trata de opor tradição e modernização, no sentido de afirmar que o território da acumulação simples era organizado para a vida e para o acesso de todos. Isso não é verdadeiro: o camponês não conhecia a escola, não tinha acesso à medicina, suas condições de moradia e de alimentação eram precárias, a mortalidade infantil era gigante

e havia uma subjetividade patronal e machista que conduzia as relações de afeto e de ligação. Todavia, a modernização desigual manietada pelo capital e conduzida pelo Estado a partir da política pública, recria o latifúndio, concentra renda, dispersa os regimes de cooperação, fragmenta os sujeitos e cria uma cultura e uma subjetividade distante da vida. Como se vê o ponto nevrálgico é o modelo de modernização e a quem beneficia. Isso impõe pensar o sentido ideológico e político do Estado e das políticas públicas. É o que se pretende fazer neste trabalho.

Alguns geógrafos, como Mendonça (2005), afirmam que as pesquisas desenvolvidas sobre a modernização do território goiano nesse lume, alijaram a reflexão do trabalho e da cultura, ignorando a complexidade que envolve o assunto. Esse modelo analítico baseado em generalizações e simplificações, em muitos casos, não deu conta de responder o que ocorreu com tanta força e velocidade no território goiano, como processos de migração, urbanização, alteração de gostos, costumes etc.

Nesse sentido, busca-se fazer uma reflexão que ultrapassa o totalitarismo político e econômico, empregando neste trabalho uma discussão sobre a ótica cultural do processo supracitado com ligação efetiva ao sentido econômico do Estado e ao sentido econômico da cultura, juntamente com o sentido político da economia. O território aparece como síntese vital dessas variáveis: política, economia e cultura.

Para realizar o trabalho, tomou-se, apenas como exemplo, a microrregião Sudoeste de Goiás, devido a sua expressividade no que tange ao assunto enfocado. Cabe, então, levantar, em nível de debate uma diferença conceitual que é complexa e difícil para os geógrafos, historiadores, economistas e sociólogos: o que é o Estado? O que é governo? O que é política pública? E o que é política territorial?

Como o trabalho não tem uma motivação apenas teórica, não será feita uma reflexão separada da leitura das fontes documentais e estatísticas. Tomar-se-á como base conceitual a seguinte relação: o Estado é um representante político de classe que se consolida a partir da política pública. Nesse sentido, o Estado só age sobre o território a partir da política pública, mas essa ação leva consigo a sua condição de classe. Ao desenvolver a política imaginando ser pública, transforma-a num componente ideológico, pois esconde a sua condição de classe.

Pode-se dizer, por exemplo, que a modernização do território pela via da política pública traz consigo a pertinência desse Estado: a vontade de criar o Estado burguês e de transformar o território goiano numa arena territorial de rentabilidade capitalista. Por isso, partindo da idéia de que não há uma separação entre o Estado e a política pública, pois o Es-

tado é o feixe abstrato de instituições, de órgãos, de autarquias, de ideologias e imaginários, e a política pública concretiza o sentido de ação.

Poder-se-ia chamar a política pública também de políticas territoriais, à medida que essa política incide sobre o território. Ora ou outra no texto, a expressão “política pública” pode ser alinhada à expressão “política territorial”. Esta expressão, embora mais própria de geógrafos tem, em nossa consideração, um maior poder revelador, pois tira a predicação pública. Todavia, ela não é costumaz nas reflexões comuns.

É necessário esclarecer também, que ao falar no Estado, pensa-se no Estado que rege a nação, localizado, por exemplo, na União e, também pensando no Estado federativo que rege, por exemplo, o território goiano através do governo, ou da governabilidade e seus atributos.

Outras vezes, o Estado federativo é chamado de governo, porque ele é a parte física e concreta que responde pelo território da nação. Ao se colocar assim, defende-se que há uma ligação entre o Estado de Federação e o Estado da Nação, porém eles não se confundem. Pode-se dizer que este fato pode ser expresso no timbre político de diferentes culturas regionais de tradição de governos, como o de políticas públicas do Nordeste efetivadas durante séculos pelos coronéis nordestinos. Existe, assim, um modo próprio de desenvolver a política em Goiás, como o coronelismo e o patrimonialismo próprios da cultura que aqui se implantou.

Feito esse clareamento teórico, cabe a apresentação do eixo central da nossa pesquisa, ou seja, sua síntese. Parte-se, então, da idéia de que o sujeito contemporâneo que reside em Goiás, envolto pela sua ação de trabalho, pelo modo como se insere no espaço urbano ou rural, pela sua ligação com instituições, como: escola, saúde, pelo seu contato com o mundo pela via do telefone, da internet, da comunicação, pelos diferentes hábitos que possui, por exemplo, entre o goiano do Norte e o goiano do Sul, sofre uma ação de gestão feita pelo Estado.

Essa ação de gestão é incrementada e concretizada como uma política pública que age concreta e, ideologicamente, nos diferentes lugares, aproveitando infra-estrutura, portes demográficos, condições físicas do relevo e do solo. É a política pública, portanto, que age para a realização da modernização do território goiano, através da estratégia logística dos interesses dos atores econômicos que hegemonizam o capital e a política. E isso inclui mudanças nas bases culturais do sujeito, em sua visão de mundo e, especialmente, em suas demandas por objetos e mercadorias.

Para realizar esta pesquisa, houve algumas dúvidas a respeito das fontes que deveriam representar o objeto de estudo e servir para a reflexão. Resolveu-se estabelecer uma diversidade de fontes, como as fontes secundárias das instituições oficiais; as dissertações, as teses de doutoramento, os vários trabalhos de geógrafos, historiadores e economistas que versam sobre políticas públicas e/ou políticas territoriais. Buscou-se também investigar algumas fontes quantitativas do próprio Estado e alguns documentos como o que decorre do próprio planejamento estatal.

A abrangência do trabalho não permitiu que fosse feita uma pesquisa efetivada numa única região. Por isso, tomo-se a microrregião Sudoeste, apenas como exemplo. Para não fazer uma pesquisa apenas bibliográfica, foram entrevistados intelectuais que estudam o tema, vislumbrando obter, por parte dos mesmos, sua representação sobre o Estado de Goiás e seus atributos atuais. Organizou-se uma entrevista com esses intelectuais, estimulando perguntas a partir das teses sobre o tema, especialmente, as razões pelas quais o Estado interfere na modernização do território.

Essas entrevistas foram feitas de maneira semi-estruturadas e puderam reportar às análises dos documentos, das fontes quantitativas e das fontes bibliográficas. Além disso, colocou-se na paralela da metodologia algo que os entrevistados julgaram ser muito importante. A transmutação de um território rural, que era o Goiás de setenta para trás para um Goiás urbano atual.

Nessa transmutação a passagem de um Goiás da troca simples para um Goiás da troca acumulada, a transferência de uma população da vida rural para a vida urbana, coloca em cena a mudança da cultura goiana. Por conta disso, organizou-se uma reflexão sobre essa transformação, defendendo que a modernização do território inclui as mudanças culturais, a alma do sertanejo, seus gostos, seus valores, mudanças de hábitos, de lazer, como é incluso também de novas doenças, novas perturbações e novas demandas.

O presente trabalho está fundamentado em três capítulos: o primeiro faz uma discussão sobre a (des)estrutura do Estado Nacional brasileiro e seu alinhamento com o Capital Internacional e o Estado Local, a partir de 1930, assim como, suas implicações na modernização do território goiano com ênfase na microrregião Sudoeste, lugar em que as representações do Goiás moderno são evidentes.

No segundo capítulo, analisou-se a atuação direta do Estado através das políticas públicas, na produção territorial do Goiás moderno, destacando-se a revolução infra-estrutural que objetivava a agroindustrialização, o alinhamento das políticas locais com as nacionais e com os desejos do capital e a retórica desenvolvimentista do modelo conservador de moderni-

zação. Tal análise evidencia as estratégias e características excludentes e concentradoras do avanço capitalista sobre os Goyases.

No terceiro capítulo, direcionou-se a discussão para a captura das novas políticas públicas pelos projetos privados, evidenciando um Estado Neoliberal e, como o Estado de Goiás obedece e contribui para o sucesso desse modelo, retratado na regionalização e na disparidade dos investimentos assim como na estrutura socioeconômica do Goiás atual.

Em um segundo momento, fez-se uma reflexão sobre os impactos socioculturais promovidos pela modernização do território goiano, partindo da idéia de que este foi um processo que causou rupturas na vida cotidiana e temporal do indivíduo e do grupo social ao qual pertence. Dessa forma, considera-se essa discussão primordial para a compreensão do Goiás profundo.

Por fim, o resultado da pesquisa demonstrou uma compatibilidade da visão de mundo do orientador e do pesquisador no sentido de apresentar uma desilusão com o modelo de modernização instalado no território goiano. Aprende-se com a pesquisa que o uso do território tem ligação efetiva com a política pública e com o seu cerne: o Estado, e que está em curso um rol de impactos que reconstituem as contradições sociais de quem aqui reside. Essas contradições entram na vida, no morar, no comer, no trabalhar e no sonhar.

2. O ESTADO E AS POLÍTICAS PÚBLICAS NA MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO GOIANO.

Ao observar condições empíricas atuais do território goiano, percebem-se alguns fatos notórios que repercutem no discurso de várias instituições, tais como, o déficit do Estado, embora sua receita tenha aumentado esplendorosamente nas últimas décadas, assim como, os investimentos feitos em vias, transportes, comunicação, plataformas tecnológicas, universidades junto com um novo reordenamento de capitais inseridos em alguns pólos goianos; a industrialização de Goiás ao mesmo tempo em que aumenta os programas de políticas assistidas ou assistencialistas.

Esses fatos sintetizam-se numa contradição: a falência do Estado encontra ecos numa economia dinâmica. Essa contradição pode ser averiguada nas paisagens goianas a partir do uso do território pelo agronegócio, sistema integrado de produção, rede mundial de negócios, melhoramento genético, inseminação artificial, organização da informação, da tecnologia e da ciência, sistemas ferroviários, hidroviários e aeroviários, distritos agroindustriais, pastagens artificiais, tratamento de solo, feiras de agronegócios etc.

Esse passeio nas paisagens goianas pode oferecer uma leitura do território atual em que há lugares dinâmicos e outros opacos; há uma profunda diferenciação regional e do dinamismo entre as regiões e os lugares. Além disso, o dinamismo é constituído pela implementação de empresas multinacionais e por produção de bens de exportação como à carne bovina, a soja e agora o álcool, oriundo da cana-de-açúcar.

Esses elementos colocam em cena a relação entre Estado e Território, entre política e empresa, entre capital e Estado, entre lugares, Estado e economia. Ao colocar em cena essas relações suscita um debate de teses universais que respondem pela lógica de uso do território no atual período, como a de que quem faz política são as empresas, o Estado é apenas um coadjuvante ativo; quem comanda o território é o capital, mas é o Estado que o sustenta com a política pública.

A partir dessas premissas, levanta-se o problema: qual tem sido o papel das políticas públicas no modo como o território goiano é usado? Qual tem sido a ação do Estado no processo de modernização do território, matriz central de seu uso atual?

Têm-se ciência de que Goiás é um estuário de transformações sociais que não cessam motivo pelo qual exige que se descubram os atores e os processos que induzem as transformações, bem como os beneficiários dela. Vale agora tecer algumas considerações teóricas que clareiem o tema.

2.1 PREMISSAS TEÓRICAS PARA COMPREENDER A RELAÇÃO ENTRE AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O TERRITÓRIO.

A investigação socioespacial de Goiás exige uma compreensão do modo pelo qual ocorre o processo de modernização desse território. Coloca-se ainda a necessidade de averiguar o modo como o Estado, através das políticas públicas, participou ativamente do processo, isto é, a dimensão política das mudanças. Além disso, a análise geográfica requer compreender as escalas em que se apresenta a modernização, os pactos, as redes e as implicações culturais. Coloca-se então, a ligação entre Goiás e o mundo; através da qual se dá os pactos de forças, a implementação da infra-estrutura e a imponência do capitalismo mundial na apropriação do território goiano.

A atuação do Estado, sob o viés das políticas públicas, foi determinante na produção do território goiano, principalmente se considerados os vários momentos históricos que conduziram as transformações do mesmo. É bem verdade que esta atuação sempre esteve imbricada em um emaranhado político e econômico que envolvia a conjuntura mundial de cada época, e as mudanças conjunturais que refletiam no modelo de Estado num processo de sua adequação à evolução capitalista.

Não se quer, com essa afirmação, ignorar a influência de fatores internos na atuação do Estado, seja ele nacional ou local. O que se afirma é que embora as forças dos lugares participem ativas e, dialeticamente dos processos socioespaciais, os mesmos sempre foram capturados pela dinâmica do capitalismo mundial.

A análise da revolução de 1930 é primordial para tal propósito, pois alterou significativamente as funções e a própria estrutura do Estado brasileiro, criando condições para o desenvolvimento de um Estado Burguês, em detrimento do fim do Estado Oligárquico¹, o que possibilitou um direcionamento do poder e das políticas públicas, rumo à estruturação estabelecida pelo sistema capitalista no Brasil. Esse acontecimento “expressou as rupturas estruturais a partir das quais se tornou possível reelaborar as relações entre Estado e sociedade”. Ianni 1991, p.25),

Esse momento político reforça nossa idéia de captura do Estado pelo capitalismo mundial², tendo em vista que as forças internas que realizaram a Revolução de 1930, somente

¹ É obvio que o Estado Oligárquico foi uma modalidade de Estado Burguês. Cabe a distinção, no entanto, na medida em que o Estado Oligárquico implicou numa modalidade singular de organização do poder político e econômico, em termos de estruturas de Dominação-Subordinação. (IANNI 1991, pg.25)

² Embora o período de 1930 a 1945, tenha adotado um modelo nacionalista, não impediu que capitalismo mundial interferisse na economia brasileira, através da comercialização e da ligação do capital externo com parte da burguesia nacional.

a conseguiram, devido à crise do Estado Oligárquico, que por sua vez, resultou da crise do capitalismo mundial. Além disso o sucesso da indústria brasileira, neste momento, foi responsabilidade da Segunda Guerra Mundial, que minou a concorrência européia e a transformou em mercado consumidor.

Esse fato influenciou diretamente a produção do território goiano, tendo em vista a evolução da indústria no sudeste brasileiro, acelerando a política nacional de então, que consistia na *Marcha para Oeste*, e visava à integração econômica do território nacional, através da modernização do sertão, como afirma Vidal e Souza (1997, p. 87) “Ocupar o sertão para fazer um só Brasil”.

Assim, Goiás passou a ser a porta de entrada para realização desse projeto, o que atraiu a atenção do Governo Nacional para a região. Isso motivou a realização de um conjunto de medidas, que buscavam a adequação do território goiano à nova exigência econômica do país. Entre elas se destacam: a construção de Goiânia, a criação da Colônia Agrícola Nacional, sediada na cidade de Ceres, a criação da Fundação Brasil Central sediada na cidade de Rubiataba e o incremento da malha ferroviária em território goiano.

Todas essas intervenções obedecem à diretriz econômica do Estado nacional de então, que é o desenvolvimento da indústria no sudeste brasileiro. Neste contexto, o papel de Goiás na Divisão Regional do Trabalho é de mercado consumidor de produtos industrializados e fornecedor de produtos primários.

Dessa forma, chega ao fim um período de ausência do Estado Nacional em relação a Goiás, o que não implica o fim do domínio da região sudeste, pois o pacto entre as elites nacional e local mantém Goiás como Estado periférico. As alterações políticas e econômicas que ocorreram, nada mais foram do que estratégias do Estado Burguês, que dependia diretamente da produção de alimentos do Mato Grosso Goiano.

O Estado de então (1930 a 1945) tinha como fundamentação governamental o Nacionalismo que promoveu uma ruptura com o modelo de dependência internacional do Estado oligárquico. A proposta era promover o desenvolvimento econômico do país sem muita interferência do capital externo. Este fato estagnou a política de integração nacional com receitas reduzidas e direcionadas ao crescimento industrial do país; os investimentos embora significativos, não foram suficientes para alavancar o desenvolvimento econômico do Centro Oeste brasileiro, embora tenha fincado as bases para esse acontecimento futuro.

A partir de 1955, com o governo de JK, o Nacionalismo é substituído pelo Nacional Desenvolvimentismo, o que significou uma maior aproximação do governo com o capital externo. Nesse momento, a corrida rumo ao Oeste do país se intensifica e o Estado brasileiro

investe pesado na região Centro Oeste, e Goiás é o território de maior intervenção com a transferência da capital e com a construção de uma rede de rodovias, o que influenciou significativamente a modernização do campo, assunto que será aprofundado no segundo capítulo.

Na década de 1960, o setor agrário brasileiro se constitui em um ponto de debate da política econômica do Governo Nacional preconizada pela necessidade de otimização do campo. Para tal, “duas principais linhas de análise apontavam ou para a aplicação de uma reforma agrária ou para a modernização das relações de produção sem que, necessariamente, se promovesse uma intervenção sobre a estrutura agrária do país”. (GONÇALVES NETO, 2000)

A segunda opção prevaleceu, obedecendo à política militar que se instala no país a partir de 1964, abrindo precedentes para intensificação da intervenção estatal no setor agrário. O investimento, nesse setor, faria ressonância com a necessidade de, a partir da exportação de produtos primários, diminuir o déficit orçamentário e gerar o equilíbrio das contas.

Para Gonçalves Neto (1997), os governos militares assumiram essa tarefa com a modernização do campo como etapa do planejamento de modernização do território brasileiro sem preocupação com os problemas sociais que afligiam o setor agrário na época, o que é confirmado pelo modelo excludente e concentrador em que ocorreu esse processo, refletido no descaso com a política de reforma agrária. A ação do Estado no território goiano é intensa para mobilizar esse projeto.

Em outras palavras, as políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento do campo estão vinculadas ao projeto estatal de desenvolvimento geral da economia brasileira, atreladas às necessidades da economia nacional (urbano-industrial), que por sua vez é orientada pela expansão do capital externo no país. O território goiano com a sua vastidão de terras preconizadas como sendo de solos frágeis, entra em cena pela via dessa “geografia andante” do capital no Brasil.

Em 1965, como medida direcionadora à modernização do campo no país foi criado o SNCR (Sistema Nacional de Crédito Rural) que estava vinculado ao investimento, custeio e comercialização. O mesmo concedia empréstimos de forma facilitada, porém uma pequena parcela de grandes produtores tinha acesso a esse crédito, os que produziam para exportação e os que produziam substitutos a importados. Este fato confirma o não interesse dos governos militares na modernização planejada.

Em um primeiro momento, o SNCR não foi aplicado no território goiano, tendo em vista que a modalidade de produtores exigida pelo planejamento do Estado encontrava-se nas regiões sudeste e sul. Foi devido ao fortalecimento dos mesmos pelo SNCR que ocorreu a expansão da fronteira agrícola em direção à região Centro Oeste, ou seja, são esses produtores

que, em busca de uma produção mais barata e, conseqüentemente do aumento da lucratividade, deram início à modernização da agricultura em Goiás, obviamente direcionada e cumprindo o planejamento do Estado.

O PROAGRO (Programa de Garantia da Atividade Agrária) criado em 1973, foi outro programa que dava suporte ao projeto de modernização do campo no Brasil. O programa consistia no seguro que garantia os recursos emprestados pelo sistema financeiro: Caso ocorresse algum sinistro com a produção, o produtor tinha como recorrer a esse programa para a quitação da dívida. Devido à falta de fiscalização por parte do Banco do Brasil, este programa foi usado de forma indevida pelos produtores. De acordo com um deles:

O que era feito era o seguinte: se a produção perdesse o produtor não pagava o financiamento porque o PROAGRO pagava. Daí muitos produtores da região financiava a produção e colocava na terra o triplo de adubo que precisava, depois plantava o arroz, pois na época não era a soja, o arroz servia para preparar a terra para a soja, daí o arroz crescia vistoso porque tinha muito adubo mais na ora de soltar os cacho era quase tudo chocho por causa do adubo alem da conta. A fiscalização só aparecia na época da colheita dava a produção como perdida e o PROAGRO vinha e pagava. Também conheço muito fiscal que fico rico, porque os produtores dava ate terra pra eles aprova o PROAGRO. Daí no outro ano eles financiava de novo mandava soja na terra, não precisava aduba, então disviava o dinheiro. Comprava boi, terra, casa chique, carrão. Agora se os pobres fizesse um financiamento, coitado tinha que vende ate os filhos pra paga o banco.³

Ainda no bojo da modernização do campo brasileiro foi criado em 1972 a EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária) e, em 1974, a EMBRATER (Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural). Para Tavares (1991, p.22), nos primeiros anos dos Governos Militares:

Houve o estabelecimento do sistema de crédito rural nas seguintes modalidades: fundiário, investimento, custeio e comercialização; depois, a institucionalização da pesquisa agropecuária (com a criação da EMBRAPA) e, em seguida, a centralização das atividades de assistência técnica e extensão rural (a formação da EMBRATER). Além do mais, o Estado estimulou a produção de insumos extra-setoriais com a expansão do departamento produtor de bens de capital, isto é, de máquinas (colheitadeiras e tratores, principalmente) e equipamentos, e de fertilizantes, corretivos e “defensivos” ou agrotóxicos agrícolas.

A EMBRAPA foi instituída com fundamento na Lei Federal n.º 5.851, de 7 de dezembro de 1972, vinculada ao Ministério da Agricultura e do Abastecimento. Os seus objetivos principais eram: planejar, supervisionar, orientar, controlar e executar ou promover a execução de atividades de pesquisa agropecuária, viabilizando o desenvolvimento da agricultura

³ Parte de uma entrevista feita com um ex-produtor de soja da região de Santo Antônio do Rio Verde, distrito de catalão Goiás realizada no dia 17/07/2007. O mesmo não quis ser identificado, devido o conteúdo da entrevista.

nacional. Outra função atribuída à EMBRAPA era a coordenação do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária - SNPA, estabelecendo vínculos com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios. De acordo com Santana (2005):

As pesquisas realizadas pela EMBRAPA abrangem as áreas de ciências agrônômicas, veterinárias, da sociologia e da economia rural, além daquelas relacionadas com a agroindústria, podendo, ainda, estender-se às ciências florestais e do meio ambiente. Sua atuação se dá por intermédio de 37 Centros de Pesquisa, três Centros de Serviços e 15 Unidades Centrais, estando presente em quase todos os Estados da Federação.

A EMBRAPA continua sendo o principal órgão de pesquisa voltada ao incremento da produção agrária no Brasil e, em franca expansão como pode ser visto no enunciado do site do Ministério da Agricultura: www.ministeriodaagricultura.gov.br.

Reconhecida como uma das grandes responsáveis pelo aumento da produção brasileira de grãos, que atingiu 9,5% em 2003, a Embrapa lidera o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA). Essa rede engloba, além das unidades de pesquisa e desenvolvimento da empresa, centros de pesquisa agropecuária estaduais, algumas universidades brasileiras e outras instituições privadas. Também fazem parte do sistema os Laboratórios Virtuais no Exterior (Labex) da Embrapa, implantados atualmente nos Estados Unidos e na Europa (França). Estudos de simulação feitos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) demonstraram que os investimentos em pesquisa e desenvolvimento podem elevar a produção de grãos no Brasil a 295 milhões de toneladas com a utilização da tecnologia já disponível, hoje usada apenas por uma parte dos produtores brasileiros. De acordo com especialistas da área, a Embrapa desenvolve 52% dos projetos em agricultura no Brasil. Governos estaduais contribuem com 20%. Universidades, com 21%.

O CPAC (Centro de Pesquisa Agropecuária do Cerrado), criado em 1975, está inserido entre os Centros de Pesquisa citados anteriormente. Suas pesquisas são voltadas diretamente para o cerrado. Esse por sua vez, foi de fundamental importância para o sucesso da agricultura moderna no cerrado brasileiro, sendo o responsável direto na correção do solo e na adaptação da soja ao cerrado.

Um detalhe que diferenciava O CPAC de outros programas era a sua versatilidade, pois desenvolveu atividades variadas no cerrado brasileiro, transitando entre a grande e pequena produção. De acordo com Franco (2003), essas atividades consistiam em:

Gerar, promover e transferir conhecimento e tecnologia para o desenvolvimento sustentado do complexo agrossilvopastoril da região do cerrado; desenvolver pesquisas para conhecer os recursos naturais e socioeconômicos dos cerrados e seu potencial de aproveitamento, com a finalidade de criar tecnologias apropriadas à região. Suas principais tecnologias geradas foram: - aproveitamento de espécies nativas (pequi, jatobá, baru, cagaita) dos cerrados para alimentação humana e animal; desenvolvimento de técnicas de adubação para o cerrado; estudos sobre a fixação biológica do nitrogênio em soja, ervilha, feijão, adubos verdes e forrageiras; recomendação de cultivares de trigo, soja e mandioca para a região dos cerrados; recomendação de fruteiras, eucalipto, café e pinus para a região dos cerrados; tecnologias sobre mane-

jo de solos e controle integrado de pragas; fornecimento de outras informações sobre: urucum, feijão, soja, milho, mandioca, café, cana-de-açúcar, arroz de sequeiro, gado de leite, gado de corte, trigo irrigado, seringueira, ervilha, citros, micorrizo, fungos ectomicorrizicos, rizóbio, recursos genéticos, reflorestamento, biotecnologia, plantas forrageiras e frutíferas.

No que se refere à EMBRATER, era entidade Coordenadora do Sistema Nacional sistema nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural, e tinha como função garantir a atuação, junto ao produtor, dos Serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural. Para Ribeiro (1985, p.25):

Outra função da EMBRATER é buscar a cooperação intersetorial junto às instituições de apoio ao meio rural, em consonância com as diretrizes setoriais do Ministério da Agricultura, respeitadas as formas de atuação dos órgãos de desenvolvimento regional e as diretrizes específicas das instituições de apoio ao meio rural na região, no campo de estímulo à produção e do Bem-estar social das famílias dos produtores.

Para dar suporte à atuação da EMBRATER nos Estados foi criada a EMATER (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural), órgão público de escala estadual, que veio substituir as Associações de Crédito e Assistência Rural (ASCAR, ASTER e ANCAR)⁴, associações civis. Em Goiás esta empresa foi instituída no Governo de Irapuan Costa Júnior, em fevereiro de 1976, tendo como diretriz a execução do serviço de extensão rural no Estado.

A EMATER realizou em Goiás um importante papel aos produtores rurais; consistia-se basicamente como um órgão de Extensão Rural. Para Ribeiro (1985, p. 21-22).

Extensão Rural é um processo de educação e capacitação de caráter permanente, que se caracteriza pela interação e comunicação recíproca e constante dos técnicos com os produtores, suas famílias e suas organizações. O objetivo desse processo é obter, por meios participativos, a compreensão da problemática agropecuária tanto a nível da unidade de produção de forma individualizada como das comunidades e regiões agrícolas onde agricultores estão localizados; discutindo sobre a seleção das melhores soluções para estes problemas, com ênfase na utilização dos recursos existentes no próprio meio; a realização dos programas de capacitação que surjam dessas análises e a avaliação permanente do processo.

Um detalhe curioso sobre a EMATER é que ao contrário de outros órgãos ligados à modernização da agricultura em Goiás, ela assistia, em sua maioria, pequenos e médios produtores.⁵

⁴ ANCAR - Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural
 ASCAR - Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural
 ASTER - Associações de Assistência Técnica e Extensão Rural

⁵ Ver mais sobre o assunto, na Dissertação de Mestrado em Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, intitulada de EXTENSÃO RURAL NO ESTADO DE GOIÁS: ACESSO DA PRODUÇÃO FAMILIAR À MODERNIDADE (1975-1999), autora Eloisa Pio de Santana sob orientação do Dr. Fausto Miziara

É verdade que todos os investimentos supracitados aperfeiçoaram a atividade agrária do Brasil, porém não se deve esquecer que eles estão vinculados ao processo de reestruturação da economia brasileira, que consiste no fortalecimento da indústria e intensificação da urbanização. Como afirma Gonçalves Neto (1997):

O planejamento nacional, contudo, deixa claro o caráter caudatário da agricultura em relação ao centro de decisões, localizado na cidade.(...) se o planejamento agropecuário visa promover o desenvolvimento do setor agrário, pretende, antes de tudo, assegurar que este não cause problemas ao processo de desenvolvimento como um todo, além de garantir a sua contribuição subordinada para o sucesso do projeto.

A década de 1980, como é conhecida na historiografia brasileira, foi um período de grande crise no Brasil, tanto econômica quanto política. No viés econômico, o país estava em crise com a dívida externa, com a balança de pagamento, com a inflação entre outros. No âmbito político, a crise estava caracterizada pelo fim do Regime Militar. Todos esses fatores desencadearam um conjunto de transformações no país, inclusive na característica do Estado Nacional que, enfraquecido pela crise generalizada, não apresentava condições de manter o caráter intervencionista.

Nesse sentido, foi instituído, no país um debate referente ao tamanho do Estado, expondo duas tendências políticas bem definidas, impregnando uma disputa entre os “minimalistas” e “maximalistas” do Estado. Para Gonçalves Neto (2000):

De um lado, principalmente nas correntes mais da esquerda, posicionam os defensores do Estado providência, o Estado Maximo, que intervem praticamente em todos os setores da vida social, ocupando até mesmo um largo espaço na economia, com a presença de empresas estatais...De outro lado na esteira da vertente neoliberal, que se difunde no Brasil nos anos 1990, temos os arautos do estado mínimo, pregando a não intervenção estatal na economia e no cotidiano.

A verdade é que a partir de meados da década de 1970, inicia-se um movimento de redução do Estado intervencionista no Brasil, contrariando o modelo de governo iniciado na década de 1930 pelo governo Vargas e que teve grande expressividade nas décadas de 1950 e 1960, principalmente no que se refere à modernização do setor agrário.

A partir desse momento e, intensificado nos governos de Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso, o que se vê no Brasil é uma ruptura com o tradicional modelo intervencionista do Estado brasileiro, simbolizado na política de privatização⁶. Vê-se a privatiza-

⁶ Mudar o Estado significa, antes de tudo, abandonar visões do passado de um Estado assistencialista e paternalista, de um Estado que, por força de circunstâncias, concentra-se em larga medida na ação direta para a produ-

ção como prejudicial ao país, pois a mesma com retórica de retenção de gastos e pela inoperância da empresa estatal, vendeu a preços baixos empresas de grande rentabilidade para os cofres públicos e em contrapartida, reduziu a arrecadação do Estado, assim como seu poder de investimento, pois o mesmo não aconteceu com gastos públicos.

Na verdade o que ocorreu foi o proveito de um momento de crise político e econômico, instaurado no bojo da democratização do país. Nessa conjuntura, é evidente a ineficácia do Estado intervencionista, na regência do país, o que abriu precedentes para os neoliberais empunharem a bandeira do não intervencionismo estatal. Assim, essa forma de governo passa a ser responsabilizada pela crise do país⁷, como está evidenciada na retórica de Bresser Pereira (1998, p.23):

Tornou-se cada vez mais claro que a causa básica da grande crise dos anos de 1980- uma crise que só os países do Leste e do Sudeste asiático conseguiram evitar- foi o Estado, uma crise do tipo de intervenção estatal e uma crise da forma burocrática de administração do Estado.

A minimização do Estado chegou também e, com grande significado, no setor rural brasileiro, tendo em vista a diminuição significativa dos investimentos estatais na economia agrária. De acordo com Gonçalves Neto (2000, p.221), esse fato se deve a dois fatores: o primeiro diz respeito aos custos que atingiram o sistema, impraticáveis para o Estado do momento, enfraquecido pelo esgotamento da arrecadação; o segundo está vinculado “à urdidura do capital” pós 1990, que se pauta na premissa de que “o Estado não pode competir com a iniciativa privada, nem provocar situações que prejudiquem a chamada lógica do mercado”.

Os impactos no setor agrário, com a retirada do Estado do cenário econômico, são evidenciados na afirmação de Gonçalves Neto (idem):

Estas iniciativas de retirada do Estado do cenário econômico são visíveis nos setores urbano-industriais, mas ocorrem de forma acentuada também no campo. Não podemos esquecer da falta de recursos para o financiamento da produção agropecuária, do fechamento da Embrater, do esvaziamento da Embrapa etc. que atinge o cerne da política modernizante do Estado para o setor rural brasileiro.

De acordo com Bastos, Gasques & Vila Verde (2006), nos últimos anos os gastos públicos federais em agricultura e organização agrária têm como índice a proporção de menos 2% da despesa Global da União, bem distante da recomendação da FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura) que, para o país, é de 9%.

ção de bens e serviço. Hoje, todos nós sabemos que a produção de bens e serviços pode e deve ser transferida à sociedade, à iniciativa privada, com grande eficiência e com menor custo para o consumidor. Cardoso (1998, p. 273).

⁷ Naquele momento, confundia-se a reforma do Estado com a reestruturação de toda sociedade brasileira, que ocorria em função do colapso dos governos autoritários. (GONÇALVES NETO 2000, p. 230).

Este fato pode ser justificado pelo baixo poder de investimento do Estado atual, de acordo com os autores supracitados. No período de 1985 a 2005, as despesas da União (2,34%) tiveram um crescimento quase três vezes superior ao crescimento do PIB (6,13%), e os gastos públicos com agricultura (0,45%) cresceram em uma taxa anual muito abaixo do PIB, como está exposto no quadro 1.

Tabela 01: Despesa Global da União, PIB e despesas em Agricultura e Organização. Valores de 1980 a 2005.						
Ano	PIB	União	Agricultura	Organ. Agrária	Agric. Org. agr Agrária	GastosUnião
1980	145.211	171.440	12.803	121	12.924	7,54
1985	1.220.001	172.292	5.710	334	6.052	3,51
1990	1.338.844	1.144.905	21.288	921	22.209	1,94
1995	1.557.281	433.585	19.659	3.278	22.938	5,29
2000	1.738.783	561.448	9.046	1.946	10.993	1,96
2005	1.937.598	606.933	8.437	3.628	12.066	1,99

Fonte:STN\MF IPEA\IPEADATA

A falta de interesse de um Estado intervencionista está relacionada à lógica do capital no setor agrário brasileiro e vai além da crise do próprio Estado. Essa afirmação é justificada pelo afastamento do Estado, após ter garantido a inserção e consolidação do capital no campo em uma fase de investimentos e, lógico, de despesas. Passada essa fase, a lucratividade é garantida, assim, não há mais necessidade de um Estado interventor, e as grandes corporações passam a reger o território. “Esse processo é comandado pelo capitalismo monopolista, o qual promove um rearranjo espacial do globo, subordinando as organizações territoriais à dinâmica hegemônica do capital financeiro mundializado”. (Chesnais, 1996 p, 122). Porém, não podemos afirmar que ocorreu o total abandono do Estado aos produtores rurais. Embora com menos intensidade, a partir da Nova República há uma retomada do incentivo estatal ao setor agrário. De acordo com Melo (1992, p, 28):

Houve, sem dúvida, especialmente no governo Sarney, tentativa de implementar uma política agrícola, até mesmo para substituir e compensar a perda do esquema anterior de apoio. Exemplo são os preços mínimos plurianuais, os preços de intervenção, os estoques reguladores, a política comercial e outros. Esta tentativa foi sendo gradualmente inviabilizada pela aceleração inflacionária. (...) Essa política e a crise fiscal diminuíram de modo substancial, a já precária base dos recursos para o crédito rural.

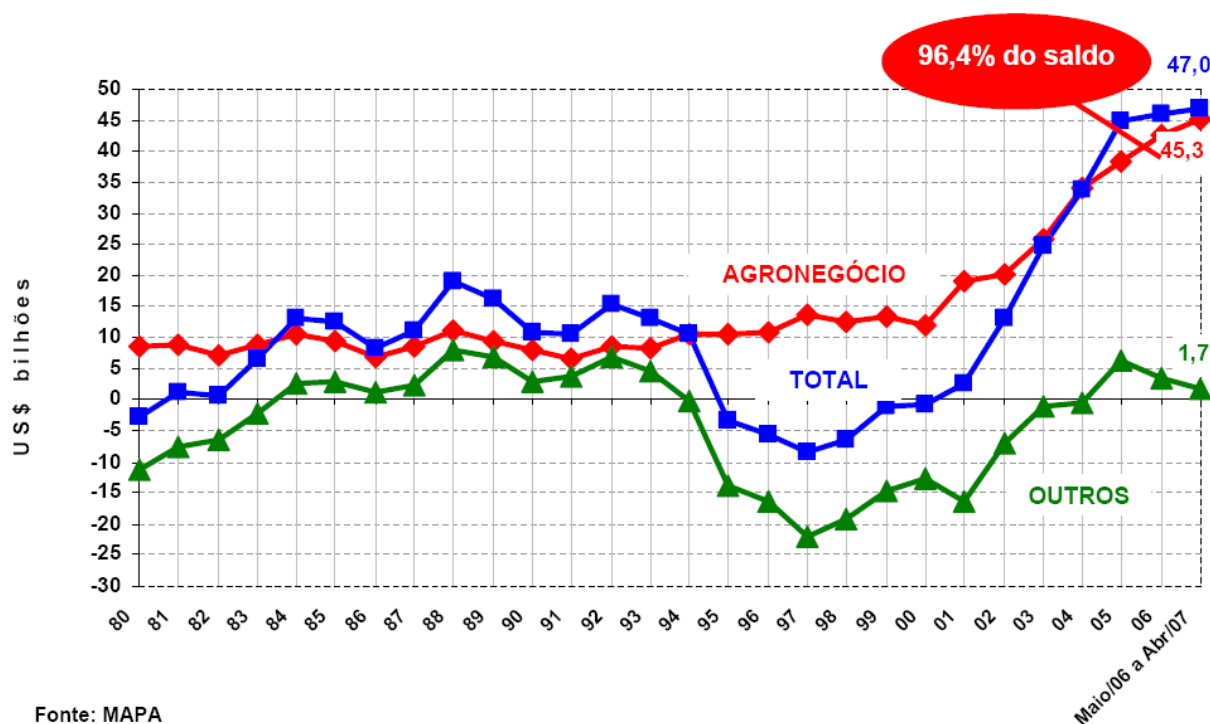
O que se pode perceber é que a década de 1980 e 1990, a atuação do Estado brasileiro no setor rural estava pautada na política de preços mínimos, mesmo assim, com o agravamento da crise, ele não conseguiu manter esse incentivo.

Contudo, o afastamento do Estado do setor agrário não levou a falência da agricultura brasileira, isto porque ela, com toda a sua diferenciação, continua sendo o setor responsável pela manutenção do superávit da balança comercial, ver gráfico 1. Além disso, nos últimos anos, não se registrou queda na produção, ver gráficos 2, o que é justificado pela força desse setor, tendo em vista, o seu significado para economia nacional, fato que explica o grande apoio do Estado. Como está exposto no site do ministério da fazenda:

O agronegócio é responsável por 45% do Produto Interno Bruto (PIB), 42% das exportações totais e 37% dos empregos brasileiros. Estima-se que o PIB do setor chegue a US\$ 180,2 bilhões em 2007, contra US\$ 165,5 bilhões alcançados no ano passado. Entre 1998 e 2006, a taxa de crescimento do PIB agropecuário foi de 6,67% ao ano. No ano passado, as vendas externas de produtos agropecuários renderam ao Brasil US\$ 36 bilhões, com superávit de US\$ 25,8 bilhões. O desempenho da agropecuária brasileira é incomparável. Nenhum outro país do mundo teve um crescimento tão expressivo na agropecuária quanto o Brasil nos últimos anos. A safra de grãos, por exemplo, saltou de 57,8 milhões de toneladas para 123,2 milhões de toneladas entre as safras 1990/1991 e 2002/2003. Nesse período, a evolução da pecuária também foi invejável, com destaque para a avicultura, cuja produção aumentou 234% - ou incríveis 16,7% ao ano -, passando de 2,3 milhões para 7,8 milhões de toneladas. Não é por acaso, portanto, que o setor, dono de uma alta produtividade, excelente nível sanitário e alta tecnologia, tem atraído cada vez mais investimentos internacionais nos últimos anos.

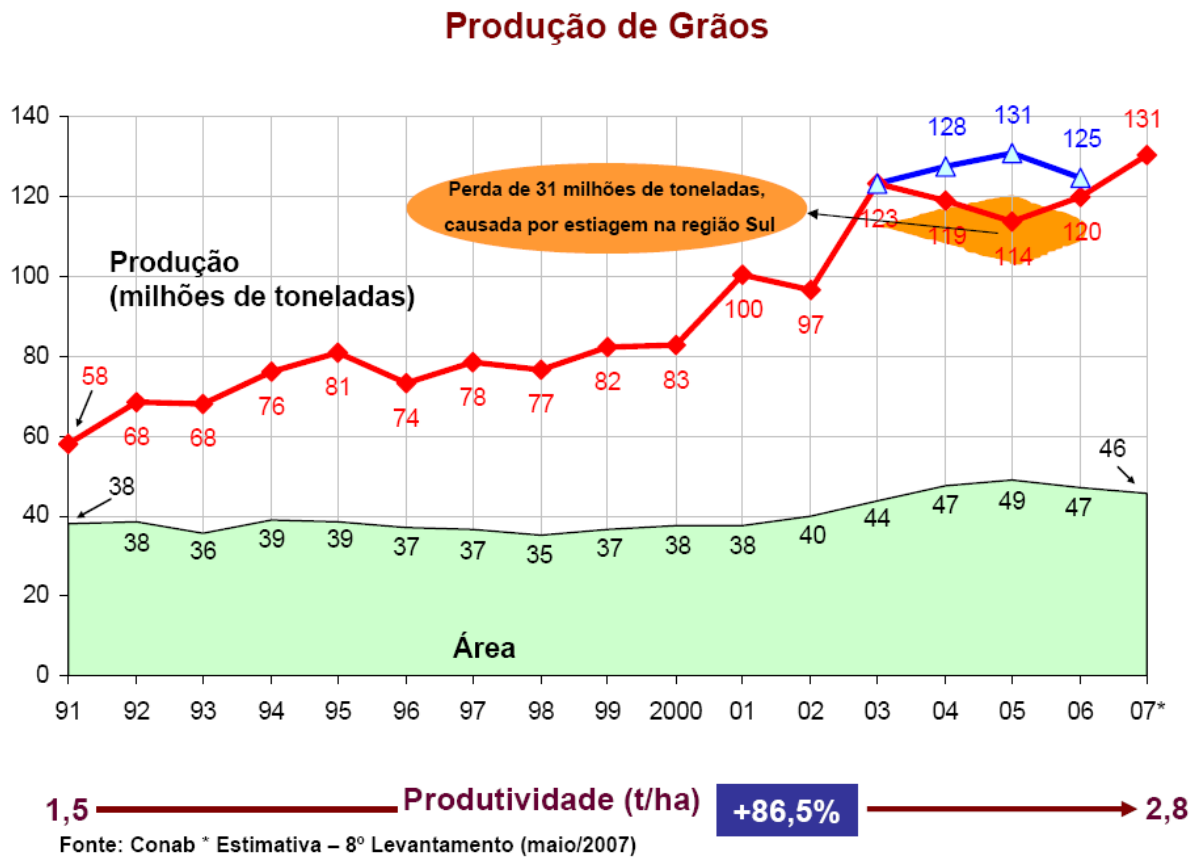
Gráfico 1.

SALDO DA BALANÇA COMERCIAL BRASILEIRA



Fonte: MAPA

Gráfico 2.



Na verdade, não há uma crise da agricultura brasileira, o que ocorre é uma crise de algumas commodities como a soja, o milho, o algodão, o arroz, entre outros, que em termos de lucratividade vêm perdendo espaço para outras, como é o caso da cana, que se expande pelo país, induzida pelos preços internacionais do açúcar e a demanda pelo etanol. Outros produtos, como sucos cítricos e o café também se encontram em alta devido à melhora do preço no mercado internacional. Nesse sentido, pode-se afirmar que a crise se localiza nas regiões produtoras das grandes commodities em descendência, e que as mesmas passam a ser substituídas por outras mais lucrativas, como é o caso da expansão da cana-de-açúcar.

2.2 A AMPLIAÇÃO DA CANA-DE-AÇÚCAR EM GOIÁS NO SÉCULO XXI: UM NOVO CICLO DA ECONOMIA AGRÍCOLA?

A expansão da cana pelo país começa a alterar o cenário agrícola brasileiro, pois a sua pujança econômica está tomando o espaço do milho e da soja. De acordo com o Ministério da Agricultura, na divulgação do 10º Levantamento da Safra 2006/07:

A entrada da cana de forma mais efetiva no Centro-Oeste poderá voltar a causar nova pressão na região da Amazônia Legal por novas áreas agrícolas ou áreas de pastagens. Efetivamente, a cana está tomando área do milho e da soja.(...) Os dados do último levantamento da Conab para a cana-de-açúcar, de maio, apontam a expansão da cultura na comparação da atual safra ante 2006/07: em Minas Gerais houve aumento de 16,8% na área plantada; em Mato Grosso do Sul, 18%; e no Paraná, 25%.

Atualmente, o Brasil é o maior produtor mundial de cana, assim como o mais importante produtor de açúcar e de álcool com 335 usinas. Possui uma área plantada de 6,4 milhões de hectares e uma safra anual de cerca de 426 milhões de toneladas. De acordo com o ministério da agricultura, em 2006 a produção etanol atingiu 17,4 bilhões de litros e a exportação chegou a 3,028 milhões de litros.

De acordo com o Instituto de Economia Agrícola (IEA), a expansão da cana-de-açúcar já tem uma rota definida, e passará principalmente por Goiás e por Minas Gerais, nas regiões próximas ao alcooduto que a Petrobras pretende construir a partir de 2007. Com essa expansão, vislumbra-se, que em dez anos, o Brasil produzirá 12,2 milhões de hectares com uma produção de 26 bilhões de litros de álcool e 900 milhões de toneladas de cana.

Nos últimos noticiários são freqüentes as manchetes sobre a expansão das usinas de etanol em Goiás. Até no Sudoeste Goiano, berço da produção de grãos, a soja e o milho estão sendo trocados por cana-de-açúcar. Segundo o gerente executivo de atração de investimentos da Secretaria de Indústria e Comércio de Goiás, Sérgio Duarte, em uma entrevista dada ao site do *Açúcar-Ético* no dia 13/10/2006, Goiás é o quinto maior estado canavieiro do Brasil, com 15 usinas em funcionamento e 60 pedidos de incentivo fiscal para instalação, dos quais 37 já aprovados e 6 já em fase de implantação.

A expansão canavieira em Goiás movimenta as políticas públicas relacionadas ao setor, de acordo com o secretário executivo do Programa Produzir-Fomentar, do governo de Goiás, Luiz Maronezi, em uma entrevista publicada no site supracitado. Há outros fatores logísticos que atraem os usineiros, tais como: escoamento pelos modais ferroviários, rodoviários, e pelo alcooduto, além da baixa concorrência por áreas de plantio da cana, o baixo valor de arrendamento de terras e a disponibilidade de água para irrigação.

A ampliação de indústrias de álcool foi impulsionada pelos acordos internacionais de produção alternativa de fontes de energia em detrimento da crise mundial do petróleo e dos problemas ambientais de aquecimento global. Além de vários recursos destinados à produção de biocombustíveis, o Etanol produz menos gases agressivos ao meio ambiente durante sua queima nos veículos automotivos.

No entanto, seu processo de fabricação não é tão “limpo” quanto parece, não estão sendo divulgados os Estudos de Impactos Ambientais – EIA – das mesmas, pouco se fala dos danos ambientais e sociais da implantação das usinas em território goiano.

As conseqüências podem ser desastrosas, para o meio ambiente, visto que a cana precisará de mais área de plantio, o seu manejo envolve a queimada controlada, porém de vastas áreas e ela avança sobre áreas de cerrado ainda conservadas. Economicamente ela exige muitos trabalhos precários e é sempre tida como uma vilã para as delegacias regionais do trabalho.

Na macroeconomia os danos podem ser incalculáveis, uma vez que o processo de consolidação da produção de grãos em Goiás é muito recente. Em Rio Verde o governo municipal, pressionado pela Perdigão e outras indústrias que se beneficiam da produção de grãos, chegou a sancionar lei que impede a expansão da plantação de cana no território do município.

No jornal O Popular do dia 11 de março de 2007, o destaque da página de economia (página 14) teve a seguinte manchete: *“Usinas de álcool vão mais que triplicar.”* A matéria diz sobre os 51 projetos de incentivos fiscais aprovados para indústria do álcool em Goiás, incentivos estes que não foram revelados seus valores pela SEPLAN naquela ocasião.

Na mesma edição de O Popular, outra matéria faz o alerta ambiental e compara a cana na produção do etanol com outros produtos que podem produzir o biodiesel. Esse último com o aproveitamento de espécies nativas do cerrado, evitando a monocultura e o desmatamento. A manchete da página 17 diz: *“Cana avança na pastagem e Cerrado.”* A matéria se refere aos danos socioambientais da cana sobre o cerrado desde os impactos sobre os recursos naturais até a mão-de-obra utilizada.

Já na manchete da página de economia (página 14) do mesmo jornal diz: *“Japoneses confirmam interesse por álcool”*. A matéria faz referência ao interesse do Japan Bank International Corporation de financiar a importação do etanol no Japão. Os interesses dos estrangeiros à produção do etanol no Brasil estão expostos em todas as matérias de jornais deste ano que tratam do assunto, principalmente depois da visita do presidente dos Estados Unidos no país.

A partir daí os empreendedores nacionais e internacionais estão de olho no território goiano para implantação de projetos para a produção do etanol se justificando no “desenvolvimento econômico da região”. Para o professor pesquisador da Universidade Católica de Goiás, antropólogo Altair Sales Barbosa, a o etanol pode ser *“bom para o Brasil, péssimo para o planeta”* e conclui dizendo:

Todo grande empreendimento econômico, principalmente aqueles que degradam o meio ambiente, se apóia numa justificativa de que grandes oportunidades de emprego surgirão e a qualidade de vida das populações aumentará. Desde 1970, quando as grandes monoculturas foram implantadas no Brasil, este fator não aconteceu. (SALES, 2007 *in*: O Popular 11/03/2007)

Diante de tudo que se apresenta aqui podemos dizer que as novas demandas do capital internacional em direção à produção do etanol são carregadas de polêmicas quanto aos seus benefícios para o desenvolvimento da Região Centro Oeste. Uma vez que está em debate, no momento, as agendas de compromissos para o desenvolvimento sustentável na região.

Tal como temos analisado tão necessário quanto criar infra-estrutura, desenvolver pesquisas tecnológicas que façam o solo ser mais produtivo, é alterar o quadro de demanda da população, criar novos desejos de consumo, alterar os vasilhames da cozinha, os veículos, o modo de vestir.

Esse processo, além de criar o consumidor que é um comprador, cria a consciência de vida burguesa. Para o capitalismo não interessa o sujeito da tradição, sem ambição, isolado dos bens atuais, fundando em regimes de vida de sua origem e tradição. Há, portanto, uma ótica cultural no processo de modernização que deve ser levada em consideração como se alma do sertanejo também tivesse que passar por mudanças básicas.

Esse quadro geral apresentado mostrou algo fundamental na análise do território goiano: o seu processo de modernização desigual foi motivado por um pacto de elite em nível nacional comandado pelo modo como a economia brasileira se irradiava diante do capitalismo mundial.

É momento agora de averiguar como esse processo ocorreu diante da modernização do território goiano.

2.3 POLÍTICAS PÚBLICAS E A MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO GOIANO.

De acordo com Moraes (2004), para compreendermos as formas atuais de atuação do capital na produção do território goiano é necessário o entendimento da nova organização espacial do planeta que, nas últimas décadas, é evidenciada pela internacionalização do capital. Esse fato colocando frente às ciências sociais, o desafio da reavaliação do conceito de território, tendo em vista, a necessidade de compreensão da intensa mobilidade socioeconômica imposta pelo avanço tecno-científico, que é empregado no sistema produtivo e que altera significativamente a relação do homem com o meio e entre si.

Nesse contexto, o conceito de território é imbuído de outro significado, dotado de grande complexidade, pois passa a ser percebido não só pelas suas características físicas e locais, mas aparece “revigorado com os estudos de subjetividade e das individualidades presentes nos fenômenos humanos”. (MORAIS, 2004, p.17). Ou “É o uso do território e não este em si que faz dele um objeto de análise social”. (Santos, 1998, p, 17).

Diante desse fato, a ciência geográfica ganha destaque frente às ciências sociais pela sua capacidade, dada pela vasta experiência na análise territorial. De acordo com Santos (1998, p.13):

A geografia alcança nesta virada de século a sua era de ouro, porque a geografia se impõe como condição histórica, na medida em que nada considerado essencial hoje se faz no mundo que não seja a partir do conhecimento do território. O território é o lugar onde desemboca todas as ações, todas as paixões, todos os poderes, todas as forças, todas as fraquezas, isto é, onde a história do homem plenamente se realiza a partir das manifestações de sua existência. A geografia passa a ser aquela disciplina tornada mais capaz de mostrar os dramas do mundo, da nação, do lugar.

Estudos contemporâneos introduzem no conceito de território uma teorização complexa, ao superar o caráter da simples relação de poder, existente entre Estado e território. Este aparece como morada do homem, que vai além do sentido da casa, ou seja, território é onde o homem se espacializa, luta pela sua existência. O território é visto “como uma objetivação multidimensional da apropriação social do espaço”. (CARA, 1998, p. 73).

Tais mudanças são propiciadas pela atual fase do desenvolvimento histórico da civilização ocidental, denominada de globalização, na qual novas organizações territoriais aparecem sobre o domínio das corporações econômicas internacionais. Essas por sua vez “promovem uma ação desreguladora das relações econômicas e reconfigura o uso e função do território e do Estado Nação, levando-os a perda de sua capacidade de ação para as iniciativas privadas”. (MORAIS 2004, p.21).

Essa fase é caracterizada pela instalação de técnicas da informação que interliga o mundo em tempo real pelo sistema de comunicação, sistema este garantidor do poder dos capitais globalizados sobre os territórios, pois se consiste em receptáculo e disseminador das ideologias dessas organizações. Para Santos (1998, p.17):

Essas técnicas da informação, afinal, a partir do planeta, produzem um mundo (e é por isso que se fala globalização) e nos levam à ilusão da velocidade como matriz de tudo, como necessidade indispensável e, certamente criam uma fluidez potencial transformada nessa fluidez efetiva a serviço de capitais globalizados, de tal modo que o dinheiro aparece como fluido dos fluidos, o elemento que imprime velocidade aos outros elementos da história... Nunca na história do homem houve um tirano tão duro, tão implacável quanto este dinheiro global. É este dinheiro global fluido, invisível, abstrato, mas também despótico que tem um papel na produção atual da história, impondo caminhos às nações.

Acompanhando o raciocínio do geógrafo, pode-se afirmar que a globalização, propiciada pelo avanço das telecomunicações, promove profundas alterações na estrutura socioespacial do planeta, colocando em evidência uma política imperialista do capital que passa a comandar passos políticos e econômicos das nações.

Este imperialismo atualizado é caracterizado pela ditadura do dinheiro, de propriedade corporativista sobre a égide dos países ou blocos desenvolvidos. Nesse contexto, o estudo do território passa a ser complexo e a relação de poder se estende em direção às relações sociais, nas quais o modo de vida do indivíduo ou grupo social reflete o rearranjo de um lugar, que por sua vez é reflexo do todo. “O lugar é parte do mundo e desempenha um papel em sua história” Santos (1997, p.35). Essa compreensão é importante para destacarmos que o território goiano é sede de lugares profundamente dinâmicos, e outros bastante lentos, inclusive, com balanço migratório negativo. E a condição dos lugares repercute no modo de vida de seus sujeitos, nos seus limites e nas suas possibilidades sociais.

Os estudos contemporâneos sobre a modernização do território goiano colocam como ênfase a modernização da agricultura vista como carro chefe das mudanças estruturais e da renda fundiária agrícola, que inseriu a região na dinâmica do capitalismo globalizado. Essa dinâmica captura o Estado Nacional, reorientando sua gestão do território, conduzindo o Estado a uma fase minimalista, exigência do modelo neoliberal, como afirma Moraes (2005, p 13):

A forma recentemente adquirida pela expansão do Capital exige a desregulamentação das relações econômicas e reconfiguração do uso e da função do território e do Estado Nacional, que gradativamente vai perdendo sua capacidade de ação para organismos de caráter global.

Em Goiás, esse fato é perceptível na transformação da forma, do estilo e do conteúdo do Estado Nacional no processo histórico de apropriação e produção do território, o qual, após garantir a dispendiosa infraestrutura necessária ao avanço do Capital, afasta das decisões econômicas, facilitando o processo de acumulação já previsto. Este fenômeno se constituiu-se no que Gonçalves Neto (2000) afirma ser a passagem de um “Estado Máximo a um Estado Mínimo”.

Essa fase é considerada, tal como explicamos anteriormente, como uma etapa avançada da interiorização econômica determinada pelo plano de integração do território nacional, constituindo-se como sucesso da política governamental nacional, que cumpre a meta de avançar a fronteira econômica do Centro-Oeste brasileiro. Processo comandado pela modernização do sistema produtivo agrário, fato que promove um conjunto de transformações, alterando significativamente a estrutura do território goiano.

Uma das transformações evidentes e de maior impacto deu-se na relação cidade campo, fator comum a todas as regiões inseridas no processo de modernização do setor agrário. Diante desse fato pode-se caracterizar o território goiano da seguinte forma: o campo se constitui por avançada tecnologia e um vazio demográfico, enquanto o setor urbano, símbolo do “moderno”, se configura-se em um espaço desordenado e com grande concentração demográfica.

Diante desse quadro, o rural que antes era sinônimo de atraso passa a ter uma conotação de moderno e o urbano símbolo do moderno é miscigenado com o rural, proporcionado pelo então modelo híbrido de produção agrária. Em outras palavras, é para o urbano que é direcionado os deserdados da “modernização”. A cidade se enche de terra. E a terra é habitada por máquinas.

Essa situação leva o território goiano a assumir uma nova postura econômica, a qual transpõe as fronteiras nacionais do comércio, através da produção voltada à exportação, além de se tornar um importante mercado consumidor de produtos internacionais, consolidando a territorialização do capital na fronteira agrícola do país. Configuração retratada após 1990 pela instalação dos complexos agroindustriais, consolidando de vez o setor agrário no modo de produção capitalista.

Esse processo foi baseado na introdução de tecnologia avançada no campo, que transformou a paisagem "improdutiva" do cerrado goiano num dos maiores produtores de grãos do planeta, modificando a identidade agrária do estado, com a desintegração da tradicional agricultura familiar. Esse modelo beneficiou os grandes produtores em detrimento das pequenas unidades de produção, ou seja, o campesinato. “Assim o Estado Nacional cumpre o seu papel: o de manutenção e ampliação do poder da classe dominante no campo”. (SILVA 2001, p. 09).

Tal atuação foi acompanhada por uma ideologia do Estado Nacional, que propunha superar o latifúndio improdutivo e pôr um fim à agricultura atrasada que significava um entrave para o desenvolvimento do país. Na verdade, o Estado evitava a realização de uma reforma agrária e inseria as regiões do cerrado na economia nacional como consumidoras de produtos industrializadas e fornecedoras de produtos primários, neste momento para o mercado externo. De acordo com Silva (2001, p. 10)

Este processo desencadeou um desenvolvimento desigual e contraditório no cerrado, processo dialético, resultante das novas relações estabelecidas entre homem x natureza e homem x homem para territorializar-se, se fez em detrimento à exclusão de uma parcela da população, isto é da desterritorialização do camponês e da ascensão dos grandes produtores.

Essa desigualdade estende-se pela estrutura regional do território, isto porque, o processo de modernização não se deu de forma homogênea, tendo em vista que algumas regiões ainda possuem uma estrutura agrária semelhante ao início do século XX, constituindo-se no que Milton Santos intitula de *espaço de resistência*. Fenômeno percebido em parte do nordeste goiano, que possui uma agricultura de subsistência e uma pecuária extensiva, embora o plantel bovino tenha passado por uma melhoria genética.

Tal fenômeno também pode ser verificado mesmo Santos (1997, p.35): nas regiões que passaram pela modernização, isso porque não atingiu a todos, e o modelo tradicional de produção ocorre lado a lado ao moderno, imbricando, convergindo, adaptando-se ou resistindo à modernidade. Inclusive mediante aspectos simbólicos, especialmente por antigos proprietários que não aceitam a pressão dos latifundiários modernos e dos filhos e, em nome do amor pela terra que herdaram dos pais, não a vendem.

Pode-se assim dizer, que Goiás possui uma estrutura agrária complexa, pois além de contradições existentes em áreas que passaram pelo processo de modernização agrária, em que convivem agroindústrias e pequenos produtores ainda presos ao processo de produção tradicional, ocorre também contradição regional, como foi dito anteriormente, existem regiões do estado que não modernizaram seu espaço agrário.

Esse quadro leva a adiantar que essa estrutura é resultado de um conjunto de políticas e intenções do Estado no processo de exploração do território brasileiro que, para Cha-veiro (2004, p.137):

É possível encadear uma síntese das intenções políticas que perpassam todas as políticas territoriais dos anos 30 até os nossos dias, nos diversos padrões territoriais constituídos nesse ínterim: Da política do Estado Novo, passando por 50 com o desenvolvimentismo de JK; de 60 a 80 Com desenvolvimentismo graduando-se com a denominada abertura de fronteiras para o capital estrangeiro refuncionalizando partes antes destinadas a atividades econômicas desintegradas, e apresentando o milagre econômico como salvação do que se referia como uma economia dependente; e de 90 aos nossos dias, com a caracterização dos modelos de modernização da agricultura, mediante a consolidação do parque industrial brasileiro, do novo sistema de comunicação, aparatados pela transição democrática e servindo a internacionalização do neoliberalismo, percebe-se o esforço do estado brasileiro, sustentados por pactos entre elites, às vezes nacional, outras vezes, dessa com a internacional, utilizar o território brasileiro para incorporar o país a uma dinâmica de uma economia internacional.

Como foi afirmado anteriormente, o Estado Nacional com o projeto de integração econômica do território brasileiro, adota um conjunto de medidas, voltadas ao desenvolvimento do cerrado, tais como: PCI (Plano de Integração e Incorporação dos Cerrados) criado em 1970; em 1974, foi criado o POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento do Cerrado) e

PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-Brasileira de Desenvolvimento dos Cerrados) criado em 1978.

Todos esses programas – repetidamente interpretados pela geografia que analisa o território goiano - foram acompanhados por uma ideologia do Estado Nacional, que propunha, tal como foi enunciado anteriormente, superar o latifúndio improdutivo e pôr um fim à agricultura atrasada que significava um entrave para o desenvolvimento do país.

A microrregião do sudoeste é expressiva no que se refere à atual produção do território goiano, pois foi a primeira a ser inserida no processo de modernização territorial, através da agricultura e a que apresenta estágio mais elevado. A sua importância ultrapassa as fronteiras goianas, razão pela qual tem sido investigada por diferentes autores radicados fora de Goiás, uma vez que expressa transformações da nação.

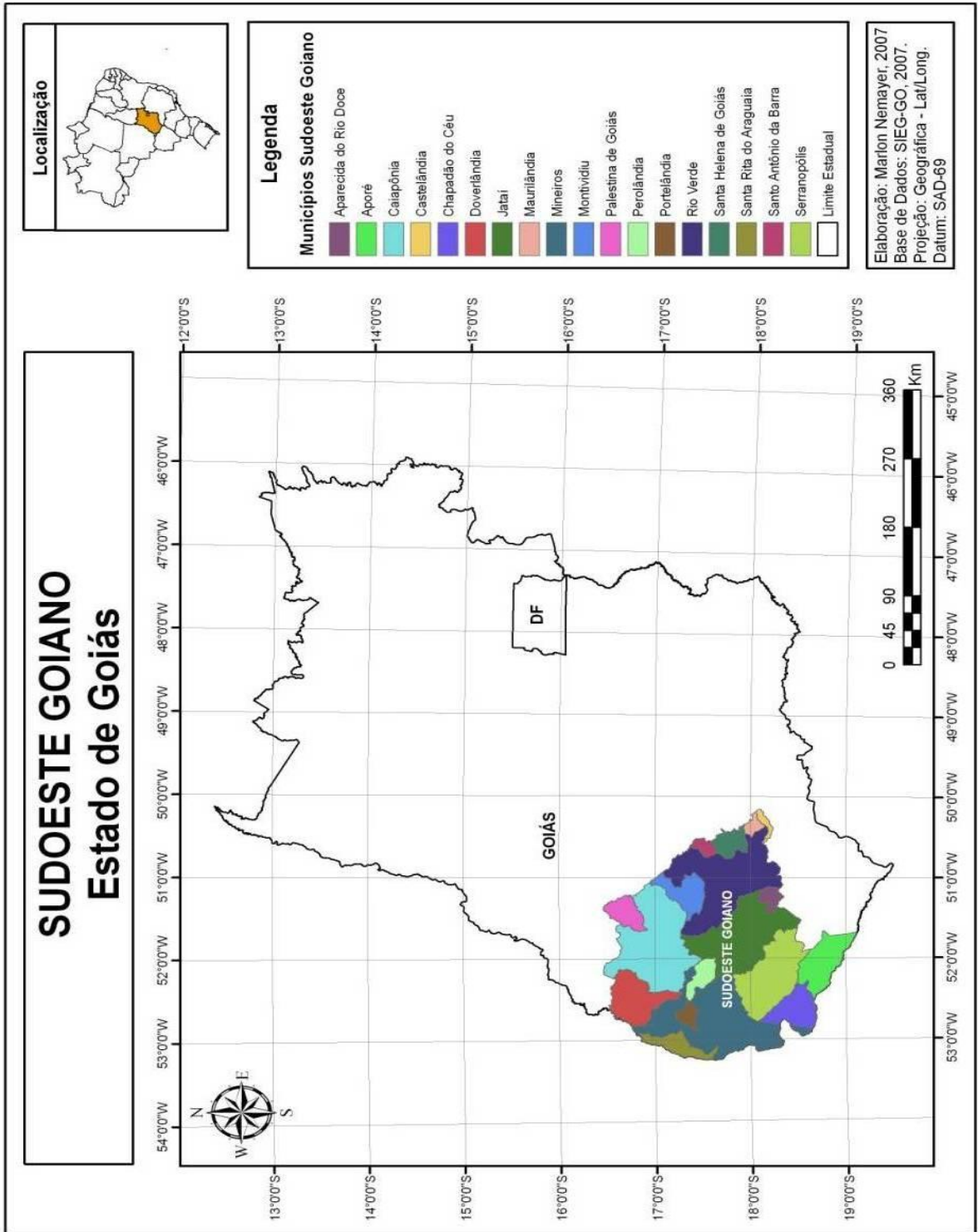
Isso nos motiva a mirar a nossa reflexão para essa microrregião, concentrando a interpretação no eixo temático que estamos propondo: a intervenção da política pública no processo de modernização.

2.4 A MICRORREGIÃO SUDOESTE NO CONTEXTO DA MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO GOIANO

A região Sudoeste do estado (mapa.1) é formada por 18 municípios e possui uma complexa formação socioeconômica. Expressiva pelo seu desenvolvimento agrário, possui nos municípios de Santa Helena, Rio Verde, Jataí, Chapadão do Céu e Mineiros, o topo da economia local, impulsionadas pela agroindústria.

Como a forte economia consiste em uma atração populacional, nesses municípios reside a maioria da população. Por outro lado, encontram-se municípios estagnados, com baixa densidade demográfica e características socioeconômicas contrárias aos supracitados. Esse fato se deve à lógica do capital, que investe nos locais onde o retorno é mais rápido e garantido.

O sudoeste goiano foi à primeira região do Estado de Goiás a ser inserida na política de modernização da agricultura, constituindo, assim, a porta de entrada para esse processo no território. Uma das justificativas para esse fato é a localização geográfica, caracterizada pela proximidade com o sudeste brasileiro, importante mercado consumidor de produtos alimentícios.



Outros fatores também contribuíram para essa ocorrência, tais como: a tradição na atividade agropecuária com a presença dos latifúndios e de uma elite agrária voltada para a absorção das inovações; pouco adensamento populacional no campo, o que facilitou o processo de incorporação das terras, quase sem resistência por parte dos pequenos e médios produtores rurais. (MENDONÇA, 2002, p. 12).

E deve ser levada em consideração a participação ativa do relevo. Os tabuleiros planos oferecem possibilidades para a agricultura mecanizada. A relação entre o movimento mecânico e o relevo, entra como um componente econômico, pois facilita a ação do trabalho, aumenta a produtividade do trabalho, gera menos custos e, desdobra, numa maior rentabilidade fundiária.

Os dados do quadro 2 demonstram a realidade do sudoeste goiano, que possui uma reduzida população no campo e uma concentração no setor urbano, além da ocorrência de cidades pólos que absorvem investimento das cidades do entorno. Nesse quadro, se estrutura um urbano pobre por falta de investimento, e outro com graves problemas sociais por se constituir em um atrativo populacional, que leva a um crescimento desordenado.

Programas do Governo Federal foram decisivos para o desenvolvimento da atividade agrária da região. A SUDECO implementou programas, como o PRODECER e o POLOCENTRO, que faziam parte do pacote da “revolução verde” do governo federal.

Coube a esses programas, criar infraestruturas e sustentação financeira para realização da modernização produtiva do setor agrário, principalmente através do acesso ao pacote tecnológico que acompanhava esse processo.

Dessa forma, a região passa a exercer o papel de mercado consumidor de produtos industrializados. Estevam (2004), considera este momento como a industrialização da agricultura, a qual surge para resolver o problema da crise industrial, gerada pela estagnação do mercado consumidor pela qual o país passava naquele momento.

A partir de então, o sudoeste de Goiás passa por uma reestruturação socioespacial, desencadeado pela transformação do seu processo produtivo, transitando de um modelo tradicional voltado ao mercado interno para um modelo moderno baseado no uso de tecnologia avançada, voltado para o mercado externo.

Ao analisar a inserção da região no processo de modernização da agricultura, Ferreira e Fernandes Filho (2003) afirmam que este período tem duas características marcantes. Primeiramente, a produção é extensiva, baseada, sobretudo, em relações de trabalho pouco formais até a intensificação da mecanização, do uso de insumos e de equipamentos agrícolas,

que marcam uma segunda fase ainda em curso. No início desta última fase, já se percebe a aceleração das atividades urbanas e de atividades econômicas bem dinâmicas.

A cidade de Rio Verde destaca-se como pólo econômico da região, figuras 1 e 2, acumulando a função de comercialização e processamento de insumos e bens de produção para a agricultura, através de investimentos em tecnologia. Caracteriza-se, assim, em um dos principais agropólos do país pela estreita associação entre os principais segmentos das cadeias produtivas agropecuárias e agroindustriais. Distingue-se pelo desenvolvimento do agronegócio regional com a instalação de unidades agroindustriais no município, como é o caso da Perdigão S.A, COMIGO, entre outras.

Figura 1: Imagem da cidade de Rio Verde-GO





Tabela 02: População residente nos municípios do Sudoeste Goiano segundo domicílio, 2005.

<i>MUNICÍPIO</i>	POPULAÇÃO		
	URBANA	RURAL	TOTAL
Aparecida do Rio Doce	1.807	595	2.402
Aporé	2.096	1.331	3.427
Caiapônia	10.819	3.854	14.673
Castelândia	3.491	391	3.882
Chapadão do Céu	2.818	960	3.778
Doverlândia	5.329	3.229	8.558
Jataí	68.821	6.630	75.451
Maurilândia	8.437	532	8.969
Mineiros	34.660	4.364	39.024
Montividiu	5.410	2.326	7.736
Palestina de Goiás	1.820	1.487	3.307
Perolândia	1.700	1.091	2.791
Portelândia	2.817	879	3.696
Rio Verde	110.079	10.473	116.552
Santa Helena de Goiás	32.349	2.196	34.545
Santa Rita do Araguaia	4.628	459	5.087
Santo Antônio da Barra	3.291	761	4.052
Serranópolis	4.095	2.352	6.447
TOTAL	300.467	43.910	344.377

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil, 2005.

Outras cidades se destacam neste contexto, como o caso de Jataí, Mineiros e Chapadão do Céu. Esta última, graças à modernização da agricultura, é considerada como cidade de primeiro mundo, por sua renda *per capita*, que eleva o padrão de vida da população. Por outro lado, em cidades como Palestina de Goiás, Aporé e Portelândia, a realidade é bastante

diferente, pois se encontram estagnadas, em um processo que Milton Santos considera como *inércia dinâmica*, ao se referir a dinâmica do avanço do capital, que ocorre de forma desigual; enquanto algumas regiões desenvolvem, outras continuam estagnadas.

Dessa forma, pode-se dizer que o processo de modernização da agricultura na microrregião Sudoeste do Estado de Goiás, está inserido no contexto da produção do território goiano a partir de 1960, sob a égide do Estado Nacional. Neste momento era imprescindível o desenvolvimento econômico do Centro Oeste e Norte do Brasil, tendo em vista o interesse do capital externo em criar um mercado consumidor de produtos industrializados e fornecedor de produtos primários.

A Microrregião Sudoeste constituiu-se no portal de entrada para o avanço do capital no Centro-Norte do país, alavancando economias até então estagnadas e, ao mesmo tempo diminuindo a disparidade econômica em relação à região litorânea. Porém, o mesmo não aconteceu com a distribuição social dos bens e da renda gerada, pois o que se pôde verificar foi o agravamento de problemas anteriores, principalmente pela expropriação e proletarização do sertanejo e a acelerada urbanização que se dá de forma desordenada.

O imbricamento entre a acumulação capitalista comandada pelos países ricos, o Estado nacional com a sua política de exportação de bens primários, e a participação das políticas públicas em níveis regionais e locais, demonstram que o território modernizado viria apetecer duas peças centrais da economia: a mercadoria e o dinheiro.

Essas peças exigem do Estado políticas que as condicionem, daí o processo de modernização ir evoluindo dos meios de transporte, passando por ciência, tecnologia até chegar à informação. Como o processo é comandado pelo capital, o trabalho sofre um abalo que resplandece no território, primeiramente como expulsão dos lugares, posteriormente como condição para reproduzir a própria vida.

Feita essa síntese, vê-se, com maior aprofundamento o que ocorre atualmente.

3 AS “REVOLUÇÕES” INFRA-ESTRUTURAIS DO TERRITÓRIO GOIANO: POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS PARA O ADVENTO DA AGROINDÚSTRIA NO TERRITÓRIO GOIANO

Duas observações devem ser feitas inicialmente: a primeira refere-se à compreensão teórica no sentido de que não se pode separar a infra-estrutura do conteúdo político que as geram. Construir uma via, ou desenvolver um pólo industrial, por exemplo, requer além do investimento, dos acertos políticos entre órgãos locais, nacionais e internacionais, uma definição de logística territorial, isto é, empresas, empreendedores e proprietários que vão se beneficiar de tais empreendimentos.

Outra observação decorre de que cada atividade produtiva ou processo que gera renda mediante o uso do território, como é o caso da Agroindústria, ao agir sobre o território incide sobre o trabalho. O processo de geração de uma alta rentabilidade, portanto, pode criar grandes contradições sociais.

Além do trabalho – ou junto a ele - gostos, costumes, formas de morar, estilo de lazer e condutas como hábitos alimentares, relação afetiva, princípios morais - participam também das transformações.

Para justificar o título do capítulo, resolveu-se apresentar um reforço de sentido ao se criar a expressão REVOLUÇÕES INFRA-ESTRUTURAIS, determinando o papel desse tipo de intervenção no território. Todavia, concebe-se a idéia de que o conceito “Revolução”, num contexto político abrangente, refere-se a mudanças do modo de produção, o que não é o

caso. O contrário é verdadeiro: as infra-estruturas são feitas que contribuem para conservar o modo de produção capitalista, afirmá-lo e reproduzi-lo.

É comum encontrar em pesquisas acadêmicas, uma imensa bibliografia que aborda as transformações socioespaciais do território goiano a partir da década de 1970. É notório que esse período foi definitivamente marcante na configuração de um novo espaço agrário no território goiano. No entanto, antecede a esse período, um imenso arcabouço de elementos políticos, econômicos e sociais que prepararam, de certa forma, o território goiano para o advento do capital da agroindústria.

Portanto, é importante uma leitura sobre alguns acontecimentos sóciopolíticos do início do século XX que contribuíram com o processo de modernização da agricultura em Goiás já no final da década de 1970. Não podemos ignorar o crescimento econômico pelo qual passava Goiás nas décadas de 1940 e 1950 com a consolidação do comércio atacadista de Goiânia e Anápolis; como também não se pode ignorar que esse crescimento aconteceu sob fortes influências do sistema de transportes estruturados por programas governamentais de implantação de rodovias e pela conclusão da ferrovia até Goiânia, além, é claro, das influências da nova Capital Federal em território goiano.

A expansão capitalista do início do século XX até o território goiano trouxe uma nova dinâmica socioespacial para Goiás que contou com grandes contribuições dos governos Federais e Estaduais e suas políticas de infra-estrutura e transformação do espaço agrário do Centro-Oeste. Desde a chegada da Mogiana⁸, em 1914, até as modernas montadoras de veículos da atualidade, foram várias as formas de contribuição das políticas territoriais dos governos de Goiás e do Brasil que promoveram uma revolução socioeconômica no campo e nas cidades.

O avanço da industrialização no sudeste brasileiro proporcionou um elevado fluxo de capitais na forma de mercadorias, trabalhos e moedas obedecendo a uma lógica mundial do capitalismo moderno (SANTOS, 2004). Esse capitalismo necessita cada vez mais de novos territórios e novas formas de organização do trabalho, exigindo muito que a sociedade transforme constantemente seu espaço, ampliando-o territorialmente e modificando-o na estrutura socioprodutiva. Uma estrutura que busca cada vez mais a concentração das riquezas e dos meios de produção. É nessa lógica que o capitalismo moderno avança para o interior do Brasil entre o final da década de 1960 e início da década de 1970.

⁸ Mogiana é o nome da Estrada de Ferro que chegou em território goiano em 1912, vinda do Triângulo Mineiro. Ela ligava a região ao sudeste brasileiro conforme relatam ESTEVAM, 2004 e BORGES, 1990.

Mesmo que o capitalismo tenha tido sua espinha dorsal consolidada no fim do século XIX, sua espacialização tornou-se cada vez mais dinâmica e complexa com a mundialização da economia, na qual as estruturas locais, regionais, nacionais e internacionais se chocam constantemente. No entanto, segundo Santos (2004 p. 20) prevalece a força da economia mundializada que deforma as estruturas locais.

A economia moderna mundializada, suas repercussões na economia de cada país, as relações que desde então se estabelecem entre influências externas cada vez mais deformantes e uma estrutura interna cada vez mais deformada, tudo isso engendra um modelo de utilização dos recursos naturais. Assim como uma estrutura de produção, uma estrutura de consumo e uma estrutura de classes cujos resultados relativamente ao homem e ao espaço são específicos deste período da história, ainda que frequentemente um agravamento e uma ampliação das tendências já delineadas desde o fim do século XIX.

Então, as transformações ocorridas nas estruturas locais não eliminam as deficiências estruturais da sociedade capitalista nem assumem uma nova estrutura, elas trazem novos elementos às velhas estruturas sociais. É o que podemos chamar de modernização conservadora (MORAES, 2006) que transforma as estruturas de trabalho, de organização da produção e de consumo, e conserva a estrutura de classes com a concentração das riquezas e dos meios de produção.

No processo de modernização do campo ocorrido em Goiás pôde-se perceber bem o que Moraes chama de “modernização conservadora” na qual os conflitos se deram na ordem da divisão regional do trabalho. De um lado estava a oligarquia secular dos coronéis, seus territórios de apadrinhados baseados no trabalho quase escravo, na relação semelhante às estabelecidas entre senhores e servos do feudalismo. De outro lado, estavam os novos políticos da produção agrícola em grande escala, o abastecimento dos centros econômicos, o trabalho assalariado, os frigoríficos e a estrada de ferro.

Se Goiás sempre foi um estado agrário, os novos políticos não pretendiam, por exemplo, implantar reformas que transformassem a estrutura fundiária baseada na concentração da terra. Eles queriam manter e consolidar essa estrutura e, para isso, contavam com novas idéias trazidas do centro hegemônico da economia nacional. Aproveitar a posição geográfica de Goiás no centro do Brasil dentro do planejamento do governo federal de “integrar” as regiões nacionais passou a ser importantíssimo e de um oportunismo inquestionável. Era o momento de ir ao encontro de novos ares da política nacional. No entanto, essas idéias e esse oportunismo só vieram à tona após a chegada da estrada de ferro em Goiás.

3.1 DA CHEGADA DA ESTRADA DE FERRO MOGIANA À CONSTRUÇÃO DE GOIÂNIA: SE A FERROVIA NÃO CHEGA À CAPITAL, A CAPITAL CHEGA À FERROVIA.

A chegada da estrada de ferro em território goiano proporcionou o fim de um sistema de produção primário sustentado por uma pecuária forte e uma agricultura quase de subsistência, com exceção da produção de arroz, que juntamente com o boi eram os principais produtos de Goiás exportados para o sudeste brasileiro por intermédio dos atravessadores do Triângulo Mineiro.

O Estado Brasileiro, ao avançar com a estrada de ferro para o interior do Brasil, trouxe não somente uma infra-estrutura básica para o escoamento da produção, mas também, novas idéias que influenciaram as nas estruturas sociais do espaço agrário do território goiano. Essa espécie de tráfego simbólico é, como se sabe, fundamental para mudar o conteúdo de um território, porque ajuda a criar novas demandas, novos gostos e, especialmente novas maneiras de executar a produção.

Chegaram, com a Mogiana, o trabalho assalariado, os sindicatos de trabalhadores, o Partido Comunista, as primeiras mecanizações do campo com o beneficiamento do arroz e dos primeiros produtos da carne bovina, que já podiam ser produzidos em território goiano com o envio dos equipamentos do sudeste brasileiro para Goiás por meio da ferrovia. Contudo, permaneceu a estrutura agrária do latifúndio e da concentração das riquezas.

Goiás inseriu-se no modelo de produção orientado e comandado pela indústria de São Paulo, ou seja, a lógica de organização da sociedade industrial ultrapassou os territórios urbanos e passou a comandar o território rural. É fato que a produção do espaço agrário sempre foi ligada ao abastecimento dos grandes centros urbanos, porém, cada espaço tinha sua própria maneira de se organizar e de se estruturar independente, essa certa “autonomia organizacional” se perdeu com a expansão da sociedade industrial que Lefévre (2001, p. 68) explicou bem como se dava essa dominação da cidade sobre o campo na sociedade industrial.

Atualmente, a relação cidade-campo se transforma, aspecto importante de uma mutação geral. Nos países industriais, a velha exploração do campo circundante pela cidade, centro de acumulação do capital, cede lugar a formas mais sutis de dominação e de exploração, tornando-se a cidade um centro de decisão e aparentemente de associação. Seja o que for, a cidade em expansão ataca o campo, corrói-o, dissolve-o. Não sem os efeitos paradoxais anteriormente observados. A vida urbana penetra na vida camponesa despojando-a de elementos tradicionais: artesanato, pequenos centros que definham em proveito dos centros urbanos (comerciais e industriais, redes de distribuição, centros de decisão, etc.) As aldeias se ruralizam perdendo a especificidade camponesa. Alinhando-se com a cidade, porém resistindo a às vezes dobrando-se ferozmente sobre si mesmas.

Na mesma idéia de Lefebvre, pode-se analisar o processo de modernização do território goiano por meio da transferência da capital da Cidade de Goiás para Goiânia, mudando o local do poder de decisões para uma nova área com menos influência das oligarquias antigas, mais próxima da estrada de ferro e da modernização, da vida urbana e da indústria. Deixou-se para traz a dependência que se mantinha com o Triângulo Mineiro e passou a se conectar diretamente com o centro econômico do país. Nessa perspectiva, Goiânia e Anápolis passaram a constituir o chamado “Eixo Anápolis-Goiânia”, como bem explica Estevam (2004, p. 129):

A consolidação do eixo comercial Anápolis-Goiânia retirou boa parte da influência mercantil do Triângulo Mineiro sobre o território goiano. Somente “parte” da influência, porque o comércio atacadista concentrado em Goiânia e em Anápolis atendia as zonas circunvizinhas mas não abrangia áreas produtoras do extremo sul e sudoeste do estado que continuaram ligadas ao comércio atacadista do Triângulo Mineiro. Nas décadas de 1950 e 1960, o crescimento comercial de Goiânia provocou um deslocamento econômico em favor de Goiás, minimizando influências do Triângulo. Pelo número de pessoas ocupadas no comércio atacadista, bem como pelo número de estabelecimentos – de Goiás e do Triângulo Mineiro – observa-se crescente participação relativa de Anápolis-Goiânia nas décadas de 1940 e 1950. Com base no índice de vendas do comércio atacadista, as duas cidades goianas sediaram um núcleo mais concentrado do que o conjunto das três cidades triangulinas.

Tem-se em Goiás, um fato interessante. Com a criação de Goiânia e o crescimento econômico de Anápolis, iniciou-se um processo de transformação da divisão regional do trabalho que saiu da atividade primária diretamente para a terciária, sem passar pela secundária (CHAVEIRO, 2001). Ou seja, Goiás não passou pela industrialização para se inserir na sociedade industrial que se consolidava no Brasil no mesmo período. Se no sudeste brasileiro, a indústria alavancava o setor terciário no processo de urbanização da região; no centro do país, o setor terciário chegou orientado pela indústria do sudeste sem a exigência da sua instalação no território goiano e, esse setor, se tornou-se um forte elemento urbanizador da região, antes ainda da chegada da agroindústria em Goiás.

Com a criação da Capital Federal em território goiano, Goiás passou a ter também melhores relações e comunicação com o poder político do país. Isso se tornou fundamental na consolidação das transformações do espaço agrário goiano para o capital nacional e internacional e no surgimento de uma sociedade urbana e industrial no interior do Brasil.

Em carta de apresentação do Plano de Governo no triênio 1968-1970, o então secretário de planejamento Eng^o Oton Nascimento diz para o governador Otávio Lage de Siqueira: “Já o poder político se transmigrou para o planalto, já daqui a cúpula governamental dirige o país.” Essa mensagem do secretário de planejamento de Goiás demonstra bem os

interesses dos políticos goianos em aproveitar a aproximação geográfica com o novo centro do poder político brasileiro.

A partir desse momento, o Estado brasileiro intensificou suas ações para o Cerrado, fundamentado no intervencionismo, principalmente no que se refere às décadas de 1960 e 1970, durante o período militar. As políticas aplicadas em Goiás, nesse momento, estavam pautadas no projeto de governo intitulado de PIN – Plano de Integração Nacional.

3.2 - A DÚBIA FACE DA INTEGRAÇÃO NACIONAL

Para Estevam (2004) a idéia de integração nacional dos governos militares no Brasil vem de encontro aos interesses do capital internacional à procura de novas fronteiras para conquistar e instituir seus territórios capitalistas. Pressionadas pelos movimentos ambientalistas internacionais, muitas empresas da Europa e dos Estados Unidos procuraram se instalar nos chamados países do terceiro mundo, como eram conhecidos, naquela época, os países emergentes, subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, com as chamadas “Revoluções Verdes”. Silva (2000, p. 25) abordou sobre o esgotamento de terras disponíveis para ocupação da agropecuária no sul e no sudeste brasileiro e apontou a ocupação do cerrado como uma das soluções enxergadas pelos governos da metade do século XX.

Dentro desse contexto, a região dos Cerrados tornou-se estratégica na incorporação de novas áreas, tanto pela sua posição geográfica, como por suas características físico-territoriais, que propiciavam a expansão da produção agropecuária nos padrões da nova agricultura moderna, baseada no pacote tecnológico da “Revolução Verde”.

É necessário lembrar que em 1972 aconteceu a Conferência das Nações Unidas Sobre Meio Ambiente em Estocolmo com a preocupação em estabelecer acordos internacionais para um planejamento econômico e social baseado na preocupação com os recursos naturais e na qualidade de vida das pessoas no planeta.

Com isso, os países mais avançados tecnologicamente foram os alvos preferidos do movimento ambientalista, forçando as empresas a procurarem novas áreas de expansão de suas produções. Esse contexto vem de encontro aos interesses dos governantes brasileiros e com os programas de integração nacional. Isso porque, aumentou os investimentos do capital externo no país, o que possibilitou a realização de políticas de integração regional por parte dos governos brasileiros.

O Brasil posicionava-se nesse período, na contramão do ambientalismo e do desenvolvimento sustentável, incentivando a ocupação das áreas de florestas e vegetações nati-

vas para implantar projetos de agricultura e pecuária em vastas propriedades rurais dos estados de Goiás, Mato Grosso, Acre, Rondônia, Pará e Amazônia. A idéia de “revolução verde” casada à criação de uma ampla região de fronteira agrícola transformou a retro mencionada revolução num dos maiores projetos institucionais públicos e privados de devastação do meio ambiente no Brasil.

Para ganhar a opinião pública brasileira o governo intensifica a campanha de integração nacional. Ammann (1982) diz que até os intelectuais do desenvolvimento de comunidades absorvem a ideologia da integração devido ao sucesso da campanha do governo federal na ditadura militar. Segundo a autora, a “integração” é um instrumento ideológico do governo e das classes dominantes para manipulação das massas no sentido de ganhá-las para seus projetos conservadores.

Os conceitos de desenvolvimento, de participação e de democracia entrelaçaram-se numa rede integradora para a manutenção do sistema e promoveram certa “disciplina social” dos brasileiros para apoiarem os programas de governo como se fossem seus programas. Em muitos pontos do plano de governo de Otávio Lage, em 1968, encontram-se frases do tipo: “Todos devem se desenvolver, e todos – o governo e o povo – devem aplicar recursos e energias.”

As máximas existentes nos discursos políticos integralistas de que o “povo está no poder” ainda persistem até hoje, mesmo que de forma maquiada como acontecem nos mutirões realizados pela Prefeitura de Goiânia nesta gestão de Íris Rezende Machado – 2005-2008. Nesse sentido, encontra-se, também, frases do tipo: “o desenvolvimento de Goiás está vinculado estreitamente à luta do país para sair do subdesenvolvimento e da pobreza.”(GOIÁS, 1968). Ou seja, a chamada “luta do país” é de responsabilidade de todos, portanto, se houver falhas é porque todos falharam, o governo e o povo.

Partindo desse pensamento, o desenvolvimento da sociedade só será possível diante da integração entre os governos e entre os povos, e para que isso aconteça, devem-se integrar todos nos mesmos programas, entretanto, a construção desses programas não contou com a participação dos que “devem ser integrados” e sim, com a participação dos “integradores”, pertencentes às classes dominantes como bem coloca Ammann (1982, p 160)

Sob o signo da integração social, criam-se o BNH e o PLANHAP, o Projeto Rondon, o MOBREAL, os CRUTACs, os CSUs, etc., que, gerando a ilusão de poderem solucionar os problemas das populações “carentes” são utilizados enquanto conduto de veiculação e sanção dos interesses e da ideologia dominante, inoculados nos modelos do desenvolvimento brasileiro.

Pode-se dizer que as questões ambientais afloradas na década de 1970 fazem parte de um grupo considerável de elementos que proporcionaram a crise capitalista do fim do século XX. Afinal, pensar novas formas de produção e de consumo é tão revolucionário quanto os pensamentos socialistas do início do século.

Mészáros (2004) fala da ligação entre as propostas de “revolução verde” com a expansão capitalista e dominadora da economia europeia e norte americana e alerta sobre o fato de essas revoluções (tecnológicas, científicas, industriais) não proporcionarem o que ele considera mais importante: a revolução das relações sociais dominantes de produção e distribuição e acrescenta que o hemisfério sul é o grande alvo dessas revoluções capitalistas. Segundo Mészáros (2004, p. 137)

Para completar, no entanto, deve-se acrescentar que o “Sul subdesenvolvido” não foi inteiramente excluído desta agenda repleta de revoluções. Na verdade, ofereceu-se a grande promessa científica da “*Revolução Verde*”, cujo verdadeiro significado foi claramente demonstrado pelo enorme vazamento de gás venenoso – causado principalmente por medidas de segurança de baixo padrão – da fábrica obsoleta e malcuidada da Union Carbide em Bhopal, na Índia, em 1984, que matou 3 mil pessoas, feriu gravemente 50 mil e, deixou graves conseqüências em outras 250 mil.

É interessante como Mészáros aborda, em sua obra sobre a importância da ideologia, algumas subjetividades existentes no contexto da modernização dos países pobres. Para ele a modernização é nada mais, nada menos que uma farsa para manter as estruturas classistas do sistema capitalista, o autor ironiza a modernização com a seguinte frase; “A cura do “subdesenvolvimento” pela “modernização””. Na mesma lógica crítica de Mészáros, Santos (2004, p. 20) fala sobre as graves conseqüências socioespaciais da dominação capitalista dos grandes países desenvolvidos sobre os países subdesenvolvidos.

Para os países subdesenvolvidos, o resultado é claro: produção sem relação com as necessidades reais; exportações e importações nocivas à economia nacional; superutilização dos recursos sociais em homens e em matérias-primas, em benefício das grandes firmas mundiais; subutilização da força de trabalho e dos recursos efetivamente indispensáveis à sobrevivência. No plano do Estado, endividamento crescente, distorção na destinação dos recursos, proteção, tornada indispensável, às atividades que sustentam o “crescimento” e o comércio exterior, com conseqüente empobrecimento do Estado. No plano social, agravamento do não-emprego, da pobreza, das condições de *habitat*, educação, saúde e alimentação. Empobrecimento relativo e absoluto.

Portanto, a modernização do campo aconteceu, seja expansionista, cínica, pretensiosa, avançada ou conservadora, estatal ou privada, e suas conseqüências no território goiano são de grandes proporções.

3.3 A INTEGRAÇÃO NACIONAL EM GOIÁS

No período de 1962 a 1966, a Companhia Elétrica de Goiás – CELG – e o Departamento de Estradas de Rodagem de Goiás – DERGO – foram responsáveis pela maioria dos recursos externos investidos em Goiás por meio do Governo Estadual. Os dois órgãos juntos foram responsáveis por 91,88% dos recursos recebidos do Governo Federal e de investidores internacionais, como demonstra o quadro 3. Com um total de NCr\$ 26.198.004,88, o DERGO foi responsável por 27,95% do total de recursos recebidos do governo federal para a abertura e pavimentação de rodovias no território goiano, portanto, fica explícita a atenção do Estado com as condições de fluxos de mercadorias, moedas e mão-de-obra. O governo de Goiás, no ano de 1968, fez uma leitura econômica do transporte, relacionando-o com as categorias tempo e produção. Como aparece no Plano de Governo Goiás (1968, p. 175):

Em economia, o transporte é considerado como uma parte da produção, porquanto ele cria o que se denomina a utilidade do local. As mercadorias devem ser trazidas dos lugares onde a natureza as produz ou onde são fabricadas, para os locais em que são utilizadas e consumidas. Esse transporte gera um certo valor. Os melhoramentos de transporte buscam tornar aquela “utilidade do local” mais barata e disponível em tempo mais curto. Da mesma forma que o armazenamento, o transporte pode vir a criar uma “utilidade de tempo em certas mercadorias”, enquanto elas estão a caminho dos seus mercados. Os melhoramentos: a) o veículo; b) a energia locomotora; c) a via.

Agregar valores de mercado ao transporte parece ser coisa da sociedade contemporânea recente, preocupada com a logística e escrava do tempo determinado pelo trabalho. No entanto, há quase 40 anos, o governo goiano já incorporava esses valores em seu conceito de transporte. Outra dimensão interessante que é inserida neste conceito é a dimensão social do transporte.(ibid)

Partindo do princípio de que o transporte é um dos fundamentos em que repousa a unidade dos grupos sociais, conclui-se que o mesmo exerce uma grande influência sobre o tamanho e a hegemonia das comunidades. Com efeito, a população tende a se concentrar naquelas regiões que dispõem de recursos naturais fartos e acessíveis. As cidades e vilarejos se estabelecem ao longo dos vales e de outras rotas naturais favoráveis. Quando as áreas de recursos valiosos se acham separadas por barreiras de montanhas, trata-se de encontrar as “gargantas” mais acessíveis através das quais se possam estabelecer as rotas comerciais, mais vantajosas. Os grandes centros comerciais surgem onde se torna necessária a baldeação das mercadorias, entre os transportadores.

O governo de Goiás inspira-se nas representações geomorfológicas históricas da espacialização humana sobre a terra, como o ser humano, historicamente, levou em conside-

ração nos fatores físicos às condições de transporte e comunicação, utilizando das “gargantas” mais acessíveis, como é colocado no texto, para criação de suas rotas comerciais. Essa análise já tinha sido feita para a escolha do local da nova capital, encravada na bacia do Rio Meia Ponte, um dos principais afluentes da Bacia do Paranaíba em Goiás e que abriga, em seu território, mais da metade da população do estado em seus 37 municípios.

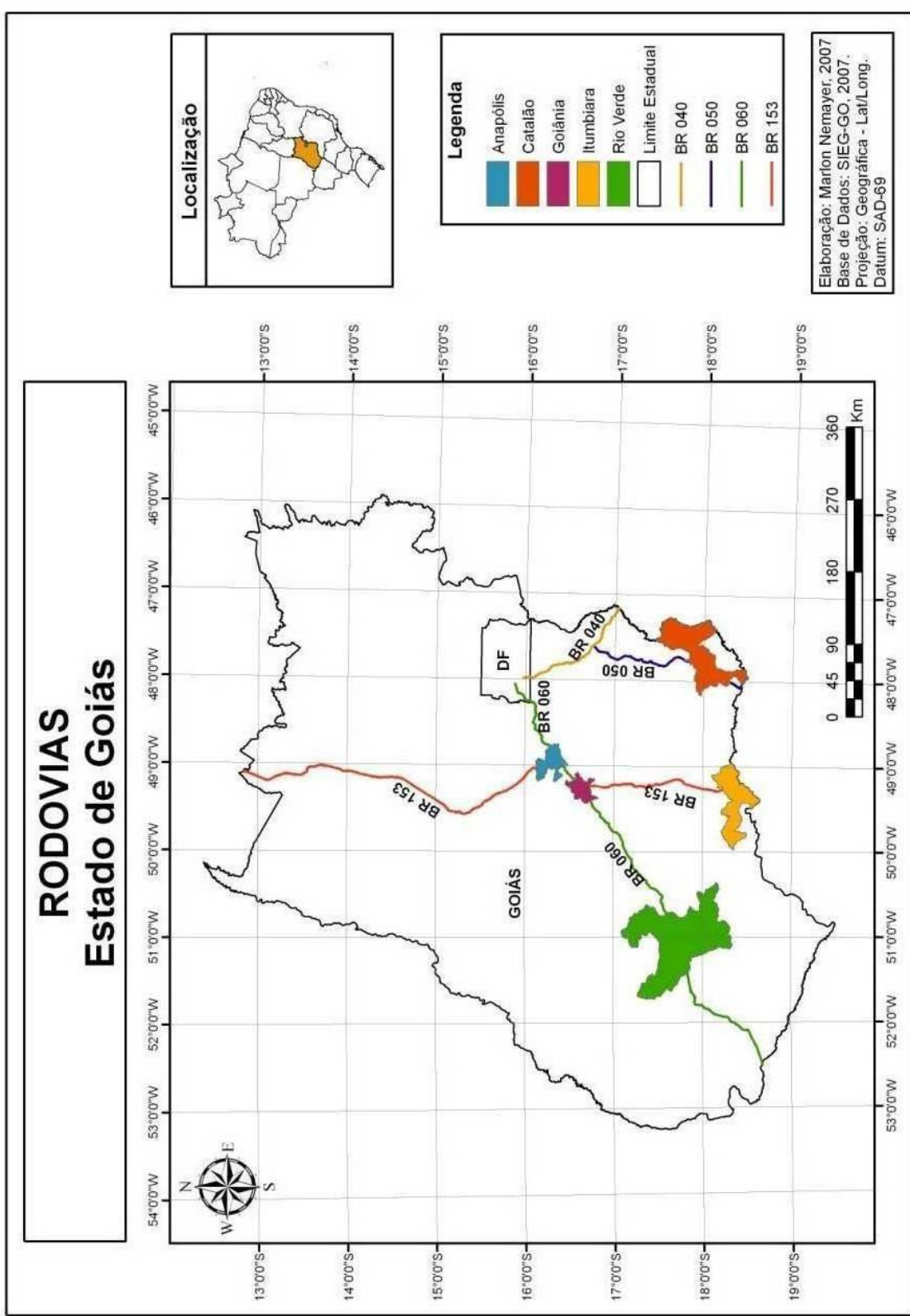
Pode-se dizer que a possibilidade de comunicação e relações comerciais entre esses municípios acontecia por meio de antigas estradas ao longo da bacia do Rio Meia Ponte, tal qual apresenta o texto do governo. Posteriormente, houve muita interferência da estrada de ferro, que passou a aglomerar maiores números populacionais e movimentar mais moedas e mercadorias. Essa realidade só foi alterada com os programas de pavimentação de rodovias na região do Mato Grosso Goiano, hoje Centro Sul do estado.

No norte do estado, a concentração dos maiores municípios se dava ao longo das margens do Rio Tocantins até a criação da BR 153 – Belém-Brasília – que, após ser construída passou a atrair aglomerados urbanos para suas margens (NETO, 2000).

ÓRGÃOS	1962	1963	1964	1965	1966	Total por Órgão	% por Órgão
DERGO	984.166,65	1.550.140,60	3.539.120,94	8.617.547,84	11.507.028,85	26.198.004,88	27,95%
CELG	994.403,45	2.776.000,00	10.979.000,00	16.871.670,1	28.298.877,00	59.919.950,62	63,93%
Secretaria da Educação	86.486,92	288.985,30	1.574.328,93	2.000,00	1.426.000,00	3.377.801,15	3,60%
Secretaria Int. e Justiça	8.000,00	2.700,00	-	-	-	10.700,00	0,01%
SANEAGO	192.300,00	237.500,00	80.000,00	208.798,34	804.467,35	1.523.065,69	1,63%
OSEGO	34.578,00	53.350,00	89.848,00	151.546,09	83.500,00	412.822,09	0,44%
SEVOP	5.900,00	4.000,00	-	-	-	9.900,00	0,01%
Polícia Militar	4.000,00	-	-	-	-	4.000,00	0,00%
CRISA	5.000,00	100.000,00	179.629,00	-	-	284.629,00	0,30%
METAGO	-	29.188,98	15.000,00	8.000,00	-	52.188,98	0,06%
CASEGO	-	129.000,00	11.000,00	-	1.554.000,00	1.694.000,00	1,81%
Secretaria da Agricultura	-	29.000,00	23.000,00	96.000,00	50.000,00	198.000,00	0,21%
INBAGO	-	-	6.000,00	-	-	6.000,00	0,01%
CIVAT	-	-	17.000,00	-	-	17.000,00	0,02%
FEE	-	-	2.500,00	-	-	2.500,00	0,00%
ESEFEGO	-	-	-	5.000,00	-	5.000,00	0,01%
CEPAIGO	-	-	-	10.152,00	-	10.152,00	0,01%
Total por Ano	2314835,02	5.199.864,88	16.516.426,87	25.970.714,44	43.723.873,20	93.725.714,41	100,00%

Fonte: Plano de Governo do Estado de Goiás – Triênio 1968-1970.

A chegada de Brasília em território goiano proporcionou uma grande investida do governo federal em rodovias federais em Goiás com a criação das rodovias BR-020, Brasília-Fortaleza, passando por Formosa; BR-040, Brasília Sudeste, ligando Goiás a Minas e Espírito Santo; BR-050, Brasília-São Paulo, passando pelo Sudeste Goiano e Triângulo Mineiro; BR-060, Brasília-Mato Grosso e Paraguai, passando pelo Sudoeste Goiano; BR-153, Brasília-Belém, cortando Goiás de norte a centro-sul e se constituindo numa espécie de espinha dorsal de parte de Goiás e do Estado do Tocantins, antigamente Goiás. Nesse cenário rodoviário, as BRs tiveram papéis fundamentais na transformação do espaço goiano, pois a chamada integração nacional passava obrigatoriamente por Goiás.(mapa 2).



Essa nova realidade fez com que o governo de Goiás também procurasse investir em programas rodoviários. Para tanto, o governo goiano decidiu investir em infra-estrutura a partir das demandas já existentes. Como pode ser visto do Plano de Governo Goiás 1968, p. 177).

Para uma previsão de quando e onde os serviços de transportes serão mais necessários, é preciso fazer uma estimativa da futura localização e quantidade de produção e consumo das principais mercadorias agrícolas, minerais e industriais que originam a demanda de serviços de transportes. Isso envolve uma inteira análise das estatísticas econômicas e sociais, conjugadas com as políticas setoriais e estratégicas.

Nesse sentido, os maiores investimentos aconteceram no sudoeste e sul goiano, pois a região já contava com uma demanda de escoamento maior que as demais regiões do estado por se tratar de produtos agrícolas e, em outras partes, a atividade econômica sendo bovina, poderia contar com menos investimentos em rodovias, uma vez que o boi é auto-transportável e poderia se locomover para alguns locais de entroncamentos de rodovias onde a produção poderia ser escoada em caminhões.

Além do mais, as rodovias implantadas nessas regiões iriam conectar as rodovias federais já implantadas, aumentando a rede rodoviária e a potencialidade de comunicação e relações comerciais. Com a crise do setor ferroviário e a implantação das rodovias federais o transporte rodoviário passou a ser a principal ferramenta de ligação do estado com os grandes centros hegemônicos da economia.

Se os recursos até então já eram muitos para os programas rodoviários, o governo goiano planejou para o triênio 1968-1970, investir mais de 80 milhões de Cruzeiros Novos em rodovias, conforme apresenta a tabela 4, ampliando mais que o dobro dos investimentos externos apresentados na tabela 3.

Serviços	Km	Custo estimado (NCr\$ 1.000,00)	%
Pavimentação	557,00	28.300	33, 91
1ª Classe implantação definitiva	469,00	19.205	23, 01
1ª Classe grade provisório	1.529,00	22.188	26, 58
2ª Classe	2.500,00	13.754	16, 50
Total	5.055,00	83.447	100

Fonte: Goiás, Plano Trienal 1968.

Contudo, a previsão do governo em conseguir mais recursos não poderia ser melhor, no quadro 5 estão apresentadas as fontes de recursos para o programa rodoviário ser implantado, a perspectiva era de 100 milhões de Cruzeiros Novos para investir na abertura e pavimentação de rodovias, conforme apresenta o quadro 4.

Os números apresentados pelo governo goiano demonstravam bem suas apostas no transporte rodoviário como instrumento de desenvolvimento regional; esses números materializam o pensamento e as representações que o governo daquela época tinha sobre o transporte rodoviário. De acordo com o exposto no Plano de Governo de Goiás (1968, p. 178):

O Estado de Goiás com seus 611.302 Km², tem na rede rodoviária o principal suporte de seu sistema de transportes. Esse responde atualmente como meio efetivo de comunicação, do escoamento da produção, de intercâmbio sócio-cultural e de formação de inúmeros centros populacionais, determinantes da melhoria espacial das populações e responsáveis pela constituição de novos pólos de desenvolvimento.

“O pacote rodoviário acelerou a integração de Goiás no comércio nacional e modificou as comunicações intra e inter-regional do estado.” Estevam (2004, p.123), Diante desse contexto, pode-se dizer que o sistema de transporte foi a primeira revolução socioespacial ocorrida no território goiano que contribuiu para a chegada da revolução agrícola da década de 1970. A revolução nos transportes e o crescimento econômico do eixo Anápolis-Goiânia contribuíram com a formação de vários aglomerados urbanos, cresceu também, a demanda por energia elétrica e, com isso, a expansão da Companhia Elétrica de Goiás – CELG.

A ligação de Goiás com o eixo hegemônico da economia nacional e, especialmente, a possibilidade de comunicação entre os vastos lugares praticamente isolados de Goiás vão apetreter a ideologia da integração mercantil e, aos poucos, inserir o uso do território numa lógica liberal. É como se as estradas fossem o caminho para o capitalismo executar os seus anseios no território goiano – e Goiás, ao vencer o tempo lento, emergiria no tempo rápido do mundo, tendo que mudar também a alma num esforço de atualização subordinada ao mundo desenvolvido.

Tabela 05: Recursos para programa rodoviário - triênio 1968-1970		
RECURSOS JÁ CONSIGNADOS PARA 1968		%
Fonte do Recurso	Valor em NCr\$ (1.000,00)	
Fundo de Participação dos Estados	12.300	35%
Fundo Rodoviário Nacional	12.000	34,8%
Dividendos da Petrobrás	50	1,4%
Aliança para o Progresso	2.500	7,2%
Estadual	7.600	21%
DERGO	25	0,66%
Total	34.475	100%
RECURSOS PROGRAMADOS PARA 1969		
Fundo de Participação dos Estados	14.470	35,9%
Fundo Rodoviário Nacional	14.120	35%
Dividendos da Petrobrás	60	1,4%
Aliança para o Progresso	2.500	5,2%
Estadual	9.110	21,8%
DERGO	30	07%
Total	40.290	100%
RECURSOS PROGRAMADOS PARA 1970		
Fundo de Participação dos Estados	17.564	43%
Fundo Rodoviário Nacional	17.144	42%
Dividendos da Petrobrás	72	1,7%
Aliança para o Progresso	2.500	6,2%
Estadual	2.500	6,2%
DERGO	36	0,9%
Total	39.816	100%
Total Geral	114.581	

Fonte: Goiás, Plano Trienal 1968

Com um montante de NCr\$ 59.298.877,00, a CELG chega a 63,93% do total geral dos recursos externos recebidos, mais que o dobro investido em estradas. A energia elétrica chegava com força naquele período por conta da construção de Brasília. O que contribuiu muito para o grande investimento no setor elétrico em Goiás. Porém, a energia elétrica gerada na década de 1960 tinha 60% de sua demanda no consumo residencial. De acordo com Estevam (2004, p. 118):

...uma das decisões fundamentais visando a implantação de Brasília foi a iniciativa de construção de uma hidrelétrica no rio Paranaíba – extremo sul de Goiás – com o objetivo básico de suprir a planejada capital federal. O governo de Goiás, em vista tão decisão, foi incentivado a criar a CELG – Centrais Elétricas de Goiás – que, apesar de instituição pública estadual, obteve praticamente toda a sua estrutura financeira advinda de recursos federais.

Da metade da década de 1950 até o fim da década de 1960, as políticas governamentais, tanto do governo federal como do governo estadual, estiveram direcionadas para a implantação de infra-estrutura necessária para iniciar as transformações do espaço goiano para a implantação dos projetos de expansão agrícola e pecuária para o mercado internacional.

O fim da década de 1960 foi o momento em que o governo goiano pensou nas estratégias de ações para implementar um amplo projeto de modernização da economia goiana, aumentando a capacidade de produção agrícola e pecuária e, trazendo para o território goiano, as indústrias de beneficiamento desses produtos, as chamadas agroindústrias.

É também momento de consolidar Goiânia e Anápolis como grandes centros econômicos do setor terciário no Centro-Oeste brasileiro, fato que é favorecido pela posição geográfica das duas cidades nos entroncamentos rodoviários e ferroviários que ligam os centros hegemônicos da economia brasileira ao centro do poder político e estes dois a uma imensa parte do território brasileiro.

Com a facilidade de transporte para escoamento da produção proporcionada pelos programas rodoviários, houve, conseqüentemente, um aumento na demanda pela procura dos produtos agropecuários goianos para o abastecimento do sudeste brasileiro. Era, então, momento de pensar como o território goiano poderia melhorar sua produção agrícola e pecuária e, para isso, era necessária a realização de pesquisas para se saber a potencialidade de produção do solo do cerrado para a produção de grãos e pastagens. Foi quando os governos goiano e federal iniciaram suas atuações nos projetos de melhoramento produtivo da agricultura no território goiano.

Como afirmado no primeiro capítulo, em 1973, o Governo Federal cria a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – EMBRAPA, que logo se empenhou na pesquisa para transformação do solo do cerrado direcionado a produção agrícola. Esse fato é comemorado no site oficial da empresa, que se orgulha em dizer que ela foi uma das responsáveis pela transformação do cerrado no maior produtor de grãos do Brasil, deixando o país como segundo produtor de soja do mundo, como pode ser visto no site www.embrapa.gov.br – história da empresa – acessado em 10 de março de 2007.

Tecnologias geradas pelo SNPA mudaram a agricultura brasileira. Um conjunto de tecnologias para incorporação dos cerrados no sistema produtivo tornou a região responsável por mais de 40% da produção brasileira de grãos, uma das maiores fronteiras agrícolas do mundo. A soja foi adaptada às condições brasileiras e hoje o País é o segundo produtor mundial.

“Anterior à criação da EMBRAPA, o governo brasileiro criou, em 1967, a Superintendência de Desenvolvimento da Região Centro-Oeste – SUDECO – que inseriu Goiás no I PND por meio de programas como o PROTERRA”, (ESTEVAM, 2004). O PROTERRA foi responsável, principalmente por projetos de infra-estrutura, em especial, a abertura de estradas ligando o sudoeste goiano à região amazônica e financiou a pavimentação da Belém-Brasília.

A EMBRAPA foi reforçada com a criação do POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados – que intensificou investimentos na pesquisa agropecuária. Para Estevam (2004), Silva (2000) e Pedroso (2006), o POLOCENTRO, além do papel de destinar recursos para infra-estrutura como armazenagem, estradas e energia, teve como principal atividade a pesquisa agropecuária no sul e sudoeste goiano e no oeste de Minas Gerais.

O norte do estado de Goiás recebia incentivos da SUDAM por conta de sua ligação forte com a região amazônica, sendo inclusive, inserido na região norte no momento de criação do estado do Tocantins. A ocupação da Amazônia esteve sempre no centro dos programas de desenvolvimento do cerrado. Esse pensamento esteve presente no discurso dos governantes goianos como demonstra a carta de Oton Nascimento ao governador Otávio Lage Siqueira: “É mister encarar o futuro com otimismo para construirmos no Planalto outro São Paulo e apoiado neste desenvolvimento, enfrentar o grande problema brasileiro que é a conquista da Amazônia” (Plano de Governo do Estado de Goiás – Triênio 1968-1970).

Para Pedroso (2006), os governos não tinham políticas bem definidas de desenvolvimento econômico, a falta de técnicas de cultivo apropriadas e de insumos agrícolas, bem como a falta de conhecimento das condições exatas dos tipos de solo dificultavam a elaboração dessas políticas. Tinha-se, contudo, a idéia comum de que a Amazônia devia ser a nova fronteira agrícola do país da mesma forma que está representado no pensamento do secretário de planejamento do estado de Goiás. Segundo Pedroso (2005, p. 3)

No início da década de 1970, as políticas governamentais passaram a estimular a ocupação da Amazônia na esperança de que, em pouco tempo, pudesse se tornar importante região agrícola. Como isso não aconteceu, a princípio, o interesse governamental voltou-se novamente aos cerrados, mais bem situados em relação aos crescentes mercados do Centro Sul, marcando, assim, o início do desenvolvimento agrícola na região Centro-Oeste, apoiado por programas governamentais.

Pedroso (idem) diz que as intervenções do Estado aconteciam de forma tardia e emergencial, principalmente no setor de infra-estrutura para acudir as demandas de escoamento.

mento da produção agrícola comercializada. No entanto, a chegada do poder político em território goiano e as influências dos agenciadores capitalistas no processo de expansão para o centro do país mudaram os programas governamentais e fizeram com que estudos mais precisos fossem realizados no planejamento das ações governamentais.

Portanto, no plano de Otávio Lage, em 1968, encontram-se análises sobre as características físico-territoriais das regiões do estado, os tipos de solos, relevos, bacias hidrográficas, cidades, urbanização, infra-estrutura e, também, análises econômicas como receitas, despesas e investimentos e, por fim, as estratégias para atrair para Goiás os investidores tanto do setor de comércio como da indústria.

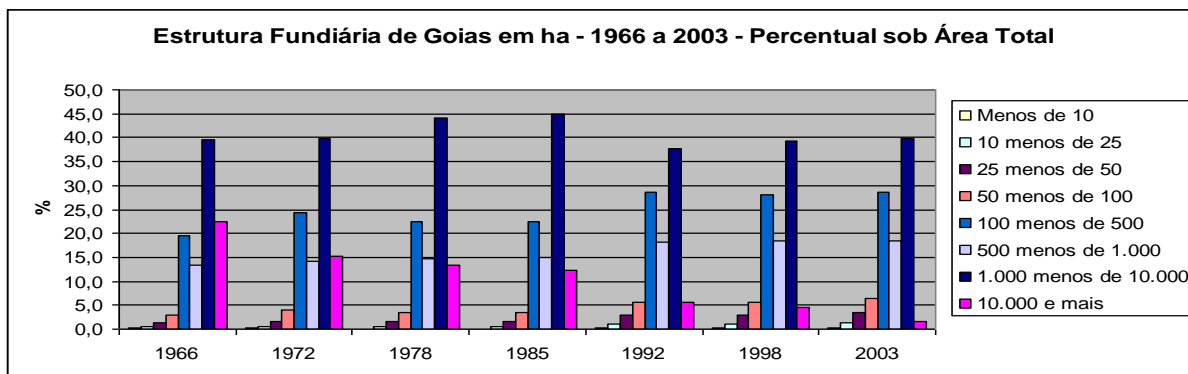
Porém o Governo não se limitou apenas nas interferências do meio físico partiu também para contribuir com os incentivos financeiros a produtores ligados às grandes empresas do ramo rural. Assim, obtiveram financiamentos aqueles que tinham condições de concentrar grande parte da produção e dos meios de produção, ou seja, aqueles que tinham muita área para o cultivo.

A concentração fundiária é tema abordado por Estevam (2004, p. 152) como uma das atuações do poder estatal na consolidação desse tipo de estrutura produtiva do país.

Neste processo de industrialização da agricultura, houve um movimento de reconcentração fundiária no interior do país e a atuação estatal foi eficaz no atendimento de necessidades dos capitais da grande empresa monopolista; as políticas do crédito rural beneficiaram as ditas culturas modernas de grande base tecnológica – modificando para cima a margem de rentabilidade desses produtos – e suprimindo interesses dos grandes proprietários rurais.

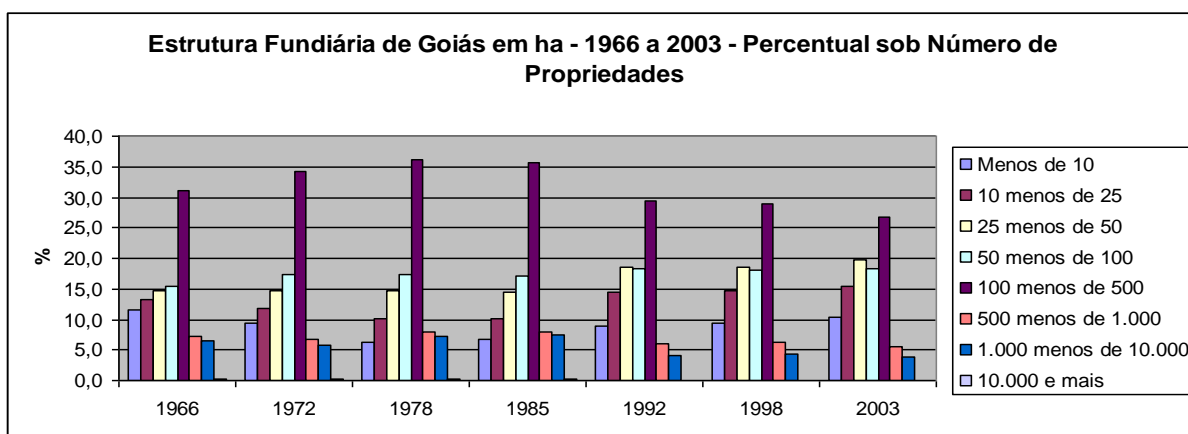
Pode-se observar, nos gráficos 1 e 2, como a estrutura fundiária em Goiás manteve-se em um padrão de concentração. As propriedades de 1.000 a 10.000 ha ocupam mais 40% do total de áreas rurais – gráfico 1 – desde 1966, tendo uma elevação para 45% em 1985 e, retornando novamente para 40% em 2003. Essas propriedades representavam apenas 5% do total de propriedades existentes em Goiás em 1966 e, em 2003, esse percentual caiu para menos de 5%. Apesar de ainda se constituir um território de estrutura fundiária calcada no grande latifúndio, pode-se perceber que a diminuição da participação das propriedades de mais de 10.000 ha no total de área rural é brusca, passando de mais de 20%, em 1966, para menos de 3%, em 2003.

Gráfico 4



Fonte: Incra

Gráfico 5



Fonte: Incra

O POLOCENTRO foi um programa que atuou na concessão de linhas de créditos rurais, porém, também nesse quesito, os pequenos produtores e proprietários de terra ficaram fora de suas linhas de crédito, beneficiando àqueles que já possuíam uma forte estrutura fundiária e financeira. De acordo com Pedroso, idem:

Apesar do POLOCENTRO ter sido um programa voltado para abertura de fronteira agrícola, as políticas favoreceram os grandes e médios produtores em detrimento dos pequenos. Na realidade, foi um programa de estímulo da média e da grande agricultura empresarial, mediante o fornecimento de crédito subsidiado, de assistência técnica e da remoção do obstáculo ao seu funcionamento.

Além de fazer concordar com essa leitura sobre as desigualdades sociais apresentadas na execução do POLOCENTRO, Estevam (2004, p. 159), ainda aponta o Estado como um agente capitalista no território goiano, como pode ser vista a seguir.

O POLOCENTRO inseriu-se dentro desta perspectiva econômica calcada sobretudo no enfoque da seletividade. Ao alterar a estrutura de exploração agrícola fomentou níveis de concentração da propriedade fundiária ampliando e gerando sequelas sociais negativas. Não fosse o peso da intervenção estatal dificilmente se projetaria com tamanha rapidez o processo capitalista de ocupação da fronteira.

Neste sentido, o Estado brasileiro caracterizou-se como o principal veículo de generalização das relações capitalistas no campo.

Nesse sentido, o Estado se apresentou desmascarado diante de sua postura burguesa e conservadora e revelou-se como o grande agenciador das forças hegemônicas da economia brasileira, provando que a lógica de sua organização estrutural política foi baseada no grande empresário e nos donos do capital.

Outro programa governamental que se tornou muito importante para o avanço tecnológico da agricultura no cerrado foi o PRODECER – Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados – por se tratar de uma parceria com o governo japonês. O PRODECER foi coordenado por uma empresa mista mantida com capital brasileiro e japonês, era a Companhia de Promoção Agrícola – CAMPO – criada em 1979. O PRODECER foi acordado entre os governos brasileiro e japonês no ano de 1976, porém, ganhou forças no início dos anos de 1980, por conta do fim do POLOCENTRO em 1979. Com os recursos do PRODECER a agricultura goiana recebeu incentivos financeiros para intensificar sua mecanização com a aquisição de máquinas e implementos agrícolas.

A modernização dos meios de produção do campo, por intermédio da transformação do solo do cerrado e da mecanização das forças de trabalho, proporcionou não somente o aumento da produção agrícola de Goiás como também a expulsão de milhares de trabalhadores rurais do campo para as cidades. Diante dessa realidade, foi desencadeada uma profunda transformação da Divisão Regional do Trabalho, promovendo a diminuição do trabalho na base primária e, conseqüentemente, o aumento na base secundária e terciária, o Centro-Oeste Brasileiro se tornou a “moderna área de produção agroindustrial” por intermédio das transformações ocorridas na sua base econômica a partir da década de 1970, conforme apresenta Deus (2002, p. 15):

Região produtora da matéria-prima para a agroindústria, desencadeou, após a implantação de novas técnicas para a produção agropecuária, processo de agroindustrialização regional, com implantação de unidades industriais modernas e de alta produtividade para o aproveitamento da matéria-prima produzida em suas unidades federativas, com grandes impactos regionais. Entre esses impactos, está a transformação da base primária do Centro-Oeste, complementada pelos efeitos do crescimento dos setores secundário e terciário regionais.

O sudoeste goiano pode ser considerado um ícone da modernização do campo em território goiano pelo viés da implantação de grandes projetos da agroindústria brasileira. Essas transformações ocorridas no cerrado na década de 1970 desencadearam um processo

de modernização e ampliação da capacidade produtiva de grãos no Centro-Oeste que, desde sua implantação, vem avançando e se alonga até os períodos mais recentes da nossa história, se é que pode-se dizer assim, à medida que esse processo está em funcionamento em apenas três décadas. Queiroz (2007, p. 22) acrescenta:

A região Centro-Oeste tornou-se a maior produtora de grãos do país, majoritariamente voltada para o mercado externo. A região Sudoeste do Estado de Goiás constitui-se na principal produtora do Estado de Goiás, contribuindo para no ano de 2003 torná-lo o quarto maior produtor agrícola. Este aspecto associado às ações do capital e do estado, através de várias políticas, destacando-se as de infraestrutura e os incentivos fiscais, contribuiu para a territorialização das agroindústrias na região, processo esse intensificado a partir da década de 1980, produzindo uma nova estrutura espacial do território goiano, consolidando-se na década de 1990, através dos complexos agroindustriais.

No entanto, esse processo de modernização, não é fruto apenas dos interesses locais, mas, sim de um conjunto de interesses que envolvem os poderes locais e externos mediados e agenciados pelo poder estatal. Para compreender isso, basta recordar que a estrutura fundiária brasileira foi constituída à luz da exportação de suas produções. O caráter exportador das produções brasileiras faz parte da gênese da propriedade produtiva no Brasil, como bem destaca Melo (2002, p. 3).

Características como o grau de concentração da propriedade fundiária foi reforçada ao longo da história do Brasil e das questões políticas de cada período – como a ditadura. A exploração massiva do trabalho e organização de uma tipologia de poder baseado no patrimonialismo concursaram para constituir um espaço agrário cuja função sempre foi a de produzir para o mercado internacional; desde a cana-de-açúcar, passando pelo surto de mineração, pelos cem anos de café, até a moderna agricultura que se edificou.

Pode-se dizer que o local reproduz a lógica nacional histórica desse processo de produção para atender as demandas externas. Acontece que os grandes centros da produção nacional que atendiam ao mercado internacional eram concentrados no litoral brasileiro, com exceção das minas de ouro. Devido a necessidade de se produzir mais para atender as demandas internas e externas as forças econômicas hegemônicas politicamente utilizaram a máquina do Estado para implementar os programas de “conquista” do sertão “cerradeiro” do Brasil.

Aliás, a industrialização do território goiano já se postava como elemento central do debate apresentado naquele plano GOIÁS (1968, p. 134 e 135):

A muitos parece espontânea a correção simplista: industrializar o Estado. É porém necessário perguntar-se
 Que tipo de indústria podemos ter?
 Qual o mercado para nossos produtos industriais?
 Quais são as vantagens competitivas de que podemos usufruir?

O governo faz uma leitura realista e desanimadora sobre as dificuldades que teriam os capitalistas em investir em Goiás no mesmo tipo de indústria existente nas outras regiões brasileiras, chegando à conclusão de que não teria condições de melhorar a agricultura e ao mesmo tempo investir na industrialização após elencar obstáculos como à falta de mercado consumidor interno e externo. Um outro fator é, o estado avançado em que se encontravam as indústrias do sul e do sudeste brasileiro, que, segundo o governo, se constituíam em concorrentes e não em consumidores dos eventuais produtos a serem produzidos em Goiás. Porém, já previam os desastres sociais causados com a modernização da agricultura e que as indústrias nas cidades poderiam ser as soluções. De acordo com Goiás (1968, p. 134 e 135) Ainda mais um melhoramento da técnica e mecanização da agricultura viria a diminuir o número de empregos no campo, a ocupar menos mão-de-obra. Sobraria pessoal que não encontra emprego nas cidades porque nelas não há indústrias.

Diante desse problema é momento então de pensar num tipo de industrialização que caminhe junto com a agricultura e a pecuária, que não provoque um desequilíbrio brusco na estrutura socioeconômica do estado. É a agroindústria foi planejada para Goiás tendo como base as demandas exigidas pela modernização do campo com a necessidade de adubos, máquinas agrícolas, agrotóxicos e indústrias de beneficiamentos e transformação de produtos agrícolas e pecuários. Segundo Goiás (1968, p. 134 e 135):

A criação destas indústrias é viável e as condições de competição são favoráveis a elas, por que, o mercado consumidor é o próprio Estado e os produtos alimentícios excedentes, já industrializados, poderão ser colocados no mercado nacional. A indústria assim estabelecida ocupará a mão-de-obra liberada do campo pela mecanização. Os valores unitários dos produtos de exportação seriam também maiores, e haveria, no atendimento mútuo da indústria e da agricultura, mais equilíbrio dinâmico do consumo com resultados mais saudáveis e maior desenvolvimento.

Com os estudos presentes no plano de governo de Otávio Lage, pode-se perceber que o poder público estava bem resguardado de informações que lhe davam a certeza dos caminhos a serem traçados para as transformações da economia do Estado. Esse fato lhe deixava bem seguro na distribuição dos recursos e dos serviços presentes nos programas governamentais para o desenvolvimento da região e nas instituições instaladas no território goiano na década de 1970.

3.4 A CONTRAPARTIDA DA REDE PRIVADA: O CASO DA COMIGO.

Com tantos investimentos públicos no território goiano para a implantação de uma agricultura forte e com produção destinada às demandas externas do capital nacional e internacional, chegou o momento do setor privado também entrar com sua parte no “negócio”, ou seja, dar a sua contribuição na transformação da agricultura em Goiás.

Em 1975 foi fundada a Cooperativa Agroindustrial dos Produtores Rurais do Sudoeste Goiano Ltda – COMIGO –figura 2- que se tornou posteriormente, em um grande ícone da modernização da agricultura no Estado de Goiás. Segundo Queiroz (2005, p. 60):

essa cooperativa foi pensada por produtores rurais ligados, em sua maioria, ao arroz, principal produto de exportação de Goiás naquele período, para juntos conseguirem romper as dificuldades encontradas para a colheita e beneficiamento do produto com a secagem, no armazenamento, no transporte e até no cultivo.

Segundo a autora, de 50 sócios fundadores, hoje a COMIGO conta com mais de 4 mil cooperados e também, mais de 1,5 mil funcionários. A autora ainda destaca que mesmo com o propósito de se criar uma cooperativa, os produtores conseguiram, além de solucionar seus problemas em conjunto, dar um caráter empresarial voltado para o capitalismo internacional. De acordo com Queiros (2005, p. 61):

Porém, a necessidade da COMIGO em atender o cooperado, não está desvinculada ao fato de atender o mercado consumidor, sendo que ao mesmo tempo em que exerce o papel de cooperativa, paralelamente se engloba no mercado global, enquanto empresa que pretende se manter de pé com base formada pelos cooperados e com o cérebro no modo de produção capitalista.

Figura 2: Sede da COMIGO em Rio Verde – GO.



Fonte: WWW. Prefeitura de Rio Verde – GO.

Nesse sentido, a COMIGO se estrutura no Município de Rio Verde, onde foi o seu berço e ali se expandiu para atender toda a microrregião do Sudoeste Goiano. Ela conseguiu instalar um grande complexo agroindustrial com refinarias de óleo, indústria de moagem de soja, indústria de embalagens de latas, laticínios, fábrica de fertilizantes e rações, laboratórios de análises de seus produtos, além de um grande complexo logístico de transporte e armazenamento.

Como ficou exposto, as infra-estruturas foram decisivas para municiar o território goiano em função de que ele pudesse, posteriormente, receber as inovações facultadas pela tecnologia, ciência e informação. Elas foram geradas perante uma logística que vêem os aspectos demográficos, a cultura, as condições pedológicos, geomorfológicas, bem como o cenário político das regiões e dos lugares. E mais: ao se implantar no território o deixa mais veloz, susceptível que determinados agentes se apropriem de sua potência de rentabilidade, excluindo outros agentes. Os agentes excluídos que não constam como beneficiados, no projeto de modernização do território goiano, são os desterritorializados pelo avanço do capital, assunto aprofundado a seguir.

3.5 DESTERRITORIALIZAÇÃO: A ÓTICA CULTURAL DO PROCESSO DE MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO GOIANO.

Ao propor o estudo sobre a modernização do território goiano, sob a ótica da questão cultural, pretende-se fazer uma discussão sobre as transformações no modo de vida do indivíduo e do grupo social envolvidos neste processo. Para tal, tem-se como direcionadores, os pressupostos da Geografia Cultural. Segundo Claval (1997).

Aproximar-se da geografia cultural é antes de mais nada, captar a idéia, que temos do ambiente próximo, do país, do mundo. É se interrogar em seguida sobre a maneira como as representações são construídas, sobre o papel no modelamento do real e sobre sua permanência, sua fragilidade e as reações que provocam.

A geografia cultural ganha ênfase a partir da década de 1980, com o movimento de revalorização de idéia de cultura no domínio acadêmico da ciência geográfica, a qual aparece como portadora de elementos fundadores de uma nova perspectiva epistemológica (GOMES, 1998, p. 31). Nesse contexto, ocorre um rompimento com modelos de ciências baseadas na lógica geral e dedutiva, assim como com o totalismo positivista e marxista, se

apoiando-se na teoria da complexidade, colocando em evidência autores como Edgar Morin. Para Gomes (idem), esse fato resulta:

Da crescente consciência sobre a necessidade de relativizar, de contextualizar, de compreender os fatos sociais em lugar de querer explicá-los, de absolutizá-los, tornando-os gerais e uniformes, ou de objetivá-los, tomando deles apenas suas características comuns e regulares.

A compreensão da cultura de um indivíduo ou grupo social tornou-se importante e revela-se imprescindível na apreensão do território, no momento em que esta nos revela a sua organização espacial, pois a mesma é resultado da relação homem/natureza e homem/homem, ou seja, das relações de produção, criando formas, símbolos e significados que representam seu gênero de vida. Tal imaterialidade do elemento cultural não prescinde da materialidade do mundo, todavia, permite dar mais atenção ao campo das representações sócio-culturais, pois Gomes (2005, p. 32) admite que cultura:

"(...) é definida como um domínio próprio do mundo humano, um mundo de significações, de valores, um mundo de referências, que nasce da comunicação e de um universo de símbolos... o que pode conduzir à compreensão dos fatos culturais é justamente a possibilidade de mergulharmos neste mundo de significações, de participações de sua dinâmica".

Nesse sentido, propõe-se fazer uma análise sobre a desterritorialização do sertanejo goiano que, em virtude da modernização do seu território, passa por um conjunto de mudanças que alteram significativamente o seu modo de vida.

Ao se aventurar em uma discussão sobre o termo *desterritorialização*, faz-se necessário uma melhor clareza, face à sua grande complexidade, pois não se trata como afirma Haesbeart (2004, p.143), simplesmente da outra metade da dinâmica da territorialização. Na verdade o termo *desterritorialização* é envolto de significados, que se expressam na simbologia estética da paisagem de um território, no ato de sua refuncionalização, assim como na *psique* do indivíduo ou grupo social envolvido nesse processo.

O discurso sobre a desterritorialização efetivamente tomou vulto a partir da década de 1990, tendo em vista, a expressividade das condições da pós-modernidade que inaugurou uma nova estrutura de mundo, baseada na mobilidade espacial, dada pelo domínio tecnológico e movimentação populacional, pondo fim aos antigos laços da sociedade com o espaço e gerando um "descentramento do indivíduo com a comunidade bem delimitada" (HAESBEART 2004, p.145). O processo de desterritorialização é entendido como transições demográfica e cultural inerentes a refuncionalização territorial, elas incluem as diferen-

ças e mudanças para um grupo social, que são acarretadas na passagem de um território a outro.

A influência da pós-modernidade, no discurso da desterritorialização, se caracteriza-se pela fragmentação, complexidade e por uma nova ordem social, teleguiada pelo advento tecno-ciêntífico, promovendo uma recriação da cultura. Neste sentido, os meios de análise clássicos já não são suficientes para a abordagem dessa complexa realidade. De acordo com Nogueira e Pitta (2001, p. 12).

A relação objetiva entre sujeito e objeto já foi invalidada pelas colocações da física quântica. As teorias a respeito do evolucionismo cultural já caíram por terra. Novos paradigmas surgem em quase unanimidade abrangendo as diversas ciências e, cada vez mais, o próprio conceito de ciência abrange saberes múltiplos. Neste contexto surge, já a partir dos anos 60, uma corrente de pensamento revalorizando o imaginário que, por séculos tinha sido desprezado pela cultura ocidental. Nas ciências ditas humanas, além de Gilbert Durand, "pai" das Estruturas Antropológicas do Imaginário, encontram-se autores como Edgard Morin, trabalhando o conceito de complexidade, Abraham Moles, trazendo a noção de flou caracterizando o fenômeno social, Michel Maffessoli mostrando o novo espaço delimitado pelas novas tribos com a noção de localismo afetual, Jean Baudrillard pondo em destaque a dimensão do simulacro característica da vivência atual, entre outros.

Diante da idéia já expressa de desterritorialização, o território aparece como o lugar, espaço físico e social, do domínio dos modos de vida que, ao sofrerem mudanças apresentam situações propícias ao movimento migratório e, conseqüentemente, acarretam a perda da identidade do lugar e do sujeito. Essas mudanças são promovidas por uma conjuntura na qual o Estado aparece como regente do território, redefinindo e reorientando o uso do mesmo. De acordo com Raffestin (1993, p.15):

Do estado ao indivíduo, passando por todas as organizações pequenas ou grandes, encontram-se atores sintagmáticos que produzem o território. De fato o Estado está sempre organizando o território nacional por intermédio de novos recortes, de novas implantações e de novas ligações.

No âmbito da Psicologia Social, o significado de território ultrapassa os limites da configuração de sua paisagem, caminhando em direção a uma territorialidade subjetiva na qual o espaço vivido dos indivíduos é resultado da relação homem-natureza e homem-homem, da qual origina suas representações, suas significações, sua cultura que se caracteriza na identidade do território. Dessa forma, "O território pode tanto ser relativo a um espaço vivido, quanto a um sistema percebido no seio do qual um sujeito se sente em casa". (Guattari, 1986, p.323).

Ainda de acordo com Guatari (*idem*):

O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto dos projetos e das representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais e estéticos, cognitivos.

O ato de desterritorialização também ocorre subjetivamente, pois ao desterritorializar-se, o indivíduo perde o referencial, através da desarticulação cultural, levando-o à perda de sua identidade. A este processo de desterritorialização, a espécie humana esta mergulhada intensamente, “tendo em vista que seus territórios originais se desfazem ininterruptamente e, na fase atual, com grande velocidade”. (Guatari, 1986, p. 323)

A todo o momento o indivíduo se encontra em um processo de desterritorialização, isto em função da sua própria evolução, estabelecendo assim novas territorialidades, subjetivamente delimitando novas fronteiras, reterritorializando-se. Nesse sentido "a reterritorialização consiste numa tentativa de recomposição de um território engajado em um processo desterritorializante". Guatari (1986, p. 323)

Nas sociedades globalizadas, sob a égide da evolução tecnológica, ocorre o fenômeno do "desencaixe" entre espaço e tempo, que é definido por Giddens, (apud, Haesbeart 2004, p. 157) como "O deslocamento das relações sociais de contextos locais de interação e sua reestruturação através de extensões indefinidas de espaço". Nesse contexto, "A desterritorialização é apenas uma face de uma dinâmica conjunta de reterritorialização; o desencaixe espaço temporal representa uma das faces do processo de reencaixe em novas bases histórico-geográficas". (Haesbeart *ibidem*, p. 158):

Em outras palavras, o território é reorganizado para atender as exigências do momento histórico, rompendo com a organização anterior através do processo de desterritorialização, a reterritorialização é a adaptação a esta nova realidade, que acontece concomitantemente a desterritorialização.

Assim desterritorialização/reterritorialização consiste na adaptação ao novo e é envolvida por profundas transformações, tendo em vista que o modo de vida anterior é significativamente modificado, o que não implica numa absoluta perda de identidade do grupo ou do indivíduo envolvido no processo⁹. Como exemplo, podemos citar o caso do sertanejo

⁹ Para Stuart Hall, autor que tem se posicionado ao lado da virada pós-moderna, a identidade não se define, em última instância, unicamente pela classe social a qual pertence o indivíduo. Segundo o mesmo, a identidade é fruto de uma espécie de jogo, onde o indivíduo se posiciona e assume posições diversas dentro da “partida social” que disputa, ou seja, a tradicional idéia de submissão total do sujeito diante do poder aniquilador eco-

goiano envolvido no processo de modernização da agricultura, que passou por mudanças e adaptações no seu modo de vida.

O processo de desterritorialização promovido pela modernização do território goiano, constitui-se na refuncionalização produtiva do território, promovendo deslocamentos populacionais no sentido campo/cidade e rupturas na vida cotidiana e temporal de um grupo social, "os povos cerradeiros".¹⁰

Estudiosos do processo de modernização do território goiano, tais como: CHAVEIRO (2001), ESTEVAM (2004), BORGES (2002), CHAUL (2004), ARRAIS (2004), MENDONÇA (2004), entre outros, consideram que o processo de modernização é resultado da territorialização do capitalismo nacional e internacional no Brasil, atingindo diretamente o interior do país.

Assim, é identificado o papel da dinâmica capitalista na transformação do território goiano, onde se percebe que o processo inevitável da apropriação capitalista sobre os espaços de produção agrícola de Goiás não é um fenômeno isolado e independente das transformações globais da sociedade moderna, ou seja, o território goiano se encaixa nos moldes da lógica global e capitalista de produção.

Os discursos que justificavam a expansão capitalista eram carregados de chavões como “progresso da região”, “desenvolvimento econômico”, “integração nacional”, “avanço social”. O Poder Estatal era convocado a eliminar os “entraves do progresso regional”, nesse momento, a eliminação de aspectos culturais profundos da formação territorial do país e de Goiás, era lançada nas mãos do governo como tarefa a ser cumprida. De acordo com Estevam (2004, p. 11).

Argumentos de ordem espacial apontaram para o isolamento geográfico do Estado, para sua insuficiência populacional e para a carência de vias de comunicações inter-regionais. Na dimensão econômica, o latifúndio, a pecuária extensiva e a débil produção agrícola comercial foram identificados enquanto entraves ao dinamismo da região. No aspecto político algumas pesquisas constataram – em determinados eventos históricos – “descaso” de autoridades governamentais para o progresso da região. Mesmo no aspecto sócio-cultural pesquisadores realçaram certo “desapego” ao trabalho, lamúria e preferência pela ociosidade por parte do homem goiano, desalentado e distanciado do progresso.

nômico-político, estaria sendo substituída pela atual idéia de identidade como uma mutante “força plástica”, onde o eu não é idêntico a si mesmo, mas, pelo contrário a do indivíduo fragmentado que se (re)constrói através dos discursos, das suas práticas e de suas posições assumidas no “jogo”, o que, necessariamente, supõe graus de escolha e autonomia.

¹⁰ Expressão utilizada pelo prof. Dr. Marcelo Mendonça em sua tese de doutorado intitulada a Urdidura do Trabalho e do Capital no Cerrado do Sudeste Goiano.

Por mais que a modernização do território goiano seja “uma modernização conservadora” e isso se justifica no aspecto da estrutura latifundiária existente desde o início da formação territorial de Goiás até os dias atuais, ela provocou mudanças impactantes na nova divisão regional do trabalho e no superestrutural, mais precisamente, nos aspectos culturais e ideológicos.

Antes das transformações concretas responsáveis pela nova configuração do território goiano, foram necessárias mudanças no pensamento sobre o sistema produtivo de Goiás e sobre sua posição geográfica. Avançar a agricultura e aumentar o contingente populacional de uma região “predominantemente pecuária” e “isolada do resto do país” exigiram dos governantes investimentos em campanhas de incentivo à agricultura e ao povoamento de Goiás, para tanto, tinham que inverter o pensamento que os brasileiros tinham sobre o isolamento do sertão goiano e convencer os pecuaristas sobre as vantagens comerciais proporcionadas pela agricultura. A primeira intervenção do Estado nesse sentido é ideológica. De acordo com Santos, (2004, p. 21):

Vivemos numa época em que o superestrutural se adianta ao estrutural, não somente para preparar o seu advento como também para determinar-lhe os contornos. Os papéis do Estado e da ideologia, no nível nacional e principalmente no nível internacional, são fundamentais para a definição da totalidade do aparelho produtor.

A inserção da ideologia desenvolvimentista do estado dá início a desterritorialização subjetiva¹¹, mesmo antes da consolidação do processo de modernização, estratégia do avanço do capital, que altera o território em sua totalidade. Sobre essa atuação, Mészáros (2004, p. 16), afirma:

O sistema do capital em si não é apenas a reunião de um conjunto de entidades materiais, organizadas e, sempre que as condições o exijam, reorganizadas com sucesso numa ordem adequada pelos recursos combinados da “racionalidade instrumental” e da “ética protestante do trabalho”, como é geral e erroneamente entendido. Pelo contrário, é um sistema orgânico de reprodução sociometabólica, dotado de lógica própria e de um conjunto objetivo de imperativos, que subordina a si – para o melhor e para o pior, conforme as alterações das circunstâncias históricas – todas as áreas da atividade humana, desde os processos econômicos mais básicos até os domínios intelectuais e culturais mais mediados e sofisticados.

¹¹ Expressão utilizada por Felix Guatari ao definir a perda cultural de um indivíduo ou grupo social no processo de mutação territorial.

A desterritorialização sertaneja resultou em um intenso movimento migratório no sentido campo/cidade, o que desencadeou um crescimento urbano acelerado e, em consequência, uma urbanização desordenada. O sertanejo desprovido de recursos financeiros e de formação educacional, foi excluído da cidade, ocupando as áreas periféricas e sem infraestrutura, além de se sujeitar aos subempregos, devido à falta de qualificação profissional, exigida pela economia urbana. Em outras palavras, os sertanejos se constituem nos deserdados da modernização, que também não têm “direito à cidade”.

Outro fator comum ao processo de modernização da agricultura em Goiás foi o movimento migratório rumo a outras regiões, ou seja, em direção às novas fronteiras de expansão. Esse fato é explicado pela situação dos médios produtores, que não se enquadraram ao processo modernizador, porém tiveram suas terras valorizadas pelo mesmo.

Nesse caso, os produtores venderam suas propriedades e adquiriram outras em regiões onde o valor da terra era baixo, como no caso do norte de Mato Grosso e Pará, ocorrendo uma transição de médio produtor agrícola a latifundiário pecuarista. Nesse contexto, o processo de desterritorialização foi abrandado pela reterritorialização bem sucedida. Pode-se dizer que estes produtores não se constituem em deserdados da modernização, mesmo porque estão inseridos no processo de avanço do modo de produção do capital.

Esse fato é justificado pela seguinte forma: enquanto produtor, antes da modernização, o sistema de produção era pré-capitalista com o uso de mão-de-obra familiar, sistema de parceria, mutirão, entre outros; no momento em que se tornou pecuarista, o sistema de produção passou a ser capitalista. A família reside na cidade (com direito à mesma), e a produção do latifúndio se dá pelo sistema de mão-de-obra assalariada, característica do sistema capitalista de produção.

Assim, ao se discutir o processo desterritorializador da modernização do território goiano, deve-se destacar a sua complexidade, que é negligenciada pela grande maioria dos trabalhos sobre o assunto, dotados de uma visão totalizante, o que não condiz com a realidade.

Tomando como base uma visão pós-modernista da modernização do território goiano, pode-se dizer que essa, com o advento da tecnologia criou o que Lencione (2003, p. 176) denomina de uma "segunda natureza de relações" alterando a relação espaço-tempo. No caso da agricultura, esse fato é percebido pelo processo de maquinificação da produção, pelo avanço da genética que através da hibridez altera a natureza das plantas e animais, di-

minuindo o tempo da germinação, da colheita. Em outras palavras, alterando a natureza da natureza.

Nesse contexto, a desterritorialização aparece de duas formas interdependentes: a primeira pelo caráter excludente do avanço tecnológico no qual aqueles que não têm acesso ao mesmo se vêem fora do mercado de trabalho e do sistema de produção, sendo obrigados a abandonar o seu estilo de vida em nome de sua sobrevivência; a segunda se refere à desumanização do homem em detrimento do virtual no qual o ser humano perde sua preeminência. De acordo com Lencione (2003, p.176 e 177):

A aproximação virtual sobrepõe-se á antiga sociabilidade e se constrói uma segunda natureza de relações que, mediatizada pela eletrônica, aproxima os lugares e os homens, quebrando o isolamento territorial entre eles. Porém, aprofunda-se uma dupla contraface: Uma relativa ao alijamento daqueles que não participam diretamente dessas relações, fazendo-os impiedosamente, crer no seu anacronismo. Outra decorre do fato de que essa mediação técnica pode conduzir a uma maior desumanização do homem, em decorrência de o ser humano estar perdendo sua preeminência.

No universo da segunda natureza, é modificado o modo de pensar e de perceber o espaço, diante de um ritmo alucinante de expansão das representações que invadem o cotidiano do ser humano. Essas representações ganham autonomia e passam a ser desvinculadas de seus significados se sobrepondo ao que representam. (Lencione, 2003, p. 177).

Pode-se dizer que o avanço tecnológico no campo alterou significativamente o modo de vida e a própria personalidade do sertanejo, que ludibriado pelas representações desenvolvimentistas, não percebeu suas perdas. Por não se identificar no então modelo de produção, não percebeu que no ato do seu planejamento, já estava externo a ele.

O mais grave é que não tem idéia do colapso de sua identidade, provocado pela sua fragmentação cultural, arrancando os bens mais preciosos de sua condição sertaneja, sua dignidade de produzir e sua honra de promover o sustento da família. De herança, deixou ao mesmo, a vergonha do lugar a ele reservado pelo processo modernizador, o lado de fora.

Assim, urde-se defender a inserção do sertanejo no sistema de produção agrário, através de mecanismos assentes à reforma agrária. Apesar de compreender que a famosa “volta ao campo”, tão propalada, esmerada e vaticinada pelos intelectuais, partidos políticos e, principalmente, pelos movimentos sociais do campo, não implica em reconquista da “identidade perdida”, tampouco na assunção do homem do campo a uma condição humanamente superior, mas, a uma situação complexa, que, mesmo que venha implicar num provisorio alcance ou recuperação da dignidade material e simbólica do camponês, não resulta na

solução de todos os males, pois como assegura Santos (2004, p. 35) “acho um negócio horrível condenar um sujeito a morar no campo. É a maior perversidade que pode existir.”, pois “(...)o fundamental são as pessoas, e suas necessidades e direitos e não onde elas estão.”

Com certeza, Santos acerta ao concluir que “o fundamental são as pessoas”, acertando também, com esta tese, um firme golpe nos ingênuos intelectuais e numa certa militância política que vêem na reforma agrária a panacéia para todos os problemas que afligem sem-terras e demais segmentos de explorados e despossuídos que transbordam nas grandes cidades, mas, que exagera, para não dizer erra, ao diagnosticar que tal processo sócio-político (a reforma agrária) seja “a maior perversidade que pode existir”.

Prefere-se acreditar que exista uma infinidade de outras condições que são muito mais perversas, em termos humanos, existenciais e materiais, do que a inferida por Santos, ademais, considerando alguns conteúdos programáticos de determinados movimentos sociais, tais como os do próprio MST, enxerga-se, pelo contrário, um combate a anterior (e atual!) condição de perversidade que estruturalmente condena o homem do campo e das cidades brasileiras a uma vida totalmente destituída de qualquer perspectiva.

O que corrobora nosso posicionamento é o modelo de reforma agrária brasileira que condiciona o deserdado da terra a interesses vinculados ao grande capital, com a supervalorização das terras de grandes latifundiários, e com a sujeição do assentado a normas do mesmo. Nesse sentido o modelo de reforma agrária tem que ser desvinculado do capital, não consiste em apenas doar terras e sim dar condições para que o assentado sobreviva dignamente dela. Oliveira (1986, p. 56).

Verificar-se-á, de agora em diante, o papel dos créditos como uma política pública ligada ao interesse privado. Isso permitirá ver a função do financiamento da produção e a sua sustentação.

4 AS ATUAIS FORMAS DE CRÉDITOS PÚBLICOS PARA FINANCIAMENTO DOS PROJETOS PRIVADOS

Algumas perguntas são bastante recorrentes quando se analisam as políticas públicas: qual é o poder de isenção do Estado frente às corporações capitalistas? O Estado é um agente privado revestido ideologicamente como órgão público? O Estado-rede é um estado-ferramenta do capital?

Essas perguntas resvalam nas grandes questões mundiais e, especificamente, adentram o tema que está em foco. Nesse quesito, entra a política de créditos e o seu papel no dinamismo do território.

Historicamente é quase impossível imaginar o desenvolvimento econômico brasileiro sem a contribuição do Estado com seus créditos de financiamento para o setor privado e para investimento nas transformações estruturais do seu território. Nessa pesquisa, vê-se o quanto os governos federal e estadual contribuíram para as transformações socioespaciais do território goiano com seus créditos para o financiamento das atividades rurais e agroindustriais; além do financiamento de obras de infra-estrutura necessária ao advento do capital nacional e internacional.

Essa prática se constituiu em várias políticas públicas para o desenvolvimento econômico de Goiás e se tornou quase que uma obrigação cultural dos governos da atualidade para com os setores de atividades comercial, industrial, rural, entre outras. As instalações de empreendimentos no território goiano condicionam-se às vantagens oferecidas pelo poder público aos empresários do setor privado com créditos e incentivos fiscais.

Segundo os dados da revista *Economia & Desenvolvimento*, ano VI, nº 17, de outubro de 2004, o Estado de Goiás investiu mais de R\$ 500 milhões, em 2004, distribuídos em cinco linhas distintas que financiavam desde os micros empreendimentos até as grandes empresas, contemplados por meio do Banco do Povo, do Crédito Produtivo, do Fundo de Mineração, da Agência de Fomento e do Fundo Constitucional do Centro-Oeste.

Os poderes executivos da atualidade exercem funções de agenciadores das produções econômicas de seus territórios, atraem empreendedores de outras partes e incentivam a produção interna, no entanto, esse agenciamento favorece, quase sempre, as empresas de maior capital e acaba por contribuir com a exploração dos pequenos empreendedores pelas empresas multinacionais como foi o caso da instalação de uma grande multinacional no município de Rio Verde.

Na época de sua instalação houve esforços dos governos municipais e estaduais para a efetivação do empreendimento e os incentivos para os pequenos produtores foram direcionados para o atendimento do grande empreendimento.

No entanto, essa situação de transformação do poder público em agenciador de negócios econômicos pode gerar problemas de ordem social e econômica para a máquina do Estado. Isso porque, os incentivos fiscais que chegam a financiar 73% do ICMS, através de programas como o Produzir durante 7 ou 15 anos, onera o orçamento do estado e compromete o investimento no bem estar social.

Esse tipo de incentivo fiscal estrangula o sistema de arrecadação tributária do Estado que, por sua vez, tenta compensar o prejuízo tirando diretamente dos programas sociais e do bolso do consumidor. Ou seja, os mais pobres pagam o empreendimento dos mais ricos.

No dia 1º de julho de 2007, foi noticiado no jornal O Popular, de circulação em Goiás, em destaque na página de economia, o lançamento da pedra fundamental da Central Itumbiara de Bioenergia e Alimentos – CIBA – que terá investimentos no valor total de R\$ 500 milhões e prevê a geração de cerca de 1,5 mil empregos. Esse projeto pertence à Companhia Nacional de Açúcar e Álcool – CNAA – criada pelas empresas associadas Companhia Energética Santa Elisa e o Açúcar e Álcool Fundo de Investimentos e Participações e fará parte das empresas beneficiadas pelo Produzir. No mesmo jornal, no dia 29 de junho de 2007, noticiava-se o aumento do ICMS sobre o álcool vendido nos postos de combustíveis de 15% para 20%, ou seja, o Governo tira carga tributária das indústrias e repassa para o consumidor.

Na matéria de capa intitulada “O Mapa dos Negócios”, da Revista Eletrônica Amanhã, do site Terra.com (<http://amanha.terra.com.br/edicoes/193/capa01.asp>), Goiás aparece como um dos destaques nacionais principalmente pelos incentivos fiscais.

Em Goiás, a obra mais grandiosa foi a indústria de R\$ 700 milhões da Perdigão em Rio Verde. Outro setor em expansão é o farmacêutico. Hoje, há 20 empresas do segmento já instaladas e outras dez estão implantando unidades no Estado. "Goiás tem uma posição estratégica, porque está no centro do país. Isso ajudou a atrair muitas empresas nos últimos anos", acredita Wellington Vieira, gestor técnico da Fieg, a federação das indústrias local. (www.terra.com.br , acessado em julho de 2007)

A matéria na revista virtual apresenta a foto da Perdigão em Rio Verde como exemplo prático do sucesso dos incentivos fiscais com a descrição: “Unidade da Perdigão em Rio Verde, Goiás: nascida dos incentivos fiscais”.

Figura 3: Unidade da Perdigão em Rio Verde, Goiás: nascida dos incentivos fiscais



fonte: (www.terra.com, 2007).

Apesar de a matéria se referir aos incentivos fiscais de Goiás como atrativos para o setor industrial, ainda prevalece no discurso dos empresários e políticos de Goiás as justificativas geográficas, como pode-se perceber na retromencionada matéria que, apesar de influenciar, não é o elemento principal desse processo de industrialização.

No entanto, não se pode ignorar que após os investimentos de infra-estrutura que facilitaram o acesso ao território goiano, os investimentos em indústria tiveram crescimento significativo, mas não suficientes para consolidar o parque industrial do Centro-Oeste brasileiro.

Essa justificativa geográfica pode ser enquadrada bem no setor de comércio atacadista e varejista, pois, nesse caso, é notória a influência da posição de Anápolis e Goiânia entre as principais vias de acesso à capital federal e ao centro econômico brasileiro, ou seja, as rodovias e ferrovias somadas à localização centralizada dessas cidades puderam contribuir com o crescimento desses setores da economia.

Contudo, o que é preciso analisar neste momento é a influência dos incentivos fiscais nos últimos anos no crescimento do setor industrial de Goiás. Segundo Queiroz (2006), esses incentivos foram fundamentais para a implantação da Perdigão em Rio Verde-GO, na microrregião do Sudoeste Goiano. Além do mais, a autora relata como foi apresentado nesta pesquisa, que o afrouxamento da fiscalização ambiental também é um grande incentivo para a vinda de indústrias para o território goiano.

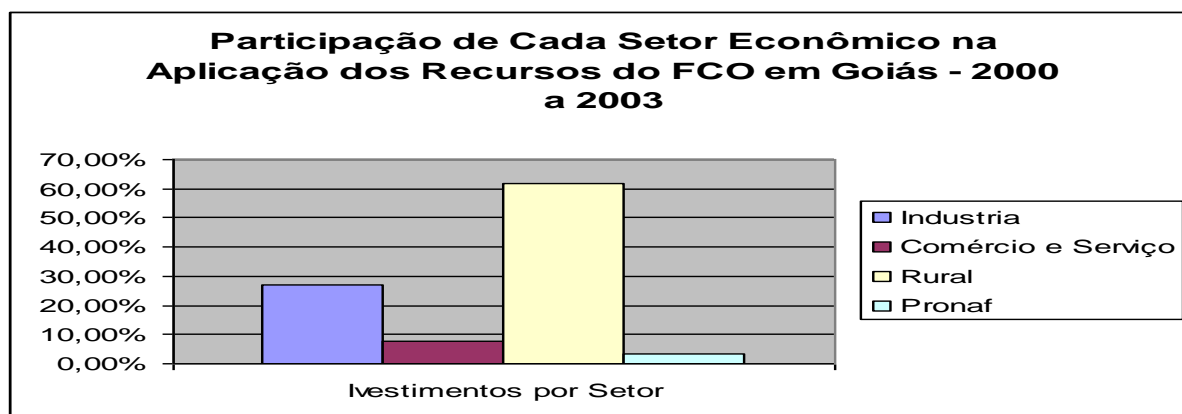
É evidente que as políticas públicas para o desenvolvimento econômico no território goiano passam pelas políticas de infra-estrutura, políticas de incentivos fiscais e terminam em políticas de créditos financeiros, tornando o Estado em uma grande agência de financiamento do capital em Goiás.

Nesse sentido, indaga-se sobre qual a participação de fato do capital privado, seja ele nacional ou internacional, na constituição dos pólos industriais e comerciais de Goiás? O Estado, que deveria entrar com as infra-estruturas básicas para a instalação dos empreendimentos, abre mão de impostos importantes do setor industrial e, ainda, financia a instalação de tais empreendimentos, como foi o caso da Perdigão no município de Rio Verde, da CAMECO do Brasil (John Deere) e da MITSUBISHI no Município de Catalão, da SAKURA no município de Ouidor entre outros .

4.1 OS TIPOS DE INVESTIMENTOS ESTATAIS E OS DEMONSTRATIVOS ECONÔMICOS

Criado com a Constituição Federal de 1988, o Fundo Constitucional do Centro Oeste (FCO) é uma das ferramentas importantes para o financiamento do desenvolvimento econômico da Região Centro Oeste e se constitui em uma das políticas estatais de crédito ao setor privado por meio de empréstimo de longo prazo, grande período de carência e juros baixos. O FCO atua nos três Estados do Centro-Oeste mais o Distrito Federal e possui linhas de créditos em todos os setores da economia, ou seja, indústria, comércio, serviços, agricultura e pecuária, além da agricultura familiar, do turismo entre outros.

Gráfico 6



Fonte: Banco do Brasil

Entre 2000 e 2003, o FCO investiu nos setores da indústria, do comércio e serviços, da agropecuária e da agricultura familiar o total de R\$ 1.348.344.064,97 (um bilhão, trezentos e quarenta e oito milhões, sessenta e quatro reais e noventa e sete centavos) em Goiás. Desse total, 61,72% foram aplicados no setor rural da agropecuária, constituindo-se o setor com maioria absoluta dos recursos aplicados no território goiano. De longe o setor da indústria acompanha em segundo lugar com 26,90% dos investimentos.

Indústria	R\$ 362.649.050,41	26,90%
Comércio e Serviço	R\$ 107.107.381,97	7,94%
Rural	R\$ 832.229.600,98	61,72%
Pronaf	R\$ 46.358.031,61	3,44%
Total	R\$ 1.348.344.064,97	100,00%

Fonte: Banco do Brasil

Contudo, o FCO apresenta os mesmos problemas dos demais programas de crédito que já existiram em Goiás, como o PRODECER e o POLOCENTRO. Ele é distribuído obedecendo à mesma lógica da concentração de investimentos nos municípios mais desenvolvidos economicamente, aumentando com isso, a riqueza desses e favorecendo a estagnação econômica ou a pobreza dos demais. Isso contraria aos seus princípios constitucional de proporcionar o desenvolvimento econômico da Região Centro Oeste como um todo.

Essa concentração dos investimentos pode ser percebida ao analisar os dados da tabela dos recursos do FCO Rural em Goiás no período de 2000 a 2003 em que o município de Rio Verde, da Microrregião do Sudoeste Goiano, aparece com 17,31% do total investido no setor rural. O absolutismo do município se manifesta também quando comparado seus números com o município de Cristalina, que se apresenta em segundo lugar no ranking dos que mais receberam o FCO Rural com apenas 4,11% do total.

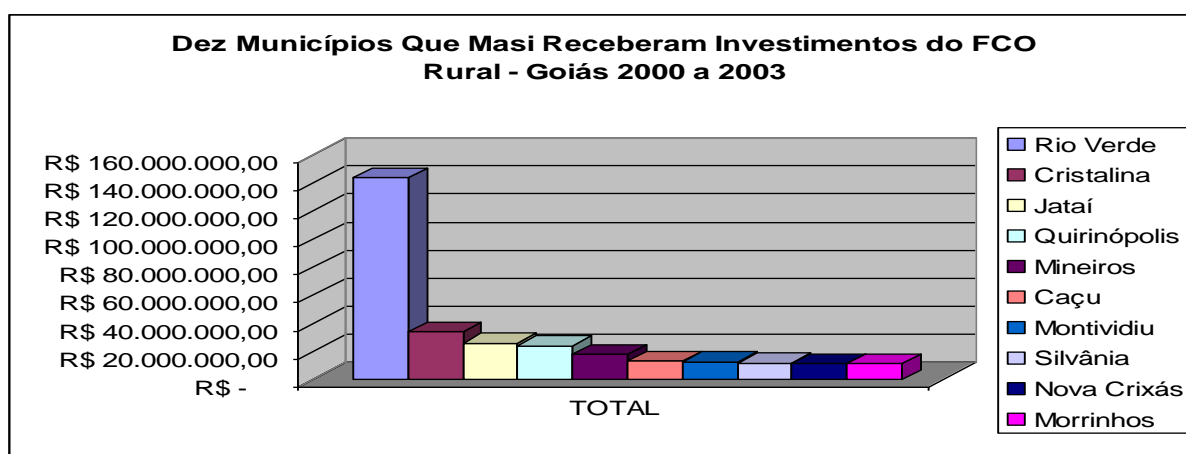
Em números, Rio Verde recebeu nesse período R\$ 144.050.844,56, enquanto Cristalina, em segundo lugar, aparece com R\$ 34.164.043,67, mais de cem milhões de reais de diferença entre os dois primeiros municípios. Se somados os números do 2º ao 8º lugar no ranking, não chegará ao total recebido por Rio Verde. Os dez que mais receberam o FCO Rural representam 36,85% do total de recursos investidos no período em análise.

Tabela 07: Investimentos do FCO Goiás em desenvolvimento rural no período de 2000 a 2003

Dez primeiros Municípios com Maior Investimento em R\$						
	MUNICÍPIO	2000	2001	2002	2003	TOTAL
1	Rio Verde	6.818.561,36	61.639.246,92	49.215.182,53	26.377.853,75	144.050.844,56
2	Cristalina	1.955.360,40	5.139.825,96	14.194.707,17	12.874.150,14	4.164.043,67
3	Jataí	5.894.110,31	1.792.986,48	10.393.290,02	7.895.947,28	25.976.334,09
4	Quirinópolis	2.978.094,36	4.447.301,67	11.189.481,68	5.741.921,28	24.356.798,99
5	Mineiros	141.297,04	682.815,69	10.126.175,99	7.096.874,24	18.047.162,96
6	Caçu	906.084,92	8.508.658,97	2.424.051,69	1.309.505,51	13.148.301,09
7	Montividiu	474.429,34	3.997.163,84	5.533.126,08	2.584.856,05	12.589.575,31
8	Silvânia	497.042,87	1.764.764,63	6.024.309,72	3.344.430,51	11.630.547,73
9	Nova Crixás	637.740,69	1.754.740,72	6.268.002,10	2.958.082,31	11.618.565,82
10	Morrinhos	1.251.726,74	3.376.246,21	4.169.384,81	2.333.054,02	11.130.411,78

Fonte: Banco do Brasil S.A.

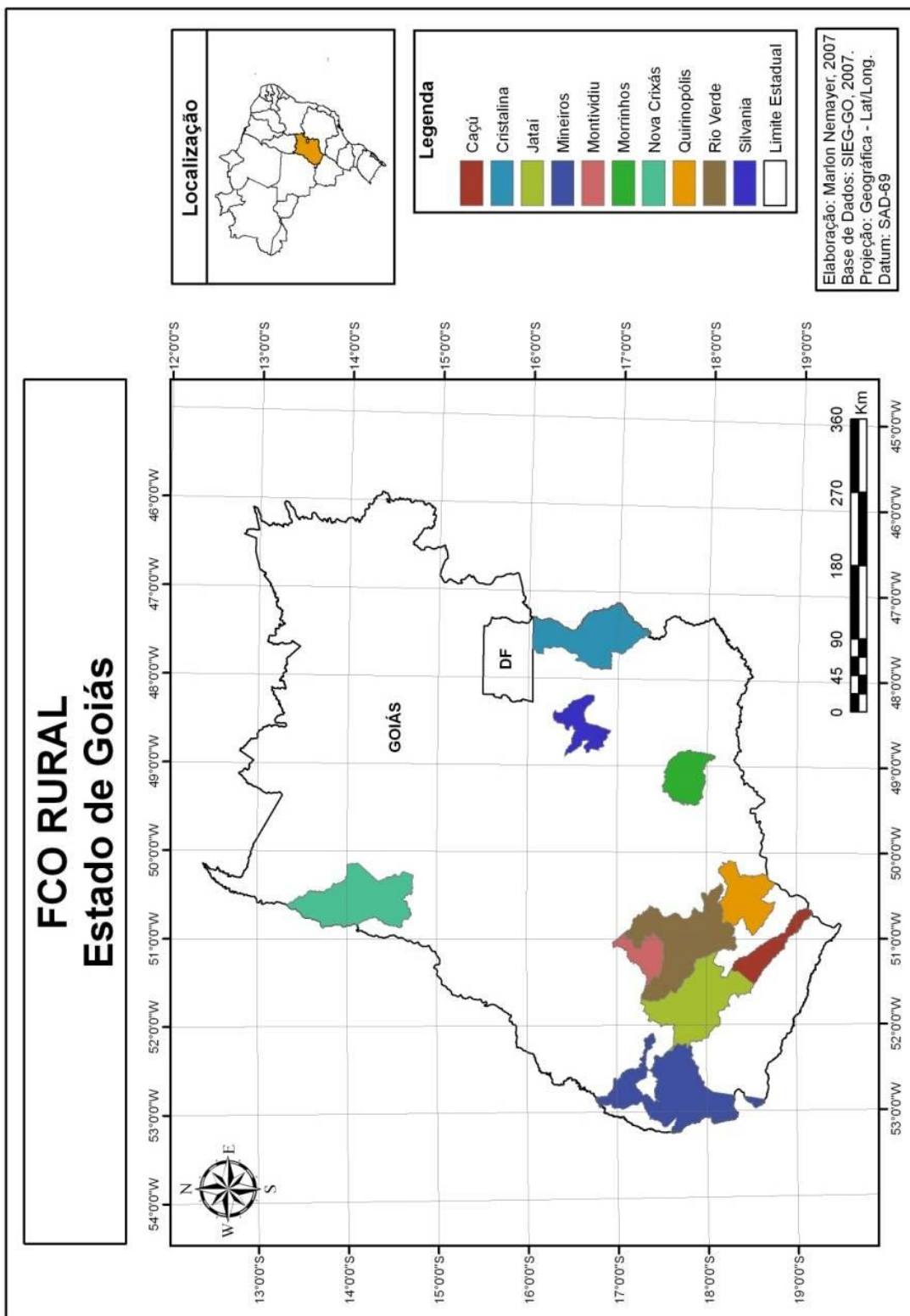
Gráfico 7



Fonte: Banco do Brasil S.A

A tabela 07 dos dez municípios que mais receberam o FCO Rural só confirma tudo que apresentamos nesta pesquisa no que diz respeito à força do Sudoeste Goiano nas políticas de desenvolvimento econômico de Goiás. Após quatro décadas de investimentos na modernização do campo com programas de infra-estrutura e crédito rural, os municípios dessa microrregião continuam concentrando os benefícios.

Numa leitura mais ampla pode-se perceber que os outros municípios que se figuram com destaque se encontram em seu entorno, salvo Nova Crixás, com a pecuária de corte bem desenvolvida e Cristalina que representa a chegada da soja no Leste Goiano e entorno de Brasília, que nos últimos anos vem se adaptando à modernização da agricultura. Portanto, a agroindústria se manifesta com maior força no sul goiano, de sudeste a sudoeste.

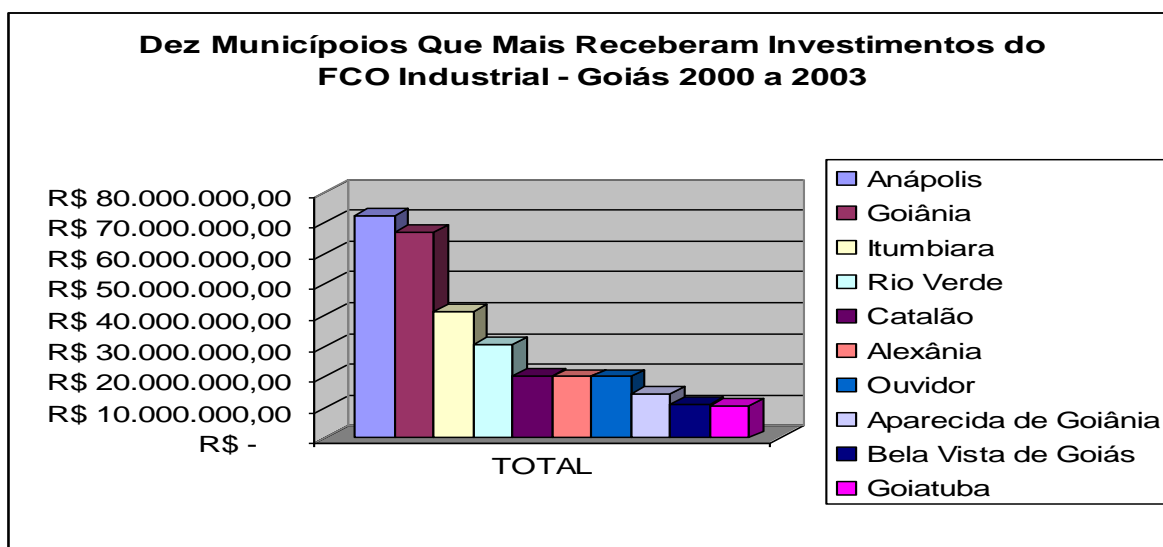


Já o FCO Indústria apresenta um maior equilíbrio entre os primeiros colocados no ranking dos dez municípios que mais receberam o investimento, sendo Anápolis o primeiro colocado com mais de 72 milhões investidos, seguido de perto por Goiânia com mais de 66 milhões e Itumbiara com mais de 41 milhões. Em percentuais, Anápolis com 19,94% do total de recursos aplicados que é de R\$ 362.649.050,41 entre 2000 e 2001, e Goiânia que vem logo em seguida com 18,44%; Itumbiara, em terceiro, aparece com 11,37% desse total.

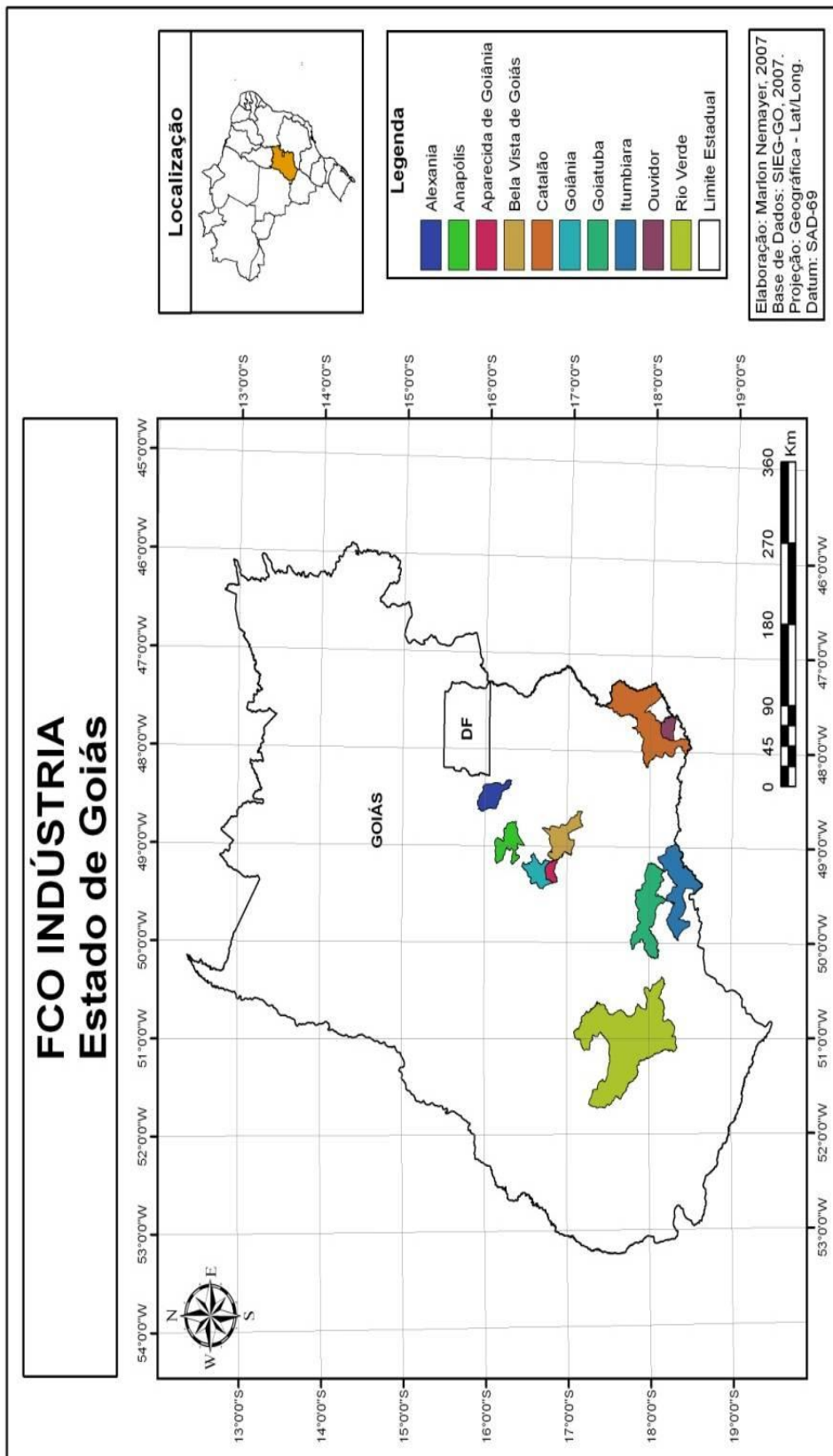
	MUNICÍPIO	2000	2001	2002	2003	TOTAL
1	Anápolis	20.845.164,00	24.805.476,12	19.618.076,18	7.028.907,96	72.297.624,26
2	Goiânia	418.658,84	11.825.689,53	21.836.249,71	32.807.115,53	66.887.713,61
3	Itumbiara	144.914,24	10.015.479,00	28.598.858,00	2.471.376,26	41.230.627,50
4	Rio Verde	9.896.000,00	16.604.359,00	2.841.345,55	971.737,85	30.313.442,40
5	Catalão	-	20.071.450,00	139.500,00	45.000,00	20.255.950,00
6	Alexânia	-	-	19.870,00	20.000.000,00	20.019.870,00
7	Ouvidor	-	-	-	20.000.000,00	20.000.000,00
8	Aparecida de Goiânia	876.941,41	1.140.147,10	2.205.966,38	10.121.611,59	14.344.666,48
9	Bela Vista de Goiás	-	846.000,00	5.818.100,00	4.452.147,00	11.116.247,00
10	Goiatuba	-	-	-	10.655.680,00	10.655.680,00

Fonte: Branco do Brasil S.A.

Gráfico 8



Fonte: Banco do Brasil



Percebe-se, ao analisar a tabela 8, que nesse caso, os recursos estão concentrados no sul e centro goiano. No entanto, a concentração de recursos nos dez primeiros colocados ainda é maior que no FCO Rural, uma vez que os dez primeiros municípios representam 84,69% do total de recursos investidos no setor industrial. Outro elemento importante a ser analisado é que os primeiros municípios desta tabela lideram o ranking dos maiores PIBs de Goiás, mostrando assim a força da indústria na economia de Goiás na atualidade.

Mesmo demonstrando também muita força na economia goiana atual, aliás mais que a indústria, o Comércio/Serviço não lidera os números de recursos investidos pelo FCO, se configurando-se na terceira colocação, com apenas 7,94% do total de recursos investidos pelo programa.

Esse setor demonstra muita coerência com o processo histórico do desenvolvimento econômico de Goiás com a concentração de investimentos em Goiânia e Anápolis, municípios que deslancharam no setor no Centro Oeste brasileiro desde as décadas de 1940 e 1950.

Ao analisar a tabela 9 que apresenta os dez maiores municípios em investimentos do FCO Comércio/Serviço, pode-se observar que há uma forte relação com a tabela do FCO Industrial. Ao apresentar entre os primeiros colocados os mesmos municípios, apenas com a troca de posições entre alguns deles e se comparadas as duas tabelas com a tabela dos dez maiores PIBs de Goiás em 2003, observa-se que estes municípios se figuram entre os mais destacados no PIB goiano.

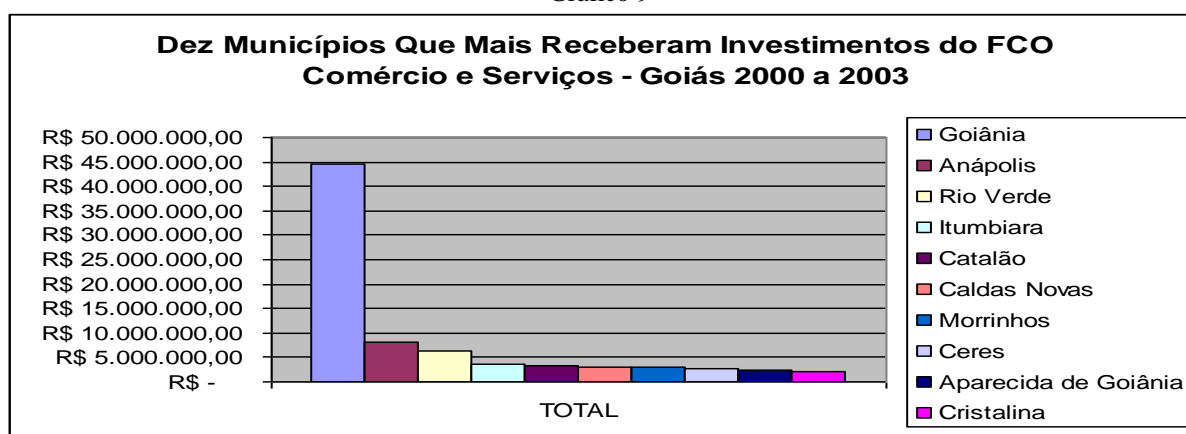
Esses dois setores da economia são também os que mais arrecadam ICMS para o Estado como apresenta a tabela 10 dos números da arrecadação de ICMS por setor da atividade econômica e são, também, os setores que lideram a estrutura do PIB goiano como demonstra a tabela 11.

Tabela 9: Investimentos do FCO Goiás em comércio e serviços no período de 2001 a 2003
Dez Primeiros Municípios com Maior Investimento

	MUNICÍPIO	2001	2002	2003	TOTAL
1	Goiânia	R\$ 9.013.420,65	R\$ 24.092.186,70	R\$ 11.410.906,06	R\$ 44.516.513,41
2	Anápolis	R\$ 797.131,79	R\$ 7.250.012,09	R\$ 198.612,00	R\$ 8.245.755,88
3	Rio Verde	R\$ 1.557.670,48	R\$ 3.879.627,40	R\$ 763.482,11	R\$ 6.200.779,99
4	Itumbiara	R\$ 336.500,20	R\$ 2.446.839,32	R\$ 847.382,41	R\$ 3.630.721,93
5	Catalão	R\$ 129.398,89	R\$ 2.883.464,47	R\$ 165.132,38	R\$ 3.177.995,74
6	Caldas Novas	R\$ 312.619,00	R\$ 2.552.179,33	R\$ 201.667,05	R\$ 3.066.465,38
7	Morrinhos	R\$ 511.975,81	R\$ 2.290.198,88	R\$ 64.266,00	R\$ 2.866.440,69
8	Ceres	R\$ 572.395,20	R\$ 1.453.030,78	R\$ 740.725,00	R\$ 2.766.150,98
9	Aparecida de Goiânia	R\$ 45.443,75	R\$ 2.429.187,05	R\$ 32.612,00	R\$ 2.507.242,80
10	Cristalina	R\$ 10.050,00	R\$ 2.103.999,59	R\$ 45.225,00	R\$ 2.159.274,59

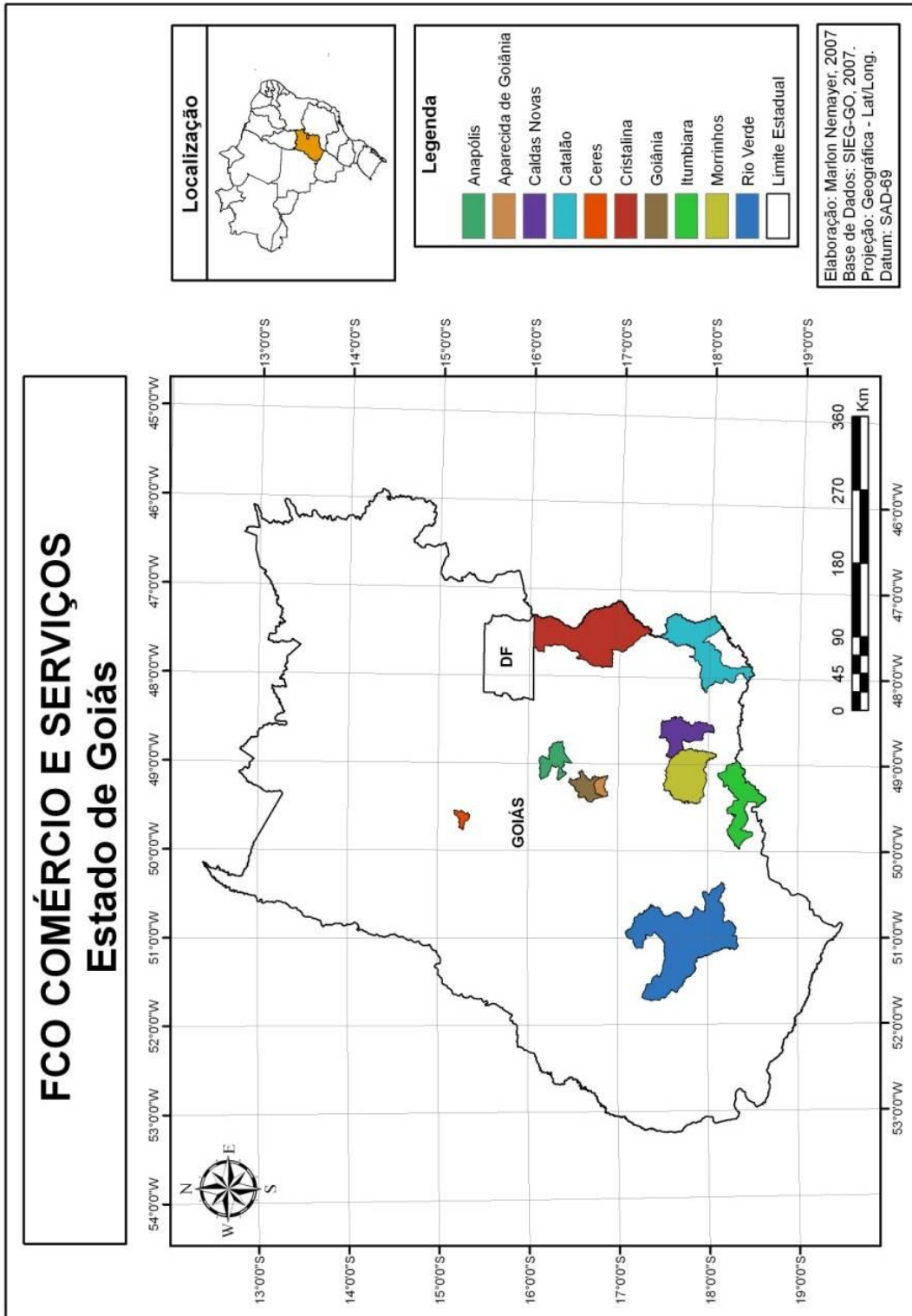
Fonte: Banco do Brasil S.A

Gráfico 9



O que deixa uma indagação interessante: se o comércio/serviço e a indústria lideraram o PIB e contribuem mais com a arrecadação tributária do Estado, seguidos pela indústria, por que os maiores investimentos estatais são concentrados no setor rural? Quais os retornos obtidos por esse setor em detrimento aos demais que o mantém com muita força entre as políticas de créditos?

Pode-se afirmar que a resposta está evidenciada na estrutura econômica do território goiano, na qual tem como base o setor agrário, que é suporte tanto do setor secundário, quanto do terciário. Assim, ao investir no setor agrário, concomitantemente, promove o crescimento da indústria, do comércio e da prestação de serviço. Pode-se, então afirmar que, apenas a análise do ICMS não permite aproximar da realidade política e econômica do território goiano, sendo ela mais complexa.



É importante salientar que o município de Rio Verde aparece entre os primeiros nas tabelas do FCO Rural, Industrial e Comércio/Serviço, o que o credencia de fato em um grande pólo econômico de Goiás. Além do mais, a maior parte dos municípios que se figuram entre os mais beneficiados por programas de crédito e incentivos fiscais se encontram na mesorregião Sul Goiano, concentrados na microrregião Sudoeste Goiano e seu entorno.

	Município	PIB (R\$ mil)	PIB %	POPULAÇÃO	PIBPerCapita
1	Goiânia	7.670.594	20,82	1.161.986	6.601
2	Anápolis	2.143.809	5,82	303.568	7.085
3	Rio Verde	1.731.187	4,70	127.205	13.609
4	Catalão	1.425.600	3,87	68.350	20.857
5	Aparecida de Goiânia	1.365.023	3,71	399.581	3.416
6	Itumbiara	1.125.088	3,05	84.173	13.366
7	Jataí	1.012.901	2,75	80.579	12.570
8	Luziânia	930.937	2,53	166.084	5.605
9	Senador Canedo	904.503	2,46	64.790	13.961
10	São Simão	867.470	2,36	14.535	59.681

Fonte: Revista Economia & Desenvolvimento, Ano VII, Nº 21, Out/Dez-2005

Ano	Indústria	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Prest. de Serviços	Produção Agropecuária	Extração Mineral	Outras Atividades	Total Geral Por Ano
1998	628.887	352.566	234.102	165.905	59.453	969	116.864	1.558.746
1999	806.489	443.373	215.126	191.837	77.067	993	95.716	1.830.601
2000	920.774	629.317	249.149	249.746	75.149	1.032	72.845	2.198.012
2001	1.029.370	775.328	268.575	391.151	67.232	1.089	82.581	2.615.326
2002	1.095.517	975.419	312.511	431.392	88.256	1.830	115.522	3.020.447
2003	1.348.924	1.191.268	347.328	524.291	112.543	2.749	171.317	3.698.420
2004	1.421.339	1.257.727	455.540	560.938	108.131	3.535	170.906	3.978.116
2005 (1)	1.285.569	1.019.892	396.491	489.584	122.026	2.181	157.898	3.473.641
Total Por Setor de Atividade	8.536.869	6.644.890	2.478.822	3.004.844	709.857	14.378	983.649	22.373.309

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás

O fato é que os municípios do Sudoeste e Sudeste Goiano estão presentes entre os primeiros das três tabelas o que nos credencia dizer que ocorre uma regionalização entre Norte e Sul de Goiás no que se refere em Goiás aos investimentos do FCO. Esse fato é perceptível no nível de desenvolvimento econômico das regiões em questão, sendo obviamente a região Sul mais desenvolvida.

Tabela 12: Estrutura do PIB de Goiás por Setor Econômico – de 1995 a 2003.

Ano	Setores Econômicos (%)			PIB (100%)
	Agropecuária	Indústria	Comércio e Serviços	
1995	18,07	26,07	55,86	100
1996	15,84	26,72	57,44	100
1997	15,87	29,40	54,73	100
1998	16,35	28,74	54,91	100
1999	16,16	29,56	54,28	100
2000	17,19	32,49	50,32	100
2001	17,54	35,03	47,43	100
2002	22,51	32,62	44,87	100
2003	21,94	35,15	42,91	100

Fonte: SEPLAN-GO/SEPIN/Gerência de Contas Regionais – 2005

Tabela 13: Participação dos Setores de Atividade na Arrecadação do ICMS Goiás de 1998 a 2005

Ano	Indústria	Comércio Atacadista	Comércio Varejista	Prestação de Serviços	Produção Agropecuária	Extração Mineral	Outras Atividades
1998	40,35%	22,62%	15,02%	10,64%	3,81%	0,06%	7,50%
1999	44,06%	24,22%	11,75%	10,48%	4,21%	0,05%	5,23%
2000	41,89%	28,63%	11,34%	11,36%	3,42%	0,05%	3,31%
2001	39,36%	29,65%	10,27%	14,96%	2,57%	0,04%	3,16%
2002	36,27%	32,29%	10,35%	14,28%	2,92%	0,06%	3,82%
2003	36,47%	32,21%	9,39%	14,18%	3,04%	0,07%	4,63%
2004	35,73%	31,62%	11,45%	14,10%	2,72%	0,09%	4,30%
2005 (1)	37,01%	29,36%	11,41%	14,09%	3,51%	0,06%	4,55%
Período de 1999-2005	38,16%	29,70%	11,08%	13,43%	3,17%	0,06%	4,40%

Fonte: Secretaria da Fazenda do Estado de Goiás

No que se refere às cidades de Goiânia e Anápolis, o Comércio/Serviço possui mais autonomia em relação às demais atividades, uma vez que esses setores cresceram e se consolidaram antes mesmo da vinda da agroindústria para Goiás e pelo fato dessas cidades se posicionarem longe das primeiras colocações entre os maiores produtores de grãos e pecuária e serem os que mais concentram recursos para o comércio/serviço e a indústria.

No entanto, no sul goiano, há uma relação entre esses setores quando as montadoras de veículos de Catalão priorizam a montagem de utilitários e máquinas agrícolas, quando Rio Verde concentra as indústrias de transformação de alimentos, principalmente de óleos vegetais do milho e da soja e quando o comércio de Catalão e Rio Verde cresce com a alta na produção agrícola.

As indústrias que mais concentram incentivos e investimentos do Programa Produzir são do ramo de transformação de alimentos e isso também se concentra espacialmente no sudoeste goiano. As indústrias de frigoríficos e óleos vegetais são as que mais se beneficiaram do Produzir no período de 2003 a 2005 como demonstra a tabela 14.

Pode-se dizer que no Sudoeste Goiano os investimentos aplicados ao longo dos anos para a modernização do campo se constituíram numa rede de produção que proporcionou o desenvolvimento nos três setores de atividade econômica que se destacam na produção do estado. Enquanto no Centro Goiano, a produção econômica está relacionada ao comércio/serviço com uma menor participação das indústrias farmacêuticas e de alimentos.

Tabela 14: Atividades Mais Atendidas Pelo Programa PRODUIR				
Atividade	Total 2003 a 2005			% sob Total de Investimentos
	Nº de Empresas	Nº Empregos	Investimentos Fixos (R\$ mil)	
Água Mineral	12	296	29.475	0,37%
Alimentos e Bebidas	66	9.321	445.333	5,65%
Autopeças	3	167	2.096	0,03%
Calçados	14	679	29.313	0,37%
Confecções	13	1.582	19.112	0,24%
Cosméticos	10	196	16.421	0,21%
Curtume	6	281	12.678	0,16%
Embalagens	37	2.920	223.218	2,83%
Farmacêutico	49	3.753	345.296	4,38%
Frigorífico	19	10.006	563.971	7,15%
Gráfica	9	308	4.868	0,06%
Importação	70	1.261	150.790	1,91%
Laticínios	53	1.519	186.979	2,37%
Limpeza	20	2.012	100.438	1,27%
Metalúrgico	30	1.383	130.383	1,65%
Moveleiro	15	743	15.630	0,20%
Óleos Vegetais	22	1.946	682.182	8,65%
Reciclagem	15	757	29.160	0,37%
Têxtil	11	916	87.727	1,11%
Tintas	8	344	14.650	0,19%
Transportes	9	843	83.839	1,06%
Vitivinícola	6	455	45.276	0,57%
Outros	205	27.719	4.669.044	59,19%
Total	702	69.407	7.887.879	100,00%

Fonte: SIC/PRODUIR In: Revista Economia & Desenvolvimento, nº 21, 2005



Pode-se dizer que o Sudoeste Goiano é dominado pela agroindústria e está envolvido numa rede de produção que é controlada pelas demandas das multinacionais. Mas que essa lógica não se repete nas demais regiões do território goiano.

Além do mais, as tabelas do PIB e do ICMS demonstraram que o comércio/serviços domina a produção de riquezas para Goiás e essa produção se concentra no centro goiano. A economia goiana gira em torno do comércio/serviço pelos rendimentos demonstrados na arrecadação do ICMS e pelo PIB e, mesmo assim, o Estado investe maior parte de seus recursos na agropecuária.

Tabela 15: Investimentos BNDES - desembolso de recursos em Goiás - 2000 a 2004 (mil R\$)

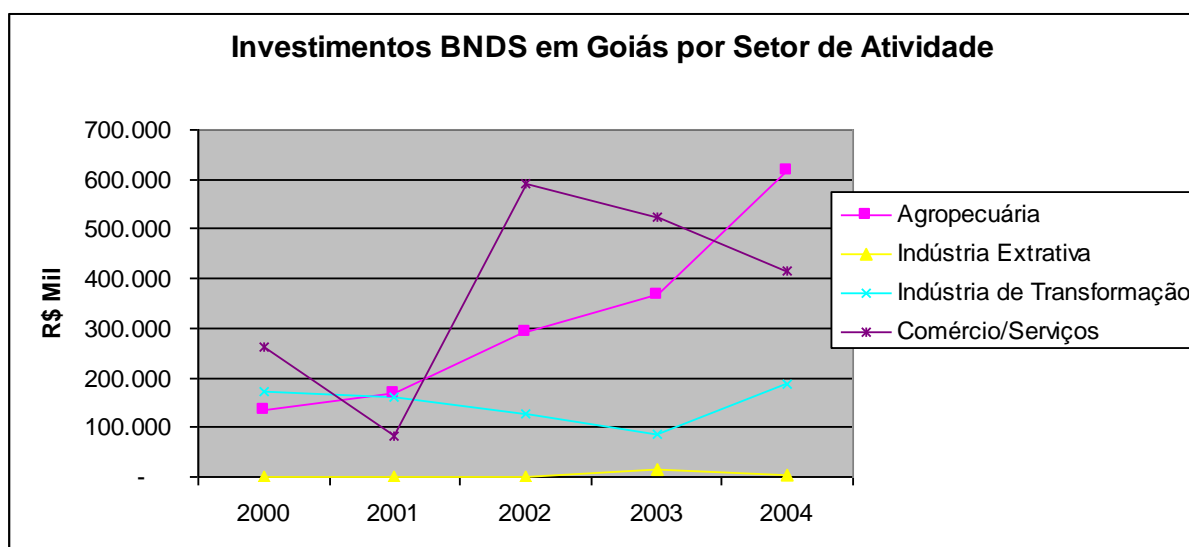
Ano	Agropecuária	Indústria Extrativa	Indústria de Transformação	Comércio/Serviços	Total
2000	36.549	365	170.797	260.276	567.987
2001	67.397	1.158	161.657	82.037	412.249
2002	291.804	1.529	125.504	593.164	1.012.001
2003	366.071	15.478	85.528	524.833	991.910
2004	618.732	4.521	185.964	415.613	1.224.830

Fonte: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social in SEPLAN-GO, 2005

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDS – também demonstra a mesma dinâmica dos investimentos dos demais programas dos governos estaduais e federais que investiram em Goiás nos últimos anos. De 2000 a 2004, os investimen-

tos na agropecuária saltaram de 36 milhões, em 2000, para 618 milhões em 2004, demonstrando um crescimento constante de um ano para outro, sem decréscimo nesse período; ao contrário das demais categorias que mostram comportamentos bem dinâmicos, conforme apresenta o gráfico a seguir.

Gráfico 11



As maiores oscilações são apresentadas pelo setor do comércio/serviço que de 260 milhões, em 2000, caiu para 82 milhões, em 2001 e, em 2002, saltou para 593 milhões, para entrar em decadência a partir de 2003; no entanto ainda com um grande volume de recursos com mais de 400 milhões de reais.

4.2 O CONTROLE ESTATAL DOS INVESTIMENTOS NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

O FCO, mesmo sendo constituído de recursos federais, é gerenciado por um Conselho Regional de Goiás, que é coordenado pela Secretaria de Planejamento do Estado de Goiás – SEPLAN-GO – e, por isso, ele se encontra no PPA juntamente com os demais programas de crédito e incentivos fiscais do Estado como o Produzir, o FunMineral, o Crédito Produtivo e o Banco do Povo.

Diante dessa situação, os programas de governo obedecem às mesmas políticas de financiamento e incentivo presentes no processo histórico de Goiás; são concentrados nas regiões de interesse do capital nacional e internacional e favorecem a diferenciação regional do território goiano com o aumento das diferenças sociais entre as regiões. Essa lógica per-

versa do capitalismo primitivo deveria não existir nos tempos atuais com a existência dos pensamentos de desenvolvimento sustentável.

No entanto, os PPAs da atualidade continuam direcionando maior parte dos recursos para os programas de interesse da elite produtora de grãos de Goiás. “O processo de ampliação da inserção da economia goiana no contexto nacional e a penetração em mercados internacionais priorizados no PPA 2000-2003 necessitam de profundas reflexões”. (Moraes 2005, p. 34).

Na leitura de Moraes (2005), o PPA 2000-2003 obedece às determinações do mercado internacional no que diz respeito às regiões priorizadas por ele e, com isso, favorece ainda mais o desequilíbrio no desenvolvimento das regiões.

Se Rio Verde se destaca na concentração de recursos nos três setores da economia, é bom ressaltar que no setor FCO Rural, o município domina por completo, no entanto, os setores que mais contribuem com os números de arrecadação do ICMS e com o crescimento do PIB de Goiás são o do Comércio/Serviços e a Indústria, o que prova a dependência desses setores em relação ao rural.

Todos esses investimentos no Rural, na verdade, são para atender as demandas das indústrias instaladas na região, e isso altera por completo as estruturas e as relações de trabalho que constituem a divisão regional do trabalho em Goiás. Ao financiar uma grande indústria, o FCO Rural parte para o financiamento dos produtores que irão agregar às grandes corporações, como diz o secretário executivo do FCO-Goiás Ivan Marques, à Revista Economia & Desenvolvimento, nº 17 de 2004.

Na área do agronegócio, o FCO financia os projetos de integração rural. Bom exemplo citado por Ivan Marques é o caso da Perdígão, em Rio Verde, em que tanto indústria quanto os integrados foram financiados. Ele lembrou que em casos especiais os financiamentos podem chegar a R\$ 40 milhões, no limite de três empreendimentos por ano. (REVISTA ECONOMIA & DESENVOLVIMENTO Nº 17, 2004)

A formação de uma rede entre as indústrias, os produtores rurais e o comércio criam laços cada vez mais intensos, alterando por completo a cotidianidade das áreas urbanas e rurais dos municípios inseridos na agroindústria goiana. Mas o que não aparece facilmente aos olhos dos estudiosos da economia goiana é que no topo da hierarquia dessa rede está a agropecuária, como muitos dizem, e não a indústria.

Numa outra lógica da produção rural brasileira, o FCO PRONAF financia os empreendimentos familiares de pequenos produtores rurais e de assentados da reforma agrária.

ria. A sua participação no montante de recursos investidos no desenvolvimento econômico de Goiás por meio do FCO é insignificante com apenas 3,44% do total investido. São apenas R\$ 46 milhões de FCO PRONAF contra R\$ 822 milhões investidos no FCO Rural. A lógica da concentração dos investimentos no sul e centro goiano também muda nesse caso e prioriza outras regiões.

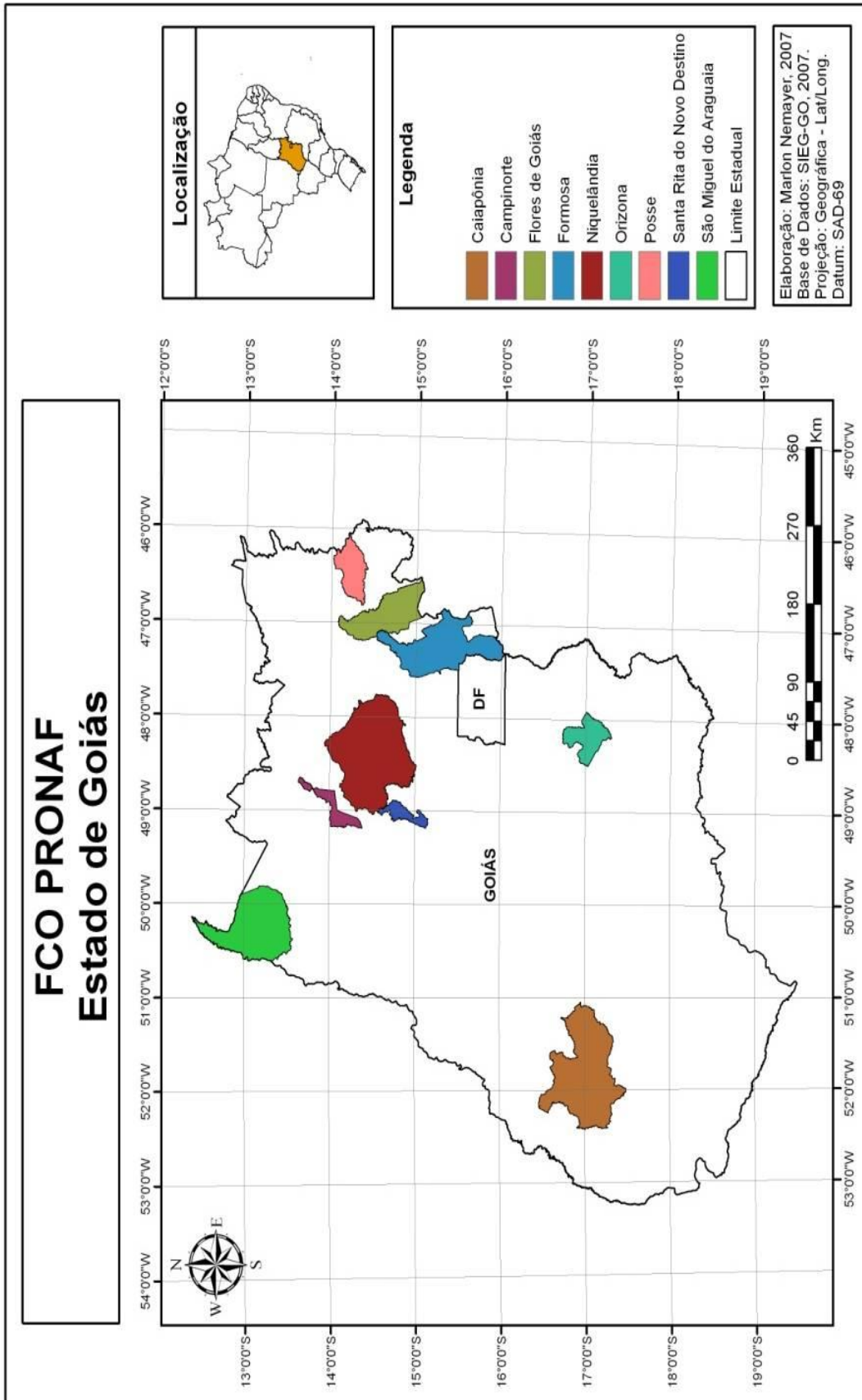
A maioria dos municípios atendidos encontra-se no norte e nordeste do estado e se configuram também como municípios de pequena inserção na produção de grãos e na criação de bovinos sendo exceção os municípios de Caiapônia e São Miguel do Araguaia. O primeiro se encontra entre os maiores produtores de bovinos e grãos do ranking estadual e o segundo entre os maiores criadores de bovinos, contudo, Caiapônia e Orizona pertencem ao Sudoeste e Sul goiano.

Tabela 16: Investimentos do FCO Goiás em PRONAF no período de 2000 a 2003 Dez primeiros Municípios com Maior Investimento em R\$						
	MUNICÍPIO	2000	2001	2002	2003	TOTAL
1	São Miguel do Araguaia	63.593,00	3.272.757,11	757.104,31	-	R\$ 4.093.454,42
2	Caiapônia		621.513,87	32.428,00	1.745.919,39	R\$ 2.399.861,26
3	Posse	461.900,61	366.394,90	457.159,84	1.066.388,13	R\$ 2.351.843,48
4	Santa Rita do Novo Destino	112.496,00	118.909,91	-	1.853.529,34	R\$ 2.084.935,25
5	Flores de Goiás	663.579,00	875.274,40	500.343,00	-	R\$ 2.039.196,40
6	Campinorte	-	779.300,00	114.000,00	1.067.408,34	R\$ 1.960.708,34
7	Formosa	802.579,00	732.264,00	231.267,30	14.955,50	R\$ 1.781.065,80
8	Niquelândia	178.401,00	42.019,02	50.211,17	1.275.440,67	R\$ 1.546.071,86
9	Buenolândia	1.421.095,00	17.462,00	14.903,43	9.959,00	R\$ 1.463.419,43
10	Orizona	48.783,18	230.966,84	433.575,22	537.308,03	R\$ 1.250.633,27

Fonte: Banco Brasil S.A.

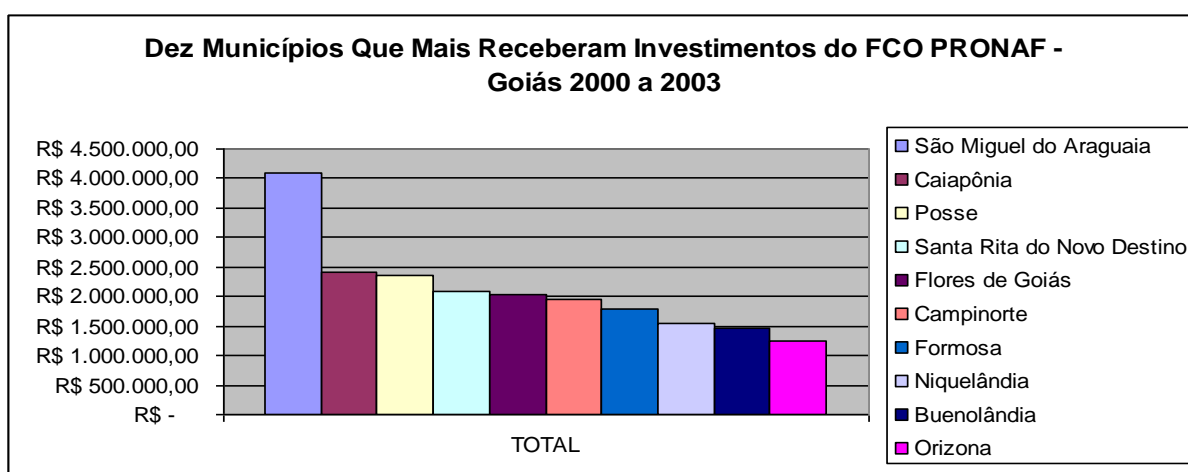
São Miguel do Araguaia e Caiapônia apresentam-se numa situação interessante, estão inseridos entre os municípios significantes da produção agropecuária goiana, baseada no latifúndio e, também, apresentam números significantes de investimentos do FCO PRONAF que são direcionados aos pequenos produtores. Diferentemente dos demais líderes do ranking estadual da produção agropecuária, esses municípios possuem quantidade significativa de investimentos FCO para pequenos produtores.

Outro elemento significativo nessa lógica é que esses incentivos se concentram em regiões de grandes deficiências de produtividade do solo. Ou seja, o pequeno produtor é empurrado para os locais de maior dificuldade de trabalho com a terra, somado isso aos poucos recursos investidos pode-se prever um futuro não muito promissor aos pequenos empreendimentos rurais.



Porém, não podemos deixar de destacar que os investimentos para os pequenos produtores são irrisórios diante dos investimentos na agropecuária de ponta de Goiás. O que a tabela do FCO PRONAF nos diz com clareza é que a maioria dos municípios que concentram os investimentos dos grandes empreendimentos não se destaca nos investimentos para os pequenos proprietários, demonstrando uma segregação socioespacial da agropecuária goiana à qual os pequenos empreendimentos são incentivados a produzirem e se desenvolvem longe da concentração das riquezas do estado.

Gráfico 12



Diante do exposto, podemos confirmar a diferenciação regional da economia em Goiás, onde a produção de riquezas se concentra em determinadas regiões em detrimento à concentração da pobreza goiana em outras regiões. Não que no sul goiano não tenha pobreza e que no norte não tenha riqueza, pois devemos ter a clareza que estamos nos referindo à concentração da riqueza proporcionada pelos setores das atividades econômicas, portanto, de uma riqueza concentrada nas mãos de quem controla os meios de produção.

Não queremos aqui cair no discurso ufanista e homogeneizado da economia regional goiana, muito menos confundir desenvolvimento econômico com desenvolvimento social. Moraes (2005) expõe bem os problemas de contradições sociais na microrregião do Sudoeste Goiano, se a agroindústria traz crescimento econômico medido pelo PIB goiano, esse mesmo PIB é pronunciado pela imprensa e pelo governo como sinônimo de “qualidade de vida” ao ser calculado *per capita*, no entanto, a riqueza que ele representa não é distribuída da mesma forma que se calcula. O desenvolvimento econômico brasileiro sempre acompanhou a concentração de renda (ARRAIS, 2004) e essa lógica se reproduz em Goiás.

4.3 A SUSTENTABILIDADE SOCIOECONÔMICA DOS PEQUENOS E MÉDIOS EMPREENDIMENTOS

O crescimento econômico pode sim acontecer juntamente com o desenvolvimento social, isso é o que chamamos de Desenvolvimento Sustentável ou Sustentabilidade Econômica e Social, tão pronunciados hoje em dia nos encontros e conferências de planejamento regional. Para tanto, é necessário que os investimentos sejam direcionados a programas que possam favorecer a distribuição mais democrática das riquezas geradas pela produção. Nesse sentido, programas como o FCO PRONAF e o Banco do Povo podem contribuir para essa distribuição.

Entre 2000 e 2003 o FCO Rural conseguiu gerar 82.519 empregos com seus R\$ 832.229.600,98 aplicados nos grandes empreendimentos rurais. São muitos empregos, no entanto, para cada emprego gerado foram investidos em média R\$ 10.085,31. No FCO Comércio/Serviço foram investidos R\$ 107.107.381,97 para gerar apenas 8.510 empregos, o que exige R\$ 12.586,06, em média, para gerar um emprego. O FCO Indústria, com seus R\$ 362.649.050,41 gerou 47.468 empregos, sendo em média de R\$ 7.639,86 para se gerar um emprego na indústria goiana.

Já o FCO PRONAF com seus míseros R\$ 46.358.031,61 conseguiu gerar 29.357 empregos, o que significa um emprego gerado a cada R\$ 1.579,11 investidos no programa. Isso nos mostra o quanto o PRONAF pode contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do território goiano com mais equilíbrio na distribuição das riquezas e em contrapartida, menos concentração das mesmas.

De acordo com esses números, se transpormos os recursos do FCO Rural para o PRONAF consegue-se em média a geração 500 mil empregos no campo. É claro que unido a isso se deve um amplo programa de reforma agrária, pois não somente os investimentos são concentrados, a terra também.

Tabela 17: Média de Recursos Investidos Por Intermédio dos Programas do FCO e do Banco do Povo por Empregos Gerados – 2001 a 2003			
Tipo de Investimento	Total Investido em R\$	Empregos Gerados	Média de R\$ p/ emprego gerado
FCO PRONAF	46.358.031,61	29.357	1.579,11
FCO Rural	832.229.600,98	82.519	10.085,31
FCO Indústria	362.649.050,41	47.468	7.639,86
FCO Comércio/Serviço	107.107.381,97	8.510	12.586,06
Banco do Povo	73.573.742,35	84.559	870,08

Fonte: Revista Economia & Desenvolvimento, Ano VII, nº 21, out/dez 2005

Partindo para uma análise das cidades, onde estão concentrados os investimentos em indústria e comércio/serviços e compararmos com os resultados do Banco do Povo que financia pequenos empreendimentos industriais, comerciais e de serviços, teremos os mesmos resultados obtidos na análise rural.

O Banco do Povo com seus R\$ 73.573.742,35 investidos foram gerados 84.559 empregos no período de 1999 a 2005, chegando a uma média de apenas R\$ 870,08 investidos para cada emprego gerado. Essa média transposta para a indústria pode-se chegar a mais de 400 mil empregos e no comércio/serviço a mais de 100 mil empregos gerados. Metade dos recursos investidos na indústria e comércio/serviço pode-se gerar mais de 200 mil empregos novos.

Tabela 18: Resultado dos investimentos do Banco do povo em Goiás				
INVESTIMENTOS POR EXERCÍCIOS				
Ano	Agências Implanta- das	Valor Aplicado - R\$	Contratos Financiados	Empregos Ge- rados
1999	20	R\$ 444.545,18	457	2.145
2000	27	R\$ 3.017.652,60	2.803	5.185
2001	66	R\$ 8.549.117,43	7.585	13.873
2002	39	R\$ 16.178.051,68	12.245	22.685
2003	31	R\$ 15.006.009,84	10.306	13.674
2004	30	R\$ 16.987.752,49	11.065	14.618
2005	20	R\$ 13.390.613,13	8.258	12.379
Total	233	R\$ 73.573.742,35	52.719	84.559

Fonte: Seplan/Banco do Povo, 2005.

É fato que os maiores números das cifras investidas no desenvolvimento econômico de Goiás se encontram no setor primário e também se concentram no Sudoeste Goiano. Isso só favorece a concentração de riquezas que obedece a lógica da concentração de terras por meio dos latifúndios nessa região.

O Governo Goiano quer justificar essa concentração de investimentos no Sudoeste Goiano no crescimento do PIB na região provocado pela produção agropecuária (SEPLAN-GO, 2004). Porém, mesmo que no período de 1995 a 2003, o PIB que mais cresceu no Estado foi o da agropecuária e isso é fato, ele ainda é o menor entre a indústria e os serviços e se apresenta em 2003 com a metade dos números apresentados pelo PIB de serviços.

4.4 AS REPRESENTAÇÕES DE INTELLECTUAIS SOBRE A ATUAÇÃO DO ESTADO NA MODERNIZAÇÃO DO TERRITÓRIO GOIANO

Para a complementação das demais fontes pesquisadas, no sentido de uma melhor compreensão da atuação do Estado na modernização do território goiano, assim como da estrutura do Goiás atual, recorreremos a entrevistas com estudiosos goianos que pesquisam sobre o assunto. Os pesquisadores entrevistados foram Professor Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça¹², Professor João Alves de Castro¹³, Professor D.r João de Deus¹⁴ e Professor Dr. Romualdo Pessoa¹⁵. Todas as entrevistas¹⁶ foram realizadas pelo pesquisador.

Na exposição textual, foi adotada uma metodologia, na qual priorizou-se as falas dos entrevistados, e o pesquisador intervém nos momentos em que julga necessário para o diálogo com os entrevistados ou mesmo entre eles, objetivando um melhor proveito do propósito requerido das entrevistas.

Questionado sobre o alinhamento entre o Estado Nacional e o Estado Local, na produção do território goiano, Mendonça afirma que “Não há como pensar Goiás se não for a partir das políticas públicas construídas para produzir o território no Brasil”.

De acordo com o exposto por ele, pode-se caracterizar a produção do território goiano como um projeto de vários governos brasileiros, visando à exploração econômica do território nacional. Goiás, então, aparece como ponto estratégico desse projeto. De acordo com Mendonça:

Há uma relação muito forte por conta da localização geográfica de Goiás no coração do Brasil, caminho para o Norte, para o Nordeste, enfim, no Centro. A presença de Brasília, óbvio, a escolha de Brasília vir pra cá tem a ver com a localização geográfica e com as possibilidades de integração do território nacional. Goiás é o ponto de partida e de chegada.

Para João de Castro, tal fato é uma realidade, e acrescenta que “a ocupação do território goiano sempre obedeceu a interesses da Região Sudeste do Brasil, tendo em vista, que ali concentrava os representantes do capital nacional e internacional”¹⁷. A nosso ver, na

¹² Dr. Marcelo Rodrigues Mendonça, Professor do departamento de geografia da Universidade Federal de Goiás – Campus Avançado Catalão.

¹³ João Alves de Castro, professor aposentado do Departamento de Geografia da Universidade Católica de Goiás.

¹⁴ Dr João Batista de Deus, Coordenador e professor do IESA- Instituto de Estudos Socioambiental- UFG.

¹⁵ Dr Romualdo Pessoa professor do IESA- Instituto de Estudos Socioambiental- UFG.

¹⁶ As pesquisas foram realizadas entre os dias 15 de julho e 15 de agosto de 2007.

atualidade isto ainda ocorre, pois não houve a descentralização do poder econômico e em contra partida, do poder político da região Sudeste, ou seja, a força hegemônica do capital administra economicamente o território brasileiro a partir desta região.

Por conta de Goiás ser esse ponto estratégico, as principais políticas públicas do Estado Nacional, no contexto da produção do território brasileiro e no sentido da integração territorial do país, passam pelo território goiano, ou seja, a partir de 1930 o Governo Nacional vai atuar diretamente na apropriação desse território. Atuação que intensifica até a década de 1990.

De acordo com Mendonça, para compreender tal atuação, se faz necessário o entendimento das mudanças do conteúdo e da forma desse Estado:

Para perceber as mudanças que foram ocorrendo no Estado, no seu papel, nos anos 60, 70, até agora, tem dois recortes interessantes: um que é pensar o estado na gestão do aparato estatal em Goiás, Brasil e Goiás, nos anos 60, que era um contexto de um governo ditatorial que necessitava empreender a chamada modernização do território de Goiás, fundamental por conta não apenas da localização geográfica, mas das possibilidades de expansão das condições de produção, que é a produção do capital, até por conta de Brasília, da experiência de Goiânia em ascensão, Anápolis como uma possibilidade de um entroncamento forte, entre o Centro-Sul e o Centro-Norte. Nesse momento, você tem um Estado altamente centralizador, por conta de um projeto, que é um projeto pensado no âmbito das políticas internacionais, no âmbito do dever de ampliação das condições de reposição do capital hegemônico pelos Estados Unidos, ou pelas empresas estadunidenses ou então européias, mas, fundamentalmente, estadunidenses. No segundo momento teremos um Estado democrático, neoliberal, que não necessita mais do seu caráter intervencionista, mesmo porque, já havia garantido a infraestrutura necessária ao capital. Assim o Estado passa a ter a função de financiador direto da agroindústria e da própria indústria urbana. Dessa forma, teremos um Estado que vai, diríamos assim, em minha opinião, viabilizar as condições infra-estruturais, e aí desde implementação de rodovia, eletrificação, produção de energia às condições políticas, tributárias e creditícias, ou seja, a possibilidade de novos investidores acessarem grande quantidade de recursos públicos, pra facilitar as suas ações.

Ainda sobre a atuação do Estado Nacional em Goiás, Mendonça afirma que:

Uma outra dimensão do Estado é a que está no campo ideológico, sócio-ideológico, sócio-político-ideológico, que é um campo de dizer para população goiana, para o povo goiano, do Brasil, de certa forma, que vivenciávamos uma outra era, um outro momento de prosperidade. Então, isso era uma construção política com um fim ideológico fabuloso. Com isso, você negava todas as formas de resistência dos trabalhadores na luta pela terra, pela reforma agrária, na luta por perspectivas que não fossem exatamente essas, haja visto que hoje, até hoje, nossos estudantes não têm acesso às informações sobre a produção, sobre as disputas no território goiano a partir da luta pela terra, com a luta do Arrendo, aqui mesmo em Orizona, Pires do Rio, as ligas camponesas que se formaram em vários lugares de Goiás e começaram por Catalão, referência por conta da estrada-de-ferro, a presença forte do Partido Comunista, toda a região da Estrada-de-Ferro na luta pela

terra, a experiência de Trombas e Formoso, a experiência anterior a tudo isso, de Santavica, na região de Pirenópolis, que eram, que sempre foram expressões do conflito ou da questão agrária brasileira, mais especificamente, em Goiás. Então, é um Estado que cria as condições econômicas para viabilização dos investimentos, portanto, as condições de infra-estrutura, um Estado que constrói, que elabora constructos políticos e ideológicos pra justificar esses investimentos e, ao mesmo tempo, atrair a população do campo pra cidade. Desloca a população do campo, tirar o 'jeca-tatu' do campo e trazê-lo pra cidade pra ele se transformar num homem urbano, ao fazer isso, é como se você limpasse o terreno, para que as empresas rurais pudessem se territorializar.

Como é sabido por todos, a partir dos anos de 1980, ocorre uma explosão urbana em Goiás, neste contexto, a atuação do Estado Local caracteriza-se pelo assistencialismo. De acordo com Mendonça:

O governo, pra atender o inchaço urbano, ou seja, essa população que chega à cidade, tida como desqualificada, embora eu discorde plenamente, totalmente, elas são desqualificadas para o trabalho fabril, para o trabalho urbano, para o trabalho de características urbanas, mas elas são qualificadas pra trabalhar na terra. Ela vai ser expulsa pras áreas periféricas com as políticas assistencialistas. E aí, em Goiás vai ser muito interessante, porque Goiás vai ser o grande laboratório das políticas assistencialistas no Brasil. E se você pegar 1982, quando você tem a eleição do Íris Rezende em Goiás, quando ele assume em 1983 com o discurso da modernidade, que é o discurso de transformar o Goiás atrasado, o Goiás rural, o Goiás do 'jeca-tatu' num Goiás moderno, num Goiás agroindustrial, num Goiás que pudesse ser a vitrine, para o Brasil. Ele vai desenvolver as políticas assistencialistas pra acalantar esses pobres, daí, a meu ver, tem dois aspectos fundamentais: primeiro, ele evita os conflitos sociais, porque ele, ao atender minimamente essas condições, como a Mutirão, a Casa-Própria, o Meu Lote, Minha Casa, enfim, todas essas políticas que foram feitas, ele acalenta essa população pobre que não se organiza nos movimentos sociais, que não vê os movimentos sociais como uma perspectiva, e por outro lado, ele se mantém politicamente, o grupo dele se mantém politicamente no poder, por quê? É como se fosse um pacto de poder, na medida em que eles ficam no poder por dezesseis anos consecutivos, esse mesmo grupo. Enfim, essa população expulsa da terra, vem pra cidade, entende isso como uma benéfica, e vota, e o resultado disso é ela votar nos seus candidatos pra ajudar ali aquela oligarquia, digamos assim, política que Íris constrói em Goiás com a esposa, com o irmão, enfim, com os seus apaziguados, que vai desembocar, exatamente na expressão desse Goiás tido como moderno, mas extremamente conservador e atrasado do ponto de vista da perspectiva, tanto política, quanto social, quanto ambiental e etc.

Partindo do pressuposto que o Goiás atual consiste no resultado de um projeto Nacional associado a interesses internacionais, podemos afirmar que a partir de 1930 até os dias atuais ocorreu um alinhamento entre as políticas do Estado Nacional e o Estado Local. Para Mendonça:

Sem duvida! Políticas construídas pelo Estado local esta alinhada ao Nacional e são associadas ao interesse do capital nacional e transnacional, o Estado como gestor do território, não é um Estado neutro, é um Estado que esta sendo corruptado por essas classes dominantes, fundantes, agora de um novo empresariado que vem

de fora, mas associado à parte das oligarquias agrárias daqui, que estão com o poder político na mão. Essa fusão entre esse empresariado que vem e essas oligarquias agrárias tradicionais, parte delas, que há disputa de interesses entre essas oligarquias, mas uma parte delas que estão na política e vão se beneficiar disso, esse encontro vai fazer com que você tenha um estado gerido para esses interesses desses segmentos, desses grupos sociais, dessas classes sociais, não são grupos, essas classes sociais.

Sobre esse assunto João de Deus considera que não há um alinhamento, pois no Brasil não existe um projeto de Estado, existe sim um projeto de Governo e que acompanha interesses eleitoreiros, ou seja, visa à reeleição do grupo, de forma que a mudança de governo significa a mudança de projeto, não tem seqüência o projeto anterior. Este fato ocorre tanto no âmbito Nacional quanto no Local.

Ainda de acordo com Deus, o que ocorre é uma obediência do Governo Local ao Governo Nacional, tendo em vista o caráter centralizador e por vezes autoritário do Estado Nacional, ou seja, não há liberdade por parte dos Estados Locais, mesmo porque é extremamente dependente, financeiramente do Estado Nacional.

No que se refere à dependência financeira do Estado Local e do caráter centralizador do Estado Nacional, concordamos com Deus. Em contrapartida, discordamos da não existência do alinhamento entre ambos, no que se refere à produção do território goiano, pois a historiografia demonstra em vários momentos pactos entre esses Estados. Por outro lado, mesmo que seja por imposição, este alinhamento existe.

No final dos anos de 1990, a configuração da economia e em contra partida da política nacional, reorienta a atuação do Estado Nacional e Local na produção do território goiano. As políticas não são mais no campo da infraestrutura, são creditícias e tributárias muito menos voltadas ao assistencialismo simples, ou seja, ocorre uma sofisticação do assistencialismo. No viés da economia ainda é prioridade do Governo, no que se refere aos investimentos, o setor agrário, porém alinhado ao desenvolvimento industrial.

Por coincidência, ou não, ocorre nesse período, “o fim da era Irísta”, em Goiás. E a eleição e obviamente o governo de Marconi Perilo, promove mudanças significativas no construto do Estado, por outro lado, o alinhamento com Governo Nacional e os interesses do capital não é rompido, mesmo por que, Marconi e F.H.C, compunham a mesma linha política. De acordo com Mendonça:

Acho que há uma mudança fundamental, um corte é, de fato, a eleição do Marconi não é o Marconi em si, mas são as condições que são outras, porque aí você já tem outra configuração, outras configurações sócio-territoriais, e você tem universidades, você tem os movimentos sociais mais aguerridos, você tem uma dinâmica, so-

cietal que possibilita uma reflexão maior, e aí, na verdade, quando você tem um outro grupo que assume o poder, que é o Marconi e o grupo que o representa, que ele representa, esse grupo vai fazer uma releitura daquilo que o Íris fez em 1982, quer dizer, se o Íris cria condições pra modernização capitalista, mas ele acaba enredado nas tramas que ele mesmo cria, o Marconi vem pra dizer o seguinte: ‘olha, isso é atraso, então, eu estou trazendo agora a modernidade’, que é uma modernidade que esta pautada em quê? Na indústria. É uma modernidade que esta pautada nas novas tecnologias. Então veja, mais uma vez, as políticas construídas pelo Estado goiano estão exatamente adequadas com as necessidades da reprodução do capital transnacional. É aí que vem a Perdigão, a Mitsubishi em Catalão, logo depois a John Deree, as indústrias químicas sofrem grandes investimentos, o pólo farmoquímico de Anápolis explode, as plataformas consolidaram a industrialização no sudoeste, enfim. O que o Marconi faz? O Marconi, o grupo do Marconi, os técnicos nesse momento que compõe o Estado, eles preferem a necessidade de regionalizar os investimentos, embora esse planejamento não tenha sido ostensivamente pensado pelo grupo dos anos oitenta, mas era um indicativo, de que o Sudoeste caminhava pra um pólo agroindustrial, de que aqui, essa região (Catalão e Ouidor) caminhava pra um pólo mineroquímico e automotivo, então, se percebe que Anápolis, o DAIA, principalmente o pólo farmoquímico vão se precedendo à leitura do território goiano nos anos noventa é uma leitura de que deve tocar e criar condições para aqueles investimentos que já estavam em andamento pudesse se fortalecer, e aí entra o papel do Estado, não mais como criador da infra-estrutura e de políticas públicas, vai ser de políticas creditícias e tributárias, simplesmente, ele agora cria mão-de-obra. Então, ele começa a preparar aquilo que era o estrangulamento nos anos noventa. Mão-de-obra qualificada para trabalhar nesses setores, e aí vem à importância do ensino técnico, que você pega o crescimento da rede S, toda ela, Senac, Senai, os investimentos do Sebrae, treinando. É uma coisa fantástica, e nesses pólos. Treinando mão-de-obra pra atender às necessidades dessas novas atividades agroindustriais e industriais. Então, você tem isso de forma muito evidenciada.

Nesse sentido o que se percebe e o incremento da industrialização, e a evidente atuação do Estado como gestor do território, no incentivo deste processo. Porém o que se percebe também é uma regionalização dos investimentos, criando um desenvolvimento econômico desigual do território goiano.

Outro fato de grande relevância é a incorporação do discurso, desenvolvimentista da indústria como o moderno e como promotora de melhores condições de vida, principalmente para a população das cidades que outrora sobreviviam do campo. Sobre esse assunto Mendonça afirma:

A partir do momento em que o Estado cria as condições, cria os investimentos, sem um planejamento do território na sua inteireza, ele é sim um promotor das desigualdades espaciais e sociais. Se você observar o caso da Perdigão, hoje tem seis mil trabalhadores diretos, mais de seis mil, predominantemente jovens, assim, de vinte a trinta anos, e noventa por cento com salários baixos, é uma população egressa do campo, filhos de camponeses e de proprietários tradicionais e migrantes, muitos migrantes que vieram do Nordeste, de áreas mais pobres de Goiás e de outros estados pra trabalharem na Perdigão. Isso acontece em todo o estado. Na Mitsubishi, em Anápolis você também vai encontrar isso, e aí é que há um aspecto interessante, do construto político-ideológico, é que o rapaz, o jovem, embora ele tenha um pedaço de terra, disponível, cinco alqueires de terras, cinqüenta hectares de terra, o pai dele ali e ele prefere vir ganhar na Mitsubishi, em Catalão, um salário de seiscentos reais, se matar de trabalhar e ter LER e Dort com dois, três anos

de trabalho, do que continuar na terra, mesmo tendo acesso ao Pronaf, ao Programa de Agricultura Familiar. Por quê? Porque há o mito e aí é essa coisa que permeia a cultura goiana e a cultura brasileira, que o urbano e a cidade, a indústria como o progresso, como aquilo que vai me dar mais vantagens. E aí, é óbvio, tem todas as políticas que permeiam isso. Há pouco tempo, teve um episódio muito interessante na greve dos trabalhadores da Mitsubishi, eles pararam por um dia e um dos discursos dos empresários foi o seguinte: ‘como um plantador, nós transformamos vocês, vocês eram plantadores de tomate, e agora vocês são trabalhadores, operários de uma das mais importantes indústrias automobilísticas do mundo e vocês ainda querem parar? Vocês ainda querem fazer greve? Nós somos bons pra vocês, nós livramos vocês de ser plantadores de tomate’. Isso foi um exemplo dado por um dos diretores da empresa. Ora, veja bem qual é a concepção, então, dos investidores que vêm pra Goiás, de que aqui é uma terra de gente atrasada, de gente que precisa ser preparada para o trabalho na indústria. Como se plantar tomate ou exercer qualquer atividade no campo fosse algo pernicioso fosse algo terrível. Você tem plantações de tomate, plantadores de alho, agricultores etc., etc., que vivem muito bem, a maior parte vive muito melhor do que um operário da Mitsubishi que ganha seiscentos reais e que hoje, a Mitsubishi que tem mais ou menos mil e quinhentos trabalhadores diretos, ela tem noventa trabalhadores afastados com doenças ocupacionais e são jovens, de vinte, vinte e cinco anos, por esforço repetitivo, quer dizer. E se nós não entendermos isso e não tentarmos desconstruir essas lógicas perversas que vem formatada as políticas públicas, formatado o ideário, o imaginário popular, de repente nós estamos sucumbidos a essa forma de pensar desconsiderando a trajetória histórica dos goianos ou dos camponeses, das pessoas que estão sendo expulsas da terra, mas que ainda têm a memória da terra, embora, às vezes nem queira mais voltar, mas ainda têm a memória da terra, o jeito de ser, o modo de ser, o jeito de andar, o jeito de falar do goiano, e que é execrado por essas empresas que vem de fora, até porque elas não conhecem e elas não querem conhecer, elas têm outro padrão, outra forma de vida, outra compreensão de mundo. Então, assim, o que você percebe claramente é um adestramento dos trabalhadores.

Nos últimos anos a urbanização, e a industrialização do território goiano é uma realidade aparente, assim como importância da participação do setor terciário e secundário no PIB do estado. Por outro lado o significado do setor agrário para a economia goiana é inquestionável. Diante a este fato surge atualmente um debate sobre a caracterização do Goiás moderno. Goiás é um Estado Industrial ou Rural? De acordo com Mendonça:

Se você pegar os dados de população campo-cidade do estado de Goiás dos anos 70 até dois mil, é uma coisa assustadora. Goiás hoje é o segundo em taxa de urbanização do país, você tem um Goiás rural, isso pode ser dito até os anos setenta e esse processo todo vai fazer com que esse Goiás rural seja agora um Goiás urbano, mas com pé, com elementos fundantes da cultura, da sociedade, da política fincados no campo, então não é um estado industrial. Por que não é um estado industrial? Porque as atividades que estão hoje conformadas no território goiano, em sua maioria, estão fincadas e sustentadas num Goiás rural. E não é só do ponto de vista econômico, do ponto de vista da cultura, do ponto de vista da política. É do ponto de vista do pensar. De como a população, esses diversos segmentos sociais em Goiás ainda pensam a gestão do território, ou seja, a gestão do território que parte de um novo conteúdo na relação cidade-campo, mas que parte a partir, fundamentalmente, dessas necessidades que estão vinculadas aos empresários rurais, à agro-indústria. E aí, eu tenho muito medo dessa tese do Goiás industrial, porque o Goiás industrial, não é um Goiás industrial, é o modo de ser e de viver pautado num mo-

delo, num paradigma industrial do mundo ocidental. E não é um jeito do ser e, não é um jeito de ser e de produzir a indústria ou as condições da indústria a partir de Goiás. Não é. Eu posso tá sendo utópico de imaginar que um dia seria dessa forma. Mas, então, você nega todas as condições, a sua forma de ser, a sua forma de ver o mundo pra se encaixar nesse modelo, que é perverso que daqui a dois, três anos, daqui a dez, vinte anos é descartável pro trabalhador, enfim. Um trabalhador que, com vinte e cinco anos já têm problemas de doenças ocupacionais, imagina esse cara aos quarenta. Na terra, ele não teria isso, correto?

Segundo Castro, em uma opinião diferenciada de Mendonça, Goiás é um estado industrial, principalmente a partir de 2000, tendo em vista o índice de industrialização alcançado e a participação da indústria no PIB goiano. Para ele, o que ocorre em Goiás é uma industrialização do setor agrário, sendo assim, não se desvincula a agricultura moderna da indústria, ou seja, os complexos modernos de produção agrária consiste na agroindústria ou produzem para a indústria e ainda, Goiás não concentra mais sua exportação nos produtos in natura e sim nos produtos industrializados.

De acordo com Romualdo Pessoa¹⁸, é verdade que o Goiás de hoje é urbano e o nível de industrialização tem aumentado, porém as bases políticas e econômicas do território goiano são rurais. Primeiro por que o que garante o havit da balança comercial de Goiás é a produção de Grão, segundo porque embora, tenha crescido a indústria em Goiás se comparada a outras regiões industrializadas como o caso do sudeste brasileiro e mesmo a parte do nordeste, esse índice é muito baixo.

Para Deus, Goiás é um Estado agrário, pois, embora existam pólos industriais como Catalão e Anápolis, a grande maioria das cidades goianas, depende exclusivamente da atividade agrária, muitas até da pequena produção, e se considerarmos a atividade pecuária esse afirmativa fortalece, mesmo por que seu ponto forte esta no campo. Ele acrescenta que os componentes do poder em Goiás, ainda são integrantes da oligarquia rural e que futuramente o estado possa até vir a ser industrial, mas no momento quem governa é o rural, pois a indústria é recente.

Levando em consideração o discutido nesse item, e a valorosa contribuição dos intelectuais entrevistados, nada mais relevante que encerarmos esta discussão com o relato quase poético e inteiramente apaixonado e apaixonante, de Mendonça, sobre o Goiás que se têm e o Goiás que se precisa:

¹⁸ Dr Romualdo Pessoa professor do IESA- Instituto de Estudos Socioambiental- UFG, em entrevista dada a Julio César Pereira Borges no dia 20 de agosto de 2007.

Nesse momento você tem que lembrar, obviamente, por conta de como historicamente o território goiano é valorado por conta de estar na centralidade dum projeto nacional de desenvolvimento do capital e das condições de reprodução do capital no Brasil, seja pra expansão da agricultura moderna nas áreas de cerrado ou no que resta das áreas de cerrado e nas bordas da Amazônia, e que nós olhamos pra Amazônia e ficamos muitos preocupados porque a Amazônia tem que ser resguardada, e acho que tem que ter uma política adequada de exploração dos recursos naturais da Amazônia. Inteiramente concordo com isso. Mas também tem que ter pro Cerrado, tem que ter pra Caatinga, tem que ter pro Pantanal, tem que ter pros Pampas, mesmo porque nós estamos pensando na Amazônia, nós estamos pensando no Cerrado não enquanto vegetação, mas sim enquanto um bioma complexo, de gentes, de culturas, de povos, de experiências de vida, de modos de existência. Então, quando você pensa Cerrado, você não está pensando apenas numa vegetação. Você está pensando na biodiversidade riquíssima do ponto de vista faunístico, do ponto de vista florístico, mas você tem pessoas, você tem experiências, você tem os saberes. Você imagina o que é o saber dos povos cerradeiros, no que tange, por exemplo, ao convívio com esse ambiente de aproveitamento das plantas, de aproveitamento farmoquímico, da medicina dessas plantas, da utilização dos solos. Porque se você pergunta pra qualquer camponês que nunca foi a uma escola de agronomia, que nunca passou perto dum curso profissionalizante, ele vai dizer pra você que não pode plantar aqui e pode plantar aqui, que esse lugar é bom pra arroz, que esse é bom pra feijão, porque o solo aqui é melhor, por que o solo lá é pior, por que aqui tem água, porque não tem água. Quer dizer, esses saberes historicamente construídos, que a gente chama saberes-fazeres, saberes populares, eles são fundamentais para nós entendermos e assegurarmos políticas que possam estar coadunadas, que possam estar adequadas ao ambiente de forma a garantir uma sustentabilidade social e ambiental. Não é possível pensar desenvolvimento sustentável, pra começar, isso é uma falácia, desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento sustentado pelo capital. Desenvolvimento sustentável pra quem? E pra quem, não é? Quer dizer, o máximo que nós podemos avançar é rumo a uma sustentabilidade, quer dizer, pensar políticas públicas que possam coadunar interesses óbvios de produção, de garantia à produção mais adequadas ao ambiente, aos ambientes que tão ali, e aí pra isso precisamos ouvir o cara, precisamos ouvir o camponês, precisamos ouvir o que até bem pouco tempo ou até hoje ainda é chamado de 'jeca-tatu', do atrasado, que são as pessoas que, historicamente, produziram e produzem alimentos pra mesa do goiano e pra mesa do brasileiro. Quase sempre esses agricultores camponeses, eles têm uma relação muito diferenciada com o meio, não é uma relação de depredação intensa, correto?! A depredação, a degradação ambiental ela está fortemente nas áreas de chapada, seja nos recursos hídricos, seja no solo, seja, enfim, na retirada abrupta da vegetação e nos desdobramentos que isso gera. Então, acho que esta um pouco nesse aspecto, Goiás é fundamental e foi durante o século vinte e continuará sendo um território de passagem, mas não um território de passagem daqui para outro lugar, mas um território que é visto pelos grandes investidores como necessário pra promover investimentos na Amazônia, no Nordeste, enfim. Tá aí vinculada essa idéia do Goiás, que é o Goiás agrário: Não o Goiás agrário como símbolo do moderno, mas um Goiás como símbolo do atraso, esse Goiás das empresas rurais, extremamente modernas, mas com elementos atrasados e perversos no seu interior, como exemplo, o trabalho escravo, o trabalho de idosos, o trabalho de crianças, o desmatamento e as carvoeiras, a contaminação dos recursos hídricos, o envenenamento das águas e coisas mais...

Diante do exposto por Mendonça, podemos afirmar que a modernização do território goiano, implanta uma segunda relação social, entre a sociedade do conhecimento e a sociedade do costume e das tradições sertaneja, estabelecendo um conflito entre saber popular e saber científico, em uma nova ordem de poder, na qual ascende o agrobusiness. Este por

sua vez, se sustenta na exclusão camponesa e na utilização de evoluídos meios tecnológico, da biogenética, dos sistemas virtuais, da maquinificação, meios responsáveis diretos pela desterritorialização do sertanejo.

Diante a esse fato cabe aos estudiosos do assunto, apoiar a resistência camponesa ao modelo do agrobusiness, em busca da segurança alimentar, do coletivismo, da manutenção de seus costumes, tradição. Impor-se à retórica do grande capital, na tentativa de desconstruir uma ideologia que captura o Estado e desarticula a vida dos cerradeiros de Goiás. Embora a luta seja árdua, nos parece que a única forma de amenizar esta situação é o fortalecimento dos movimentos contrários ao modo de produção capitalista, na expectativa de uma luta entre David e Golias.

Considerações Finais.

Como foi afirmado anteriormente, esta pesquisa foi realizada com o intuito primordial de compreender a atuação do Estado, através das políticas públicas, no processo de modernização do território goiano. Buscou-se, também, revelar as transformações ocorridas nos âmbitos sociocultural e econômico nesse território assim como entender a estrutura política e econômica do Goiás atual.

Nesse sentido pôde-se destacar a atuação do Estado, que Goiás ao longo da história da produção do território goiano, principalmente após 1930, constituiu-se num ponto estratégico para o sucesso da modernização do território brasileiro e por isso, sempre ocupou um lugar de destaque na pauta do planejamento do Estado Nacional.

Pode-se dizer ainda que sempre houve, ora mais claro, ora mais obscuro, um alinhamento do Estado Nacional com o Estado Local, em uma atuação conjunta, respondendo a interesses do capital nacional e internacional em usufruir das riquezas do “sertão” brasileiro. Nesse momento, amparado pela retórica da industrialização como responsável por uma nova era de prosperidade. Na verdade nada mais era do que a passagem da acumulação simples para uma acumulação intensificada pelas normas do capital industrial.

Há consciência de que, embora esse processo tenha criado “uma captura das terras e do território” para o processo de acumulação, há resistências, ações do trabalho, intromissão do espaço herdado, da cultura e de seus aportes. Isso faz gerar uma singularidade mediatizada ou o cruzamento de tempos diferenciados nas várias regiões e nos vários lugares do rincão goiano. Esses tempos não estão fora dos sujeitos e de seu modo de vida.

Outro fator que pode-se acrescentar sobre a atuação do Estado, é que esta se deu de forma excludente e concentradora no território goiano, como pôde ser percebido no decorrer do trabalho, em sua maioria o conteúdo das políticas públicas, ao mesmo tempo em que priorizou investimentos a determinadas regiões, excluiu dos financiamentos os pequenos e médios produtores. As que fogem a essa regra são o PRONAF e o Banco do Povo.

No que se refere às transformações nos âmbitos socioeconômico e cultural, pode-se dizer que a modernização do território goiano é dotada de significados, pois ao mesmo tempo que inseriu Goiás no capitalismo internacional, promoveu rupturas no modo de vida do povo goiano, deixando marcas no rosto e cicatrizes na alma dos povos cerradeiros.

Não se pode esquecer da nova relação cidade e campo, na qual a cidade aparece como um amontoado de humanos e uma concentração de problemas sociais e o campo como

um vazio demográfico e dotado de tecnologia avançada. O Jeca agora é um cidadão suburbano que varre a Praça Cívica durante o dia e cursa o acelerado à noite, e o Playboy um homem do campo que cavalga seus 180 cavalos diariamente, manada que recebe o nome de Hilux. Álbum de um Goiás atual.

Ao se referir à estrutura política e econômica do Goiás atual, pode-se dizer que economicamente este se constitui num território de economia complexa, com uma crescente participação do setor secundário e terciário, bem como a solidificação do setor primário. Esse é o setor base da economia goiana, tendo em vista que o crescimento da indústria, do comércio e de serviços deu-se apoiado na agropecuária, o que justifica a vultuosidade dos investimentos nesse setor por parte do governo local, pois como foi visto anteriormente, o setor primário consiste no setor que mais recebe investimento do estado local e nacional.

Outro fator que valoriza essa idéia é, que o montante das cidades goianas dependentes da atividade agropecuária para sua existência é bem superior que as demais. Esse fato se deve a forma como se deu a industrialização goiana, priorizando pólos regionais, ou seja, a indústria concentra-se no centro sul de Goiás, mesmo assim em poucas cidades.

O comportamento, a cultura predominante, o saber, o fazer do sujeito e das comunidades goianas estão envoltos de símbolos de signos, que expressam a identidade desse povo, expressa o seu arraigamento com o rural. A memória do carro de boi, do tear, da roça de toco é recente no imaginário do povo goiano. Isso quer dizer que as transformações das últimas décadas ocorridas no território goiano não sepultou o rural de Goiás.

Embora dotada de um imenso poder de persuasão, a indústria e o urbano não se sobrepuseram ao campo, mesmo porque, são recentes, menos de quatro décadas não são suficientes para consolidar uma transição.

Diante desse contexto, afirma-se que o território goiano é agrário, pois quem governa e quem comanda a política é o campo. Mesmo as cidades mais industrializadas são governadas por pessoas ligadas diretamente ao campo, o que simboliza o poder da oligarquia rural no Goiás atual.

Assim sendo, pode-se caracterizar que o conteúdo da política pública implementada na modernização do território goiano, consiste no aceleramento das transformações estruturais desse território, gerando fluxos através da otimização do transporte, da rede de comunicação, amparado por uma significativa política creditícia. Esse processo se dá com o orquestramento entre Capital, Infraestrutura e Dinheiro, sob a batuta do Estado, ou seja, O Estado

como uma locomotiva adentra o território goiano e sobre os trilhos do capital orienta os vagões repletos de políticas modernizadoras.

REFERÊNCIAS

AMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 1982.

ARRAIS, Tadeu Alencar. **Geografia Contemporânea de Goiás**. Goiânia: ed. Vieira, 2004.

BORGES, Barsanufio Gomides. **Goiás nos quadros da economia nacional: 1930-1960**. Goiânia, ed.UFG,2000.

BRESSER PEREIRA, L.C. **Sociedade e Estado em Transformação**. São Paulo: Ed. UNESP, 2001.

CASTRO, João Alves de. O Estado e a Apropriação do Território de Goiás. In: **O Espaço Goiano**. Goiânia, AGB.2004.

CARA, Roberto Bastos. Territorialidade e identidade regional no sul da província de Buenos Aires. In: SOUSA, Maria Adélia A de. SILVEIRA, Maria Laura. Santos Milton. **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

CARDOSO, Fernando Henrique. Reforma do Estado. In: BRESSER PEREIRA, Luiz Carlos, SPINK, Peter. **Reforma do Estado e administração pública gerencial**. Brasília: 1998.

CHAUL, Nasr Fayad. **Caminhos de Goiás, da construção da decadência da modernidade**. Goiânia: Editora da UCG, 1997.

CHAVEIRO, Eguimar Felício. Uma metrópole em travessia. Goiânia, USP, Tese de doutorado.

_____. A Urbanização do Sertão Goiano e a Criação de Goiânia. In: **O Espaço Goiano**. Goiânia, AGB.2004.

_____. Traços, Linhas e Matrizes para a Compreensão de um Goiás Profundo. In **A Captura do Território Goiano e a sua múltipla dimensão Socioespacial**. Ed. Modelo. Goiânia, 2005.

CHESNAIS, François. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DEUS, João Batista de. **O Sudeste Goiano: as transformações territoriais da descentralização industrial brasileira**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2002.

ESTEVAM, Luís. **O Tempo da Transformação: estrutura e dinâmica da formação econômica de Goiás**. 2ª Ed. Goiânia: Editoria da UCG, 2004.

GASQUES, J. G. e VILLA VERDE, C. M. **Gastos Públicos na Agricultura, Evolução e Mudanças**. Ipea, Brasília, Texto para Discussão n. 948, 2003, 31 p.

GUATARI, Felix. **Revolução Molecular: pulsações política do desejo**. São Paulo, Edusp, 1987.

GONÇALVES NETO, Wenceslau. Estado e Agricultura no Brasil: política agrícola e modernização econômica brasileira, 1960-1980. São Paulo: Hucitec, 1997.

_____. Mudanças no Estado e na Política Agrícola Brasileira. In SILVA, Luis Sérgio Duarte da. **Relações Cidade – Campo: Fronteiras**. Goiânia: Ed. UFG, 2000.

GOMES, Paulo César da C. **Identidade e exílio: Fundamentos para a Compreensão da Cultura**. In ESPAÇO E REVISTA. N° 5, jan/jun de 1998. UFRJ/NEPEC.

FRANCO, José Benjamin Severino. **O Papel da Embrapa nas Transformações do Cerrado. Caminhos de Geografia** - Revista On Line Programa de Pós-Graduação em Geografia 2(3)31-40, mar/ 2003.

FERREIRA, D. F.; FERNANDES FILHO, J. F.; Análise das transformações Recentes na Atividade Agrícola da Região de Goiás. 1970/1995-6. In: ____ PEREIRA, S.L. XAVIER, C. L. (Org). **O agronegócio nas terras de Goiás**. Uberlândia: EDUFU, 2003. p. 101-138.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: o fim dos territórios à multi-territorialidade**. Rio de Janeiro, ed Bertrand Brasil, 2004.

HALL, Stuart. **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000.

IANNI, Octavio. **Estado e Planejamento Econômico no Brasil**. Ed.Civilização Brasileira S.A, Rio de Janeiro, 1991.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário – 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

JAMESON, Frederick. **Pós-modernismo- A lógica Cultural do Capitalismo Tardio**. São Paulo, Ática, 1996.

LENCIONI, Sandra. **Região e Geografia**. São Paulo, Edusp. 2003.

LEFEBVRE, Henry. **O Direito à Cidade**. Tradução: Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2004.

LIMA, Edimilson de Souza. **Japoneses Confirmam Interesse por Álcool**. Goiânia: Jornal O Popular. Dia 23 de março de 2007.

_____. **Caramuru Pode Fabricar Etanol**. Goiânia: Jornal O Popular. Dia 29 de junho de 2007.

MENDONÇA, Marcelo **A reestruturação do capital e a modernização da agricultura no sudeste de Goiás**. Revista Pegada Eletrônica, Catalão, v.3, n.1, p6, outubro. 2002.

_____. **A Urdidura do Trabalho e do Capital no Cerrado do Sudeste Goiano**. Tese de Doutorado em Geografia-Faculdade de Ciências e tecnologia, UNESP, Presidente Prudente.SP, 2005.

MELO, Sandro Cristiano de. **Grupo da Lavoura Comunitária de Trindade-Go: Vicissitudes na/da apropriação do espaço agrário**. Dissertação de Mestrado. IESA/UFG. Goiânia: ufg, 2002.

MÈSZAROS, István. **Para Além do Capital:rumo a uma teoria da transição**. Tradução de P.C Castanheiras e S.Lessa. Bomtempo, Unicamp,2004.

_____. **O Poder da Ideologia**. Tradução: Paulo Castanheira. São Paulo: Bom tempo Editorial, 2004.

MONTEIRO, Lúcia. **ICMS Maior Deve Anular Queda no Preço do Álcool**. Goiânia: Jornal O Popular. Dia 29 de junho de 2007.

MORAES, Robson de Sousa Moraes. **A Câmera Escura: Gestão e as Novas Territorialidades do Capital**. Dissertação de Mestrado, IESA, UFG, 2004.

_____. AS Formas Contemporâneas da Captura Capitalista do Território Goiano. In **A Captura do Território Goiano e a sua múltipla dimensão Socioespacial**. Org. CHAVEIRO, Eguimar Felício. Ed. Modelo. Goiânia, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Modo de Produção Capitalista e Agricultura**. São Paulo, Ed. Ática, 1986.

O POPULAR. **PIB do agronegócio aumenta 0,45%**. Goiânia: Jornal O Popular. Dia 23 de março de 2007.

QUEIROZ, Renata Silva da Rocha. **A Modernidade de Porteira Fechada: a relação agricultura e indústria perdigão no sudoeste goiano**. Relatório de qualificação de mestrado. IESA/UFG. Goiânia: IESA, 2005.

PEDROSO, Ízula Luiza Pires Bacci. **O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NO DESENVOLVIMENTO AGROINDUSTRIAL DE RIO VERDE – GO**. Caminhos de Geografia revista on line ISSN 1678-6343 <http://www.ig.ufu.br/revista/caminhos.html> 3(15)20-27, Jun/2005.

RAFFESTIN, Claud. **A Geografia do Poder**. São Paulo: Ática, 1993.

REVISTA ECONOMIA & DESENVOLVIMENTO. Goiânia: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento. Ano VI, N° 17 outubro/dezembro de 2004.

REVISTA ECONOMIA & DESENVOLVIMENTO. Goiânia: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento. Ano VI, N° 19 abril/junho de 2005.

REVISTA ECONOMIA & DESENVOLVIMENTO. Goiânia: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento. Ano VII, N° 21 outubro/dezembro de 2005.

REVISTA ECONOMIA & DESENVOLVIMENTO. Goiânia: Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento. Ano VIII, N° 24 novembro/dezembro de 2006.

RIBEIRO, Ricardo Pinto. **O Sistema brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural: Uma análise retrospectiva**. Brasília:EMBRATER,1985.

SASSINE, Vinicius Jorge. **Cana Avança na Pastagem e Cerrado**. Goiânia: Jornal O Popular. Dia 11 de março de 2007.

_____. **Usinas de Álcool Vão Mais Que Triplicar**. Goiânia: Jornal O Popular. Dia 11 de março de 2007.

SANTANA, Eloísa Pio. **Extensão Rural no Estado de Goiás: Acesso da Produção Familiar à Modernidade (1975-1999)**. Dissertação de Mestrado em Sociologia do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia. UFG. 2005.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico informacional**. Ed., Hucitec, São Paulo, 1997.

_____. **A Natureza do Espaço**, São Paulo, Hucitec, 1996.

_____. O retorno ao território. In DE SOUSA, Maria Adélia. A . SILVEIRA, Maria Laura. SANTOS, Milton. **Território: Globalização e Fragmentação**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

SILVA, Luiz Sérgio Duarte. **Relações cidade-campo: fronteiras**. Goiânia: Editora da UFG, 2000.

SILVA, Paula Junqueira da. **Territorialidade e Desterritorialidade: assentamentos rurais e a reterritorialização do campesinato no espaço agrário do cerrado mineiro**. artigo, IESA,2001.

TAVARES DOS SANTOS, José Vicente. Crítica da Sociologia Rural e a Construção de uma outra sociologia dos processos sociais agrários. In: **Ciências Sociais Hoje. Anuário de Antropologia, Política e sociologia**. São Paulo: Ed. Vértice,1991,p.13-51.

VIDAL e SOUZA. Candice. **A Pátria Geográfica: sertão e litoral no pensamento social brasileiro**. Goiânia; ed. UFG. 1997.